

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

PEDRO MARTINS COELHO

**O MOVIMENTO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS E A CONSTRUÇÃO CONTRA-
HEGEMÔNICA NAS COMUNICAÇÕES NO BRASIL:
uma disputa no campo da sociedade civil, da cultura e do Estado**

Rio de Janeiro
Novembro de 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

PEDRO MARTINS COELHO

**O MOVIMENTO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS E A CONSTRUÇÃO CONTRA-
HEGEMÔNICA:
uma disputa no campo da sociedade civil, da cultura e do Estado**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Rio de Janeiro
Novembro de 2020

Pedro Martins Coelho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da UFRJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Eduardo Granja Coutinho (UFRJ — Orientador)

Chalini Torquato Gonçalves de Barros (UFRJ)

João Paulo Carrera Malerba (UERJ)

Suplentes:

Leila Salim Leal (UFRN)

Marianna de Araujo e Silva

A todos os que lutam cotidianamente para que a lógica do capital seja rompida na comunicação e em todos os espaços da vida social buscando a transformação e a construção de uma sociedade igualitária.

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho é fruto de muitos encontros e também representa a satisfação de fechar mais um ciclo na Escola de Comunicação da UFRJ. Muitas pessoas estão presentes nele e espero que continuem contribuindo para construções futuras e que mais encontros se realizem. Por isso cito essas pessoas aqui.

A Karin e Nuno pela convivência diária construída com carinho, amor, parceria e o afeto de quem compartilha a vida nas miudezas enormes do cotidiano. Como diz o poeta, com eles, aprendi que “amar é pão feito em casa” e que “a pedra não voa porque não quer/ e não porque não tem asa”.

A minha mãe Lygia, pelo carinho, paciência, amor e o afeto de ter sido meu primeiro encontro nessa vida me dando a segurança necessária para desejar cada vez mais encontros.

A minha irmã Carla e tio Marcelo pelas risadas, provocações e o carinho que se traveste de implicância.

A memória de minha avó Lygia, meu avô Manoel e de meu pai Ademar, encontros que não se encerraram com a ausência.

Aos meus queridos amigos Bruno, Mariana, Mariana Furloni, Tatiana, Cris, Marcelle, Joana e Marina pelas aventuras, alegrias e pela grande amizade.

Aos mamíferos Thiago, Kelly, João, Gabi e às pequenas Laura e Cecília pelos encontros alegres, leves e sempre com nossas crianças crescendo juntos e nos fazendo crescer.

Às amigas de minha primeira passagem na ECO presentes até hoje: Isabela, Vivi, Lelê, Marta Castilho e Anna Carla. E ao inigualável companheiro e motivador deste projeto João Paulo, levantando neste momento também um brinde aos feios.

A Sofia Hammoe e Taís Ladeira pela parceria, projetos, carinho e debates sempre engrandecedores.

A todos, todas e todes que compartilharam espaços na AMARC Brasil, no movimento de rádios comunitárias e na luta pela democratização da comunicação. Certamente estão nas linhas deste texto.

Aos meus amigos de militância partidária, especialmente Carol Barreto, Daniel Sousa e Luciana Boiteux por fazerem política sempre com olhar coletivo e com o afeto necessário.

Aos meus colegas de trabalho Bruno Dias e Hara Flaescham, que, além de excelentes amigos, foram solidários ajudando na conclusão deste trabalho. Também a Thiago e Dayana, além de toda a equipe da Abrasco.

Ao Eduardo Coutinho, professor e amigo com quem aprendi muito na universidade e que teve grande paciência durante o trabalho de orientação, sempre com grande carinho e sinceridade.

A todas as professoras e professores com quem compartilhei salas de aula nesse retorno à Eco.

Em tempos de desmonte da educação e ataques à ciência, continuamos seguindo com a universidade pública.

A todas, todos e todes os colegas que dividiram sala de aula, bandeirão, angústia e tudo que a vivência da pós-graduação pode nos oferecer.

Aos funcionários e funcionárias da biblioteca do CFCH, meu local preferido de estudo, onde há sempre atenção e gentileza.

Aos técnicos administrativos, Thiago e Jorgina, sempre prestativos e atenciosos no contato.

Aos que possivelmente eu me esqueci de citar aqui, mas que com certeza se encontram neste trabalho. Podem procurar que acharão.

RESUMO

COELHO, Pedro Martins. **O MOVIMENTO DE RÁDIOS COMUNITÁRIAS E A CONSTRUÇÃO CONTRA-HEGEMÔNICA: uma disputa no campo da sociedade civil, da cultura e do Estado.** Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

A partir de uma perspectiva gramsciana, este trabalho analisa o surgimento do movimento de rádios comunitárias e sua consolidação como elemento contra-hegemônico no Brasil. O trabalho aborda a construção do rádio como um importante instrumento de hegemonia para as classes dominantes ao longo dos séculos XX e início do XXI. Tomamos a noção de hegemonia como resultado de uma intrincada e continuamente realimentada rede de ideias, forças e posições de poder que a legitimam e sustentam. Neste sentido, são exatamente as formulações e ações críticas e a difusão de propostas alternativas à configuração de poder estabelecida que devem ressignificar as possibilidades de consenso e fazer com que o mesmo seja a favor de uma contra-hegemonia e mais partidário das classes subalternas. Realçamos três aspectos fundamentais na atuação do movimento de rádios comunitárias: a disputa cultural que se propõe a fazer por meio de uma nova práxis comunicacional; a disputa no campo da sociedade civil com seu novo modelo de organização da práxis a que se propõe; e a disputa do Estado em seu sentido restrito, ao reivindicar o acesso ao espectro eletromagnético aos setores subalternizados da sociedade buscando garantir o direito à comunicação numa perspectiva democrática e universalizante. Para evidenciar nossa hipótese, analisamos as disputas políticas e também no campo institucional por meio de projetos de lei, documentos dos movimentos, relatos, entrevistas e observação participante. Com a conquista de uma lei específica para as rádios comunitárias, avaliamos também os desdobramentos políticos após o reconhecimento político desta forma de se comunicar pelo estado e pela sociedade e como o movimento atuou politicamente diante de cada conjuntura que se apresentou no país.

ABSTRACT

From a Gramscian perspective, this work analyses the rise and establishment of the community radio movement as an important element against the hegemony in Brazil. This work covers the development of radio as an important instrument of hegemony for the dominant classes between the 20th and the beginning of the 21st centuries. We define the concept of hegemony as the result of a complex and dynamic hub of ideas that are validated and supported by strengths and powers stands. In this context, the creation, core implementation, and the dissemination of alternative power proposals is precisely what will redefine the current hegemonic consensus possibilities to be more in favour of the subordinated society sectors. We highlight three fundamental aspects in the performance of the community radio movement: the cultural debate that aims to be made through a new communication practice; a civil society debate with its new proposed organisational model; and the State debate in its core meaning when requesting electromagnetic space to the subordinated society sectors, aiming for a more universal and democratic communication resources access. To prove our hypothesis, we analysed both the political and institutional debates through legislative bills, documents, interviews and participant observation. With the achievement of a new bill specific for community radio, after its political validation, we could also assess the political development to communicate through the State and the society in general and how the movement responded politically in the face of each situation in the country.

Odeio os indiferentes. Creio, como Friedrich Hebbel, que “viver é tomar partido”. Não podem existir os que são apenas *homens*, os estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode deixar de ser cidadão e tomar partido. Indiferença é abulia, é parasitismo, é covardia, não é vida. Por isso, odeio os indiferentes.

Antonio Gramsci

SUMÁRIO

Introdução	p.12
Capítulo 1 – A comunicação como instrumento de hegemonia: a apropriação do rádio pelas classes dominantes e a resposta contra-hegemônica das rádios livres e comunitárias.....	p.24
1.1 – Rádios como instrumento de hegemonia: a relação entre Estado e classes dominantes no Brasil.....	p.24
1.1.1- O governo Vargas e as mudanças na apropriação do Rádio.....	p.27
1.1.2- Rádio no pós Estado Novo: nova regulamentação e a organização dos empresários de Rádio e Televisão.....	p.31
1.2- O surgimento das primeiras rádios comunitárias e sua especificidade como comunicação alternativa (de 1960 até os anos 80).....	p.33
1.2.1- A necessidade de os oprimidos escreverem a própria história.....	p.36
1.3 - Políticas de comunicação e a redemocratização: os movimentos, as atuações e a constituinte.....	p.38
1.3.1- Os movimentos pela democratização da comunicação: ação direta e articulações políticas na institucionalidade.....	p.41
1.3.2. A proposta dos movimentos pela democratização da comunicação e os caminhos para sua descaracterização.....	p.43
1.3.3. O pós-constituinte: cenário político e atuação dos movimentos de comunicação.....	p.48
Capítulo 2 – A luta pelo direito à comunicação e o surgimento do movimento de rádios comunitárias.....	p.51
2.1- Como se organizaram os movimentos pela democratização da comunicação após a Constituinte.....	p.53
2.1.1- O Fórum Democracia na Comunicação (FDC).....	p.57
2.1.2- O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC).....	p.61
2.1.3- Da desmobilização à rearticulação do FNDC.....	p.68
2.2 - O movimento de rádios livres.....	p.73
2.3 - O movimento de Rádios Comunitárias.....	p.80
Capítulo 3 – As políticas para rádios comunitárias e a atuação do movimento: legalização, repressão e ilusão.....	p.92
3.1 - O aprofundamento das políticas neoliberais: a promessa de lei de rádios comunitárias, seu caráter restritivo e a repressão contínua.....	p.94
3.2 – O período da conciliação de classes: esperança e desilusão nos governos petistas....	p.106
3.2.1- Diálogo, reuniões, propostas e... continua a repressão.....	p.110
3.2.2 – A tática da cooptação: mais um elemento para a desmobilização dos movimentos.....	p.114
3.2.3 – Avanços pontuais, mas estruturas inalteradas.....	p.116

3.3– O golpe institucional, o enfraquecimento da democracia e o ascenso do conservadorismo.....p.122

Conclusão.....p.124

Referências.....p.129

Introdução

A partir de uma perspectiva gramsciana, este trabalho visa analisar o movimento de rádios comunitárias e sua consolidação como elemento contra-hegemônico no Brasil. Por conta de suas características de atuação, é perceptível que tal movimento obtém avanços concretos na luta pelo direito à comunicação no país, ampliando a possibilidade dos subalternos se expressarem e, assim, formarem uma visão de mundo capaz de se contrapor às ideias da classe dominante. Nesse sentido, realçamos três aspectos fundamentais na atuação deste movimento: a disputa cultural que se propõe a fazer por meio de uma nova práxis comunicacional; a luta pela democratização e ampliação da sociedade civil; e a disputa do Estado em seu sentido estrito, ao reivindicar o acesso ao espectro eletromagnético aos setores subalternizados da sociedade para garantir o direito à comunicação numa perspectiva democrática e universalizante, inclusive como lei. Neste último ponto, a articulação criada entre movimento e partidos políticos, especialmente no espectro da esquerda, é um elemento fundamental para entender essa disputa do Estado e implementação de um projeto político que ampliasse a possibilidade de ação das rádios comunitárias.

Assim, se tomamos a noção de hegemonia como resultado de uma intrincada e continuamente realimentada rede de ideias, forças e posições de poder que a legitimam e sustentam, são exatamente as formulações, ações críticas e a difusão de propostas alternativas à configuração de poder estabelecida que devem ressignificar as possibilidades de consenso e fazer com que o mesmo caminhe a um ponto favorável ao que podemos chamar de uma contra-hegemonia, sendo mais partidário às classes subalternas. É nesse sentido que, desde a atuação das primeiras rádios comunitárias até a conformação de seu movimento social, que representa e defende suas pautas, podemos ver a consolidação do reconhecimento social ser construída por estes atores políticos.

Por conta dessa atuação que encadeia o campo cultural, a democratização da sociedade civil e a disputa do Estado, as rádios comunitárias construíram resistência e conquistaram vitórias ampliando de forma organizada a participação daqueles que foram historicamente excluídos das decisões sobre os rumos da vida política do país,

Dentre as vitórias deste movimento, a lei nº 9.612 tem um espaço importante a ser destacado. Apesar das restrições impostas no texto final desta lei, a aprovação da mesma consolida no campo da sociedade civil e do Estado um ator social que dá respostas a cultura hegemônica. Afinal, se sempre houve uma marca de resistência por parte das classes dominantes na democratização da sociedade civil, da cultura e do Estado no país, o movimento

de rádios comunitárias mostrou força e organização para a disputa nesses três campos de forma concatenada e organizada. A práxis comunicacional das rádios comunitárias se refletia claramente na sua forma de atuar politicamente com uma mobilização constante e uma relação direta com aqueles que desejava dialogar, debater e até mesmo confrontar.

E essa é a hipótese que desejamos trabalhar ao longo deste trabalho. Para chegar a tal formulação, essa pesquisa percorre em seus capítulos um caminho que, a princípio, pode parecer uma narrativa que apresenta os fatos organizados em ordem cronológica ou de forma linear. Entretanto, a construção dos capítulos como propomos para dissertar este trabalho e a análise sobre as forças de hegemonia e contra-hegemonia no campo da comunicação tem enlaces com a construção política e os arranjos de classes sociais que formam nosso país ao longo do século XX e início do século XXI.

As disputas no campo da comunicação ao longo da história do Brasil são também as disputas políticas de nossa formação social. Ao analisarmos especificamente a história do rádio e sua consolidação como instrumento de hegemonia apropriado pelas classes dominantes, estamos também analisando a construção dos blocos de poder no país. O uso de Vargas deste meio de comunicação para a consolidação de seu projeto político ditatorial e autoritário dialogava diretamente com o uso do rádio pelos regimes de Hitler e Mussolini na Alemanha e Itália, respectivamente, e o ajudou a se manter no poder durante 15 anos. O rádio foi tão simbólico para a Era Vargas que Getúlio utilizou as ondas hertzianas para anunciar o início do Estado Novo em 1937. Através de mecanismos burocráticos que controlavam a imprensa e a propaganda, o governo ditatorial mantinha pleno controle do que ecoava nas ondas deste veículo que crescia e se massificava por todo o território nacional. Neste período, surgem também as primeiras regulações para o rádio, onde o Estado tem o controle sobre as concessões e licenças para operação no espectro eletromagnético.

O declínio de Vargas se dá exatamente quando o mesmo, por conta das pressões políticas, se posiciona na Guerra contra o nazi-fascismo, o que gera a mudança de comando no seu Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). O DIP muda seu foco de atuação quando passa a ser comandado pelos militares e exalta o nacionalismo pelos feitos das forças armadas e não mais pela figura de Getúlio, como era feito anteriormente. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, finda o Estado Novo e inicia-se um novo ciclo no rádio Brasileiro.

Nesse novo ciclo, além da continuidade do crescimento do rádio junto à população, surge a televisão como novo meio a ser explorado. Começam também as transmissões em FM e a segmentação das emissoras para seus públicos. Mas é no campo da política que veremos um embate que se estabelece no campo da comunicação até os dias de hoje. Trata-se da discussão

para aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), que até hoje regula os serviços de radiodifusão no país.

Quando a proposta do CBT é elaborada em 1962, o então presidente João Goulart lança sobre a mesma mais de 50 vetos, a fim de fortalecer o Estado com maior controle sobre as concessões e o tempo de duração e renovação delas, mantendo o controle da regulação e da fiscalização. Já os empresários queriam diminuir esse poder e facilitar as renovações de concessões. Foi nesse embate que, como abordamos na pesquisa, surgiu um dos atores mais poderosos na disputa da política comunicacional do país até os dias de hoje, a Associação Brasileira de Empresários de Rádio e Televisão (ABERT). Se antes a organização dos empresários se dava em nível regional, agora eles iam se articular em nível nacional e ampliar seus poderes. No congresso, por meio de muitos lobbys, derrubam todos os vetos de Jango. Uma vitória e tanto que faria mais sentido com o golpe civil-militar de 1964 que instaurou a ditadura no Brasil.

O regime ditatorial empresarial-militar atuou para fortalecer um sistema de comunicação com emissoras de rádio e televisão com alcance nacional, tendo a Rede Globo de Televisão como seu principal instrumento de construção de hegemonia, expandindo o projeto da classe e das frações de classe dominantes e estabelecendo o consenso em volta de sua concepção de poder.

Além disso, também se fortaleceu a concepção de comunicação como um negócio, tendo em vista ter sido imposto um modelo baseado no oligopólio das concessões de rádios e TV para setores do empresariado nacional. Sendo assim, é perceptível que as rádios comunitárias chegam com uma atuação que se coloca num campo contra-hegemônico em todos os sentidos, seja no sentido organizativo daqueles que fazem a rádio; seja no por meio de uma nova práxis que a produzia e que estabelece uma outra relação entre emissor e receptor diferente da passividade da mídia comercial; ou também no campo da disputa pelo Estado em seu sentido estrito ao colocarem a possibilidade de a infraestrutura de comunicação (o espectro eletromagnético), que é gerida por meio de concessões do Poder Executivo, para ser utilizada pelas camadas subalternizadas de nossa sociedade, buscando tudo isso por meio de leis que garantam tal operação.

Com a redemocratização e a ampliação dos espaços de disputa por hegemonia no campo da cultura e da sociedade, novos atores sociais e políticos apareceram ou se fortaleceram reivindicando a democratização dos meios de comunicação e a garantia do direito de se comunicar. Além do surgimento de um grande número de rádios livres e comunitárias tem-se as primeiras configurações dos movimentos pela democratização da comunicação. Esses

movimentos conseguem se mobilizar, estabelecer algumas pautas prioritárias e atuar de forma organizada no processo da Constituinte de 1987 e 1988.

Todo esse histórico abordado no primeiro capítulo deste trabalho e que traz também as experiências das escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB) é importante para vermos a consolidação do uso do rádio e a disputa política que se impõe diante disso. Tais elementos nos dão o arcabouço necessário para contextualizar cada análise feita e compreender as movimentações de forma sistematizada e com o olhar político que elas merecem.

Apesar da derrota nas principais propostas na Constituinte, os movimentos pela democratização continuam acumulando debates, experiências e novas formas de atuação. Algumas divergências na tática pela ampliação das políticas levam a algumas divisões. Essas divisões se dão por elementos que vão desde táticas para proposições legislativas e projetos de lei a serem defendidos, e até mesmo por concepções acerca do papel do Estado na regulação do espectro eletromagnético. Essas divergências são analisadas nessa dissertação a fim de avaliar tais atuações e seus avanços e retrocessos na construção de uma referência contra-hegemônica e na luta pelo direito à comunicação.

Nesse sentido, o capítulo II abordará a trajetória dos movimentos de democratização da comunicação, de rádios livres e de rádios comunitárias. Apesar da divisão que adotamos no capítulo, colocando cada movimento como um ponto específico, é importante expor que buscamos uma análise das diversas táticas, concepções, e formas de atuação de cada movimento. Além disso, as conquistas, as derrotas, as reivindicações e formas de organização também são analisadas a fim de uma maior compreensão de cada um deles. Essa divisão dos movimentos também não pode ser observada de forma estanque, tendo em vista que há muitos pontos de entrelaçamento em diversos momentos dessa história e nenhum dos movimentos citados surge do zero, mas são fruto de lutas anteriores e de desdobramentos que dialogam não só dentro do campo da comunicação, mas também com outros movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e outras formas de organização que os subalternos e os setores do campo político da esquerda se utilizam para a disputa de hegemonia na sociedade civil.

O destaque que damos para as rádios comunitárias e suas relações com os demais movimentos analisados se deve ao foco de nossa pesquisa e análise desse ator social que ganha uma maior consolidação na década de 1990. Além disso, a visão dos projetos mais amplos de sociedade nos ajuda a entender a formação dos campos políticos e como cada formulação levada pelos movimentos sociais e partidos políticos dialogam com a realidade. Para melhor compreendermos o que está em jogo, utilizamos a análise de Carlos Nelson Coutinho, que coloca duas propostas societárias em disputa na retomada da democracia no país. De um lado

o projeto liberal-corporativo inspirado na experiência estadunidense e que propõe a redução do papel do Estado na garantia de serviços e direitos sociais. Do outro lado, o modelo de democracia de massas, inspirado nas sociais-democracias europeias, que busca combater a apatia, reforçando a participação política organizada do conjunto da cidadania (COUTINHO, 2006).

O primeiro modelo citado obtém suas primeiras conquistas especialmente com a vitória de Collor de Mello em 1989, mas tem sua consolidação mais clara nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998 e 1999 - 2002) que se sucedem. Vale frisar que a disputa entre esses modelos não se dá de forma explícita e sistematizada, mas é um marco global que divide os subalternos e a classe dominante. Mais do que uma contraposição de projetos econômicos, trata-se de projetos globais hegemônicos, que envolvem a esfera política, social e até mesmo cultural. Nesse sentido, a burguesia busca ampliar sua hegemonia na sociedade convencendo setores subalternizados acerca de sua proposta e ampliando o consenso em torno do seu projeto, o que lhe permitiria não ser somente classe dominante, mas a classe dirigente (Ibidem).

Os movimentos de democratização da comunicação, de rádios livres e de rádios comunitárias são analisados na perspectiva de atuação em defesa da democracia de massas, lutando pela ampliação da participação nos espaços de decisão por parte dos setores subalternizados. Entretanto, por mais que a concepção para a atuação se dê neste sentido, muitas vezes o objetivo não é plenamente atingido. Vemos isso na análise crítica que colocamos sobre os movimentos voltarem excessivamente sua atuação para as negociações institucionais, o desenvolvimento de personalismos e outras questões que se dão na construção das lutas. Ao observarmos tais questões, de forma alguma pretende-se invalidar ou deslegitimar a atuação dos movimentos em análise, mas compreender também o quanto tais situações permeiam a atividade política e podem absorver os mais diversos setores. Esse traço também se dá por conta de a disputa se dar no terreno construído pela burguesia e seguindo suas regras.

A formação das principais entidades ligadas a cada movimento é abordada com a perspectiva de lançar um olhar sobre as formas de organização e atuação adotadas por cada um deles. A dificuldade de mobilização nas bases de cada organização também é abordada e parece ser uma constante desses movimentos que possuem ascensos e reflexos, talvez com uma constância maior do que a maioria dos demais movimentos sociais, em grande medida pela fragmentação que apresentam e por suas articulações se darem em âmbito nacional, mas com dificuldade pelas desigualdades de mobilização existente entre as regiões do país. Tal

dificuldade também ocasiona muitas vezes uma atuação que prioriza articulações e negociações em nível nacional em detrimento de uma articulação mais sólida pela base.

Nesse segundo capítulo também nos utilizamos da nossa observação participante no movimento de rádios comunitárias e de democratização da comunicação para analisarmos as questões relativas às movimentações de cada setor e seus projetos. Além disso, entrevistamos militantes do movimento de rádios comunitárias com o intuito de colhermos informações de momentos específicos e as análises deles sobre o desdobramento de diversos fatos, especialmente sobre os momentos de ascenso e refluxo do movimento e sobre as movimentações durante o processo que culminou com a aprovação da lei nº 9.612, que regulamenta as rádios comunitárias. As divergências trazidas pelas falas dos militantes entrevistados enriquecem certamente nossa análise e a narrativa do trabalho, pois expõem que as disputas políticas possuem diversos caminhos para serem seguidos e exigem o debate contínuo sobre o que passou e para que se possa construir as ações do futuro. Podemos dizer ainda mais, as diferentes avaliações nos trazem o quanto tais movimentos têm vida, dinâmica e diversidade. Diferentemente de outras organizações tradicionais, como os partidos políticos e sua forma de atuação mais centralizada em torno de um programa, os movimentos mantêm seus espaços de disputa sempre em aberto e as divergências acabam se dando em espaço público de forma constante.

Na estrutura do capítulo, optamos por partir do movimento pela democratização da comunicação e como este foi se desenvolvendo após a aprovação da Constituição brasileira. Damos destaque especialmente para duas organizações: o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e o Fórum Democracia da Comunicação (FDC). Vale citar que o FDC chegou a compor o FNDC, mas saiu por divergências sobre pautas prioritárias, forma de atuação e após uma dura carta de Daniel Herz, coordenador do FNDC com críticas sobre diversos aspectos da formação do FDC. A entrada do FDC neste ponto se dá também pelo fato de este Fórum ter boa incidência sobre rádios livres e comunitárias, algo que vai se transformando ao longo de sua trajetória. Em seguida, o movimento de rádios livres é trazido com análise tanto sobre suas formas de organização quanto pela teoria que trazia, em especial as propostas do filósofo francês Félix Guattari. Entre idas e vindas, vemos o distanciamento deste movimento do de rádios comunitárias durante um longo período por divergências políticas e uma reaproximação se dando num período mais recente. Por fim, o movimento de rádios comunitárias é trazido desde suas origens no Movimento de Educação de Base (MEB). Neste primeiro momento, apesar de não serem chamadas ainda de rádios comunitárias, nossas entrevistas, análise de documentos e bibliografia remetem a um

reconhecimento amplo do MEB como a origem do que viriam a ser as rádios comunitárias no país. Além disso, trazemos uma análise sobre a formação das entidades desse movimento, com destaque especial para a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC) e a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO). Os debates e movimentações acerca da lei nº 9.612 se dão mais como análise política das movimentações do que sobre cada movimentação burocrática acerca do projeto no Congresso Nacional. Os ascensos e reflexos também são trazidos e analisados com o devido olhar que merecem para o debate que nos propomos. Por fim, explicitamos de forma mais clara como tal movimento se coloca como importante elemento de disputa pela hegemonia cultural, trazendo os conceitos gramscianos de hegemonia, cultura, sociedade civil e Estado de forma encadeada.

As análises de cada período conjuntural e suas relações com o movimento de rádios comunitárias são desenvolvidas de forma mais aprofundada no capítulo 3, tomando como início de nossa base temporal as discussões acerca do marco regulatório das rádios. Se o governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito em 1994, representava a consolidação do projeto liberal-corporativo, isso de forma alguma significava que as lutas dos subalternos e oprimidos ficariam paralisadas. A grande popularidade de Cardoso para conseguir a vitória ainda no primeiro turno contra Lula da Silva, se deveu ao fato de ter sido ministro da Economia no governo de Itamar Franco e ter realizado o Plano Real, que conteve a hiperinflação no país e incentivou o consumo da população. Mas, se por um lado Cardoso buscava diminuir o papel do Estado com privatizações de empresas e serviços e retiradas de direitos, do outro lado movimentos sociais, sindicatos, organizações e partidos do campo político da esquerda organizavam lutas e resistência.

A política de Cardoso tinha como linha de orientação as diretrizes do *Consenso de Washington*, que apontavam que o governo deveria buscar equilíbrio fiscal e estabilização por meio de reformas, encaminhando um processo de redução do tamanho do Estado, de liberalização do comércio internacional e de promoção de exportações. Essa receita parecia ir de encontro ao fato de o então ministro das Comunicações, Sergio Motta, ter declarado a vontade do governo de legalizar o setor de rádios comunitárias em 1995. Entretanto, ao analisarmos os trâmites e propostas como um todo, é possível ver que a promessa do ministro não abalaria em nada os interesses do grande capital, especialmente dos empresários de radiodifusão.

Aprofundando o receituário neoliberal, Cardoso aprova, em 1997, um novo Programa Nacional de Desestatização, revogando o anterior feito por Fernando Collor de Mello e trazendo novas medidas para entregar serviços e empresas estatais para o capital privado. Essa nova

diretriz abria a possibilidade para privatizar os serviços de telecomunicações no país geridos pela Telebrás, que detinha o monopólio no campo desde sua criação em 1972. Para complementar, antes de aprovar a lei nº 9.612 e legalizar o setor de emissoras comunitárias, Cardoso aprovou também a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), regulando o setor que se abria para a privatização e mantendo os serviços de radiodifusão ainda sob a égide do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), ou melhor, sob a égide do CBT em alguns pontos e da LGT em outros. Com isso, em 1998, a Telebrás foi a leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e os grandes conglomerados internacionais assumiram o controle dos serviços dessa área, especialmente no tocante às telecomunicações.

Mas a LGT não trouxe só regulamentação para a privatização. Além de reforçar o discurso de diminuição do papel do Estado, esta lei também trouxe novidades que afetaram diretamente o campo das rádios comunitárias. A criação da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, talvez tenha sido a principal delas. A Anatel foi criada para cumprir o papel de fiscalização no setor e atua até hoje com grande força com relação ao campo das rádios comunitárias. A Agência, além disso, detém o que denominamos poder de polícia, podendo fechar emissoras, lacrar transmissores, determinar sanções e apreender materiais caso encontre irregularidades. Nos primeiros anos de funcionamento, o que se viu foi um crescimento exponencial do número de ações de fiscalização feitas pela Anatel fechando milhares de rádios em todo o país.

E a LGT não traz mudanças somente nos pontos de privatização e fiscalização. A nova lei também aumenta o caráter punitivo para aqueles que operam serviços de radiodifusão em desacordo com a lei. Em suma, a legislação tem como principal viés garantir os interesses do setor empresarial e se adequar ao modelo de globalização que se impunha à época, colocando a comunicação cada vez mais como uma questão de negócio do que como um direito que deveria ser garantido à maioria da população.

Indo para o outro foco no campo de disputa legislativa, a lei nº 9.612 é alvo de grande disputa como poderemos ver. Uma de nossas entrevistadas, Taís Ladeira, chega a colocar que houve uma certa “ingenuidade” por parte do movimento de rádios comunitárias por ter acreditado que tal regulação viria por meio de decreto presidencial e por não avaliar a correlação de forças no Congresso Nacional para a aprovação de tal lei. Parlamentares ligados ou mesmo donos de rádios, lobby e campanha da ABERT contra, além de algumas divergências nos movimentos fizeram com que o projeto apresentado inicialmente fosse definhando até ser aprovada a lei atual com caráter restritivo e que trouxe imensas dificuldades para a atuação das rádios. Dentre os principais problemas, podemos destacar dificuldades para a sustentabilidade

das rádios, o limite de alcance, a alta burocracia e, principalmente, a repressão imposta por meio de sanções e fechamentos.

A análise sobre a criminalização e seus efeitos nas rádios comunitárias também perpassa o capítulo 3. O alto número de fechamento das rádios traz inclusive debates acerca da lei nº 9.612 com divergências se a mesma deve ser considerada um avanço ou um retrocesso para o setor. Além disso, poderemos analisar os efeitos dessa questão legislativa no movimento antes da proposta de legislação ser apresentada, durante a sua tramitação e depois com sua aplicação. Tais análises são importantes para a perspectiva e tratamento da hipótese acerca do movimento de rádios comunitárias como ator contra-hegemônico destacado no campo da comunicação.

Ainda neste capítulo trazemos uma abordagem sobre as rádios comunitárias e seus movimentos durante os governos petistas e sua política de conciliação de classes. O governo gerou grande expectativa pelo fato de o Partido dos Trabalhadores estar sempre ligado aos movimentos e abordar diversas vezes as pautas da democratização da comunicação em seus programas de governo, algo que, aliás, foi reduzido no programa para a eleição de 2002. Mas, ao analisarmos o andamento dos governos petistas, apesar de muitos diálogos e acenos para movimento pelo direito humano à comunicação, faltaram ações efetivas. Mesmo as mais de 600 propostas elaboradas e aprovadas pela Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em 2009, em sua imensa maioria, jamais saíram do papel. Além disso, a criminalização continuou forte durante o governo de Lula da Silva gerando críticas duras por parte do movimento e uma denúncia ao Estado brasileiro na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Já com a eleição de Dilma, algumas ações pontuais trouxeram avanços, como é o caso da norma nº 4334/20159, que, embora não elimine o limite de raio de um quilômetro de alcance imposto às comunitárias, permite sua flexibilização “a depender do ambiente de propagação”. Outra mudança celebrada nesta norma foi a desburocratização: reduziu-se de 33 para 7 o número de documentos a serem apresentados. Além disso, é nesse período que é instalado o Conselho do Rádio Digital, que avalia o padrão a ser adotado no país para a digitalização.

Os 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016) merecem um olhar especial em nossa análise para compreensão dos rumos do movimento de rádios comunitárias pelo fato o partido ter defendido e sido a referência do projeto societário de democracia de massas no país. Mas os programas petistas foram perdendo densidade crítica e se adaptando à ordem com o tempo, como analisaremos, e acabam deixando à comunicação um espaço marginal em seus textos. Já na presidência, ao mesmo tempo em que se dispunha a diálogos abertos com movimentos pela democratização da comunicação, o governo de Lula da Silva colocou Hélio Costa, figura expressamente ligada às Organizações Globo, no Ministério das

Comunicações entre julho de 2005 e março de 2010. A política de conciliação de classes implementada pelos governos petistas deve ser analisada também no campo do direito à comunicação, quando, ao contrário de países vizinhos, como Uruguai, Equador e Argentina, que aprovaram Leis de Meios bastante progressistas e avançaram nas garantias de direitos, especialmente dos setores comunitários, no Brasil pouco se avançou neste campo.

Por possuírem uma grande identificação com os demais movimentos sociais e o próprio Partido dos Trabalhadores (PT), o movimento de rádios comunitárias parece ter sido surpreendido com as poucas mudanças implementadas pela gestão petista. Apesar das pontes de diálogo, as políticas para o setor não avançavam e um número enorme de rádios continuava a ser fechada pela Polícia Federal e pela ANATEL. Nesse cenário, além do refluxo no movimento, houve também algumas reconfigurações por conta dos posicionamentos políticos adotados pelas entidades que atuam nesse setor. Enquanto a AMARC adotava uma postura de maior independência e com críticas às políticas aos governos petistas, a ABRAÇO mantinha uma aproximação maior e pouquíssimas críticas ao governo por parte de sua direção.

O ciclo petista se encerra com o golpe institucional de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff teve seu impeachment aprovado e a mídia teve papel importante na disputa praticamente apoiando as manifestações que pediam a queda da petista. Se a situação do movimento durante o governo de Rouseff era de desmobilização e desestruturação, esse fato não muda após sua saída e vemos o crescimento de um discurso conservador com a ascensão de diversos grupos de extrema direita, culminando com a eleição de Jair Bolsonaro a presidência da República em 2018, um político que, durante toda sua trajetória, elogiou torturadores e enalteceu o regime ditatorial empresarial-militar que vigorou no país entre 1964 e 1985.

Nesse contexto recente, apesar das dificuldades de análise sobre os rumos que o movimento aponta, temos pistas dos setores que tentam se apropriar do campo comunitário. Com a ligação do atual presidente da República com setores evangélicos e a decisão de liberação do proselitismo religioso nas rádios pelo Supremo Tribunal Federal, há avaliações dentro do próprio movimento de que um apontamento para o crescimento de rádios evangélicas esteja sendo preparada.

Se a repressão e o número de fechamentos de rádios foram diminuindo após 2010, também vimos o número de rádios outorgadas diminuir seu ritmo de crescimento. Esses dados apontam questões para nossa pesquisa que trazem novos desafios para as rádios comunitárias e seu movimento. Não buscamos aqui apontar as saídas, mas esperamos que nossa análise contribua para uma avaliação do potencial do movimento enquanto ator social que constrói uma

proposta contra-hegemônica concreta e atuante nos principais desafios para transformações sociais.

Nesse sentido, para dar conta dos objetivos do projeto, realizamos uma revisão bibliográfica confrontando diferentes perspectivas e análises sobre as rádios comunitárias e seu movimento organizado. Além disso, a pesquisa e análise documental dos projetos de lei, normas, relatórios institucionais e outros documentos oficiais que se relacionam diretamente com o contexto das rádios comunitárias no Brasil compõem parte do trabalho desenvolvido. Não nos limitamos aos documentos oficiais, e buscamos as intervenções, propostas e respostas feitas pelos movimentos diante de diversos pontos e de cada conjuntura que se apresentava. A confrontação desses dois elementos, ações do Estado e ações dos movimentos, nos permitiu trazer uma análise dialética acerca da consolidação das políticas públicas para rádios comunitárias.

A observação participante também trouxe elementos importantes para a pesquisa, buscando sempre manter o distanciamento necessário para a análise e ao mesmo tempo tentando observar as movimentações em questão. Além disso, o diálogo por meio de entrevistas com figuras históricas do movimento também possibilita uma diversidade de olhares e avaliações que enriquecem o trabalho.

No campo teórico, utilizamos ao longo do trabalho o referencial de análise marxiana, especialmente com base no autor italiano Antonio Gramsci. Seus conceitos de hegemonia, sociedade civil, Estado ampliado, entre outros percorrem o trabalho auxiliando na análise política e nas caracterizações acerca dos cenários e especialmente do movimento de rádios comunitárias. Tomamos a noção de hegemonia como resultado de uma intrincada e continuamente realimentada rede de ideias, forças e posições de poder que a legitimam e sustentam, são exatamente as formulações e ações críticas e a difusão de propostas alternativas à configuração de poder estabelecida que devem ressignificar as possibilidades de consenso. Além disso, realçamos dois aspectos fundamentais na atuação do movimento: a disputa cultural que se propõe a fazer por meio de uma nova práxis comunicacional; e a disputa do Estado em seu sentido estrito, ao reivindicar o acesso ao espectro eletromagnético aos setores subalternizados da sociedade lutando para garantir o direito à comunicação em forma de lei.

Se é por meio das grandes corporações midiáticas que se dissemina e naturaliza uma determinada visão de mundo pautada no mercado e na livre concorrência, este trabalho busca ecoar exatamente a voz daqueles que, em todo o mundo, não acatam tal ideia, os subalternos, segundo Gramsci, ou os derrotados, segundo Walter Benjamin. Através de uma visão comprometida com a coletividade e tomando a produção de conhecimento com um bem

comum, essa pesquisa analisa um movimento feito por quem realiza uma comunicação orientada pelos ideais de cooperação, solidariedade e justiça social.

Capítulo 1 – A comunicação como instrumento de hegemonia: a apropriação do rádio pelas classes dominantes e a resposta contra-hegemônica das rádios livres e comunitárias.

1.1 – Rádios como instrumento de hegemonia: a relação entre Estado e classes dominantes no Brasil

A história do rádio no Brasil se inicia na década de 1920, com a primeira transmissão sendo realizada de forma experimental e pontual em 1922 e a primeira emissora sendo instalada no ano seguinte. A princípio, não foi criado um sistema estatal de emissoras de rádio, ficando este caminho aberto primeiramente para iniciativas associativas e depois para a iniciativa privada. As primeiras emissoras foram financiadas por associados seguindo um modelo de sociedades ou clubes e apontavam seus objetivos no sentido de difundir cultura e também algum projeto de integração nacional. Em sua composição, elas eram ligadas aos setores das classes dominantes e se comunicavam com pessoas, em geral, ligadas a sua mesma classe. Devido ao alto preço dos aparelhos de rádios nesse início das transmissões, o acesso a eles acabava sendo bastante restrito neste início. Mesmo sendo uma comunicação em que emissores e receptores eram ligados ao mesmo meio social, não devemos descartar tal elemento na avaliação dos conteúdos propagados por essas emissoras tendo em vista que o novo meio de comunicação crescia e ia estabelecendo uma forma nova forma de se comunicar.

Apesar dessa conformação inicial do rádio, que podemos denominar como elitista na sua composição, não podemos deixar de destacar o papel daquele que foi o primeiro a se destacar nesse meio de comunicação no país e sua visão para este meio de comunicação. Edgar Roquette-Pinto, ao fundar a *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, colocava como ideal para o rádio uma ideia de democratização e apontando para que fosse usado com fins educacionais. Roquette acreditava na popularização do veículo e de que ele poderia contribuir de forma importante com ideias bem definidas.

À época da fundação da *Rádio Sociedade*, fervilhava no país debates sobre novos métodos educacionais, como o movimento da Escola Nova, que trazia a proposta de escola pública, laica, democrática e gratuita (JORGE, 2008), e que influenciaram a visão de Roquette-Pinto para o desenvolvimento do rádio. Vale destacar também que a *Rádio Sociedade* tem como berço a Academia Brasileira de Ciências que foi fundada em 1916 e reunia diversos intelectuais da época, que, influenciados por uma visão positivista, defendiam a importância da difusão de conhecimentos científicos para a formação da população.

Roquette-Pinto, que possuía formação em diversas áreas, como antropologia, etnologia e medicina, desenhava o projeto de emissora de rádio com viés educativo e teve outras iniciativas como o museu educativo, o rádio educativo, o cinema educativo, dentre outros. Essa função educativa, Roquette pretendia levar a todo território nacional. Ele percebera a importância da comunicação para o projeto de integração do país quando se juntou à Marechal Rondon nas missões de instalação do telégrafo na região amazônica. Tal percepção fez com que o precursor do rádio estivesse talvez um passo adiante dos que o cercavam quando surgiu a primeira transmissão via ondas hertzianas no país. Roquette é tido por muitos pesquisadores como um educador pela concepção que teve sobre a função do rádio. Uma de suas frases mais famosas expõe esse lado de forma mais explícita:

O rádio é a escola dos que não têm escola. É o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças, o consolador dos enfermos e o guia dos sãos – desde que o realizem com espírito altruísta e elevado. (ROQUETTE-PINTO apud JORGE, 2008, p. 19)

A visão educadora de Roquette-Pinto ganhava reconhecimento de toda a sociedade e em 1933, Anísio Teixeira o designa para a função de Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal para atuar na Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, onde ele fundou a Rádio Escola Municipal. Em 1936, Roquette faz a doação da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* para o governo de Getúlio Vargas sob a condição de que a mesma deveria servir exclusivamente para fins educacionais e não comerciais (OLIVEIRA e COSTA, 2012).

Roquette-Pinto, assim, caracteriza-se talvez como o primeiro grande personagem do rádio não por sua voz ficar marcada na cabeça dos ouvintes, mas por ter sido pioneiro em pensar o papel estratégico que este veículo de comunicação poderia ter em nossa sociedade. Ele trazia ideais de uma democracia liberal e comprometida com a institucionalização das políticas públicas democráticas e com a constituição do campo educacional brasileiro. Esse papel de Roquette pode ser ligado com o projeto de desenvolvimento do capitalismo no país, que naquele momento consolidava diversas instituições fundamentais para o fortalecimento e ampliação da sociedade civil por aqui. Pode-se dizer, conforme a teoria gramsciana, que o país passava pelo processo de socialização da política no capitalismo de tipo “ocidental”, um processo pelo qual se cria um número cada vez maior de sujeitos políticos coletivos (COUTINHO, 2006). Se a sociedade civil é formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, o rádio se destacava pelo potencial do alcance que as ideias propagadas ali iam ganhando.

Esta visão de vanguarda de Roquette-Pinto foi fundamental para o desenvolvimento do rádio. Em pouco tempo emissoras de rádio se espalharam em todo o território nacional e se deixavam sua marca na propagação de normas morais, de regras de conduta, de padrões de comportamento entre outros elementos fundamentais para a criação de consensos sociais e domínio cultural. Nesse sentido, podemos dizer, que o rádio já nasce e inicia seu crescimento com a vocação para ser um instrumento de construção de hegemonia. A apropriação exclusiva deste meio somente por setores de uma determinada classe seria algo danoso para a democracia e disputas políticas vivenciadas em nossa sociedade.

No campo político e social, é importante ressaltarmos que na década de 1920 se inicia o processo de industrialização do país fazendo com que o capitalismo se torne o modo de produção predominante. A estrutura social, especialmente nos centros urbanos, torna-se mais complexa e a classe trabalhadora e outros segmentos subalternos começam a contestar o poder oligárquico. Surgem os primeiros sindicatos e diversas greves são realizadas. Além disso, cresce a reivindicação por maior participação na vida política por parte das camadas médias da população e a vanguarda militar, os tenentes, se insurge nos quartéis. (COUTINHO, Carlos Nelson 2006 p. 132)

Além dos protestos e contestações por parte da classe trabalhadora e outros setores subalternizados, era perceptível também que a disputa de hegemonia também se dava no interior das classes dominantes. As tensões que marcaram o período anterior às eleições de 1930 permaneceram com a vitória de Júlio Prestes. A Aliança Liberal, formada pelos presidentes dos estados da Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, tivera Getúlio Vargas como candidato e foi derrotada nas urnas. Após o resultado eleitoral os aliancistas iniciaram uma série de denúncias e conspirações para tomar o poder. Todas as oligarquias estaduais eram derrubadas, exceto as de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que, com o apoio dos tenentes e outros setores militares, assumiam a presidência. Assim, se deu a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas assumindo a presidência e Júlio Prestes sendo o primeiro presidente a ganhar a eleição e não assumir o posto máximo da República.

Esta “solução” para a disputa entre os setores da classe dominante que, até então operavam por meio de acordos, segundo a teoria gramsciana pode ser encarada como uma Revolução passiva ou “pelo alto” (COUTINHO, 2006 p. 46) com os setores mais modernos da oligarquia agrária conquistando uma posição de hegemonia no bloco de poder, numa ruptura que se desenhou durante todo o período pré-eleitoral colocando fim à política do “café-com-leite”. Se, por um lado o setor que tomava o poder assumia tarefas progressistas e cooptava os

setores das camadas médias e dos tenentes com um discurso liberal, por outro, adotavam métodos conservadores, inclusive reforçando a repressão e a coerção aos que contestavam a nova ordem, tornando ilegal partidos de oposição, como Partido Comunista Brasileiro, e exilando e retirando direitos políticos de opositores. O conceito de Revolução passiva se adequa a tal mudança por conta de a tomada do poder ter sido realizada sem rupturas no tecido social e na sua forma de organização, sendo feita pelas cúpulas dos setores e sem uma participação ou revolta popular que a impulsionasse.

Apesar de criar obstáculos para o fortalecimento e democratização da sociedade civil, que vinha consolidando e ampliando seus aparelhos privados de hegemonia, é necessário admitir que se reforçou a modernização capitalista no Brasil ao longo da década de 1930, especialmente no que diz respeito à industrialização do país e seu desenvolvimento comercial. Nesse processo de consolidação de um novo modelo de sociedade, o rádio cumpriu um papel fundamental na divulgação de produtos de massa, sendo importante também para o desenvolvimento industrial e comercial do país. Além disso, o rádio também ganhou grande destaque pelo seu uso político e propagação dos projetos do novo governo que se estabelecia.

1.1.1- O governo Vargas e as mudanças na apropriação do Rádio

Se na década de 1920 o rádio era um meio de comunicação operado e ouvido pelas elites, nos anos de 1930, após Getúlio assumir o poder, o que se vê é um processo gradual de crescimento desse veículo atingindo alguns setores das camadas médias da população. É nesse período que as emissoras vão deixando o modelo de sociedade ou *clubs*. No lugar do pagamento dos associados, a principal fonte de renda das rádios passa a se dar pela publicidade. As emissoras obtêm o direito de ter 10% de sua programação destinada a comerciais por meio do decreto nº 21.111 de 1932. Esse decreto ainda traz uma série de outras regulações essenciais para a ampliação dos serviços de radiodifusão. Vale destacar que, nesse momento, o Estado já define que “São da exclusiva competência da União os serviços de radiocomunicação no território, nas águas territoriais e no espaço aéreo nacionais”¹. Essa primeira norma acerca dos serviços de radiodifusão no país já apontava para uma realidade que pode ser vista até os dias atuais, a de colocar sob responsabilidade exclusiva da União a liberação de licenças, outorgas

¹ Ver Art 4º do decreto nº 21.111. Em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html> (acessado em 31 de agosto de 2019)

e permissões para operar quaisquer serviços via ondas hertzianas. Diante do cenário político antidemocrático deste período, esse tipo de norma já apontava que dificilmente qualquer grupo opositor ao governo conseguiria ter autorização para operar serviços de radiodifusão, e que tais serviços poderiam ser utilizados para fortalecer o poder estabelecido e como mecanismo de troca de favores políticos.

Aqui, também percebemos uma alteração de formato com a abertura para a publicidade tendo o rádio ganhado um perfil mais comercial. As emissoras se profissionalizaram e se especializaram em produtos como radionovelas e programas de auditório. As emissoras passaram a se organizar como empresas e começaram a disputar mercado umas com as outras. Aumentar o alcance e a audiência significava atrair mais comerciais a melhores valores para a emissora.

Pode-se notar que, com o avanço dos comerciais, avançou também a visão desse meio como um negócio, sendo visto essencialmente pelo seu potencial de gerar lucro, algo que contrariava a visão de Roquette-Pinto, por exemplo. As concessões sempre cedidas a entes particulares e privados ajudavam a fortalecer tal visão, distanciando o rádio de seu potencial democratizante, educativo e da possibilidade de dar voz aos mais diversos atores que compõem nossa sociedade.

Além da preponderância que a forma empresarial passa a ter nas emissoras de rádio, também é possível perceber um grande controle por parte do governo acerca do conteúdo que era difundido, especialmente no tocante ao noticiário. Através de órgãos como Departamento Oficial de Publicidade, que foi substituído em 1934 pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), o governo fazia sua política de controle da informação buscando que nada abalasse seus interesses e seu projeto político. A liberdade de expressão ainda era uma realidade bastante distante nesse período, fosse pelos órgãos que controlavam o que ia ao ar, ou pelo controle ideológico dos meios de comunicação exercido pelas classes dominantes.

Diante deste controle sobre o conteúdo difundido neste meio de comunicação, a “missão do rádio” de levar educação e cultura ao povo, como sempre foi propagado, especialmente pelo pioneiro do rádio no país Roquette Pinto, ficava cada vez mais distante e ia por um caminho outro: o de fortalecimento do projeto político de integração nacional sob a ideologia capitaneada por Getúlio Vargas e seus aliados políticos. Tal integração passava a impressão de tudo estar indo muito bem com uma aparente “sensação” de paz que tomava o país após o processo de

Assembleia Constituinte formada por parlamentares eleitos pelo povo e que, além da elaboração da Constituição de 1934, elegeu Getúlio Vargas como presidente do país.

Enquanto por aqui Vargas buscava estabelecer algum grau de legalidade política com uma série de arranjos pouco democráticos e com baixa participação política das classes subalternas, o cenário internacional apontava a expansão de governos ditatoriais na Europa. Em Portugal, inaugurava-se em 1933 o Estado Novo sob o comando do ditador António de Oliveira Salazar. Na Espanha, iniciava-se em 1936 a Guerra Civil Espanhola que culminaria com a vitória do Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde. Tanto o Franquismo, quanto o Salazarismo tiveram vida longa, mantendo suas ditaduras por 40 anos com restrições a liberdade de expressão, prisões políticas e perseguição a grupos de esquerda.

Além dessas duas ditaduras, os casos de Itália e Alemanha também davam o sinal de que a crise do capital de 1929 não estava em nada solucionada e a burguesia usaria todos os recursos para evitar que a ideologia comunista avançasse por outros países. Foi assim que, ao assumir o cargo de primeiro-ministro da Itália em 1922, Benito Mussolini avançou com seu projeto fascista, com um discurso fortemente anticomunista e intensa propaganda nacionalista, perseguindo, prendendo e torturando opositores políticos. Logo que começou a pregar sua ideologia, Mussolini ganhou apoio de setores da burguesia italiana e da Igreja fazendo seu projeto de poder avançar rapidamente.

Já na Alemanha, depois de uma tentativa mal sucedida de golpe de Estado na década de 1920, Hitler conseguia chegar ao poder em 1933 após o partido nazista ganhar a eleição e dar um golpe parlamentar. Além de extremamente autoritário e autocrático, o regime nazista perseguiu judeus e comunistas sempre com um discurso nacionalista. Para manter seu apoio popular, a comunicação foi elemento fundamental para Hitler consolidar seu poder.

Tal análise da conjuntura internacional nos ajuda a observar dois aspectos importantes para este trabalho: o primeiro é notar que a conjuntura de crise do capitalismo do final dos anos 1920 e início dos anos 1930 era um terreno propício para a ascensão de regimes autoritários em diversos países, contando com apoio de setores da burguesia, recorrendo em geral para discursos nacionalistas evitando, assim, o ascenso da ideologia comunista que avançava após a revolução de 1917 na Rússia; e o segundo aspecto, o mais relevante para este trabalho, trata-se da forma como esses regimes autoritários usaram sistematicamente os meios de comunicação de massa para propagandear sua ideologia e consolidar seu poder. Esse último ponto é bastante

claro nas propagandas do regime nazista, que se utilizou do cinema, jornais e principalmente do rádio.

Tal colocação é importante para vermos que a forma como se desenvolvia o rádio no Brasil caminhava junto com o projeto autoritário de Getúlio Vargas e não se tratava de um caso isolado no mundo. Mais ainda, trata-se de vermos a importância dos meios de comunicação para a consolidação de hegemonia de um projeto político e na busca de criação de consensos. No Brasil, essa criação de consensos se deu em vários momentos de nossa história utilizando os meios de comunicação para o dito “processo de integração nacional”.

Se em 1934, Vargas tentava dar a impressão de busca por mecanismos políticos aparentemente mais democráticos, em 1937 o que se viu foi um golpe de Estado para concentrar todo o poder nas mãos do presidente. É nada mais simbólico para compreendermos a importância do rádio, que já atingia boa parte da população do Brasil, do que o fato de Getúlio anunciar o início do Estado Novo em pronunciamento via ondas hertzianas.

A inspiração e admiração de Vargas pela forma com que o regime nazista de Hitler lidava com as comunicações é fato documentado e não deve ser tratado como elemento especulativo ou simples retórica. A carta do oficial de Gabinete da Presidência da República, Luiz Simões Lopes em 22 de setembro de 1934 indica ao então presidente a ideia de adotar um órgão público especialmente para a propaganda do Regime:

Tencionando passar de dois a três dias, mas tomando informações sobre o Ministério da Propaganda, tão interessante me pareceu a sua organização que fiquei coligindo notas e, principalmente, cópia da moderna legislação alemã sobre trabalho, propaganda etc. Após o advento do governo nacional socialista, senhor absoluto da Alemanha em todos os ramos da actividade do país... o que mais me impressionou em Berlim foi a propaganda sistemática, methodizado do governo e do sistema de governo nacional socialista. Não há em toda a Alemanha uma só pessoa que não sinta diariamente o contato do ‘nazismo’ ou de Hittler, seja pela fotografia, pelo rádio, pelo cinema, através de toda a imprensa alemã... são usados amplamente todos os meios conhecidos, como rádio, cinema, imprensa, que são totalmente controlados pelo governo. Este possui órgãos especializados, chamados câmaras (do cinema, do rádio etc)... A organização do Ministério da Propaganda fascina tanto que eu me permito sugerir a criação dele no Brasil. (LOPES In: OLIVEIRA, 2006. p.61)

A máquina de propaganda do governo ficou nas mãos de Lourival Fontes, que dirigira o DOP e em seguida o DPDC. Essa nova estrutura tinha como objetivo colocar “os meios de comunicação de massa a serviço direto do Poder Executivo, iniciativa que tinha inspiração direta do recém-criado Ministério da Propaganda alemão.” (PALDOLFI, 1999, p. 72). Em seguida, com o golpe que deu origem ao Estado Novo, o departamento mudou duas vezes de

nome. Em 1938, nasceu o Departamento Nacional de Propaganda (DNP) e em dezembro de 1939, surgiu aquele que vigorou até o final da era Vargas, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A cada mudança, o órgão ganhava mais atribuições e poder e passou a exercer de forma mais dura o papel de censura dos meios de comunicação.

Ao concretizar o DIP, o governo ditatorial apostou numa centralização maior do órgão desvinculando-o de qualquer outro setor do governo e colocando-o ligado diretamente ao gabinete da Presidência da República. A medida buscava conter as próprias disputas por espaço dentro do governo, diminuindo a atuação das outras áreas. O órgão também passou por mudanças de gestão com a entrada do Brasil na II Guerra Mundial. Lourival Fontes, entusiasta do nazi-fascismo, foi afastado em 1942 e o órgão foi assumido pelo major Antônio José Coelho dos Reis, que depois foi substituído pelo major Amílcar Dutra Menezes, que dirigia o departamento de Radiodifusão do órgão. A partir de então, em vez de centrar seus discursos no fortalecimento da figura de Getúlio Vargas, o DIP propagava o nacionalismo engrandecendo os feitos das Forças Armadas. Se Getúlio se inspirara em muitas práticas dos regimes nazista e fascista, especialmente no campo de manutenção e ampliação do seu projeto de poder, não chega a ser surpreendente o fim do Estado Novo no mesmo ano em que finda a II Guerra Mundial.

1.1.2- Rádio no pós Estado Novo: nova regulamentação e a organização dos empresários de Rádio e Televisão

Após o fim do Estado Novo o rádio manteve sua importância no cenário comunicacional e foi sofrendo algumas mudanças. Novos equipamentos deram mais agilidade à produção, especialmente no tocante a possibilidade de gravação. Além disso, já na década de 1950, novas tecnologias possibilitavam transmissões ao vivo direto das ruas abrindo novas perspectivas de se fazer rádio.

As rádios continuaram crescendo na década de 1950 por todo o país e mantendo sua importância no cenário nacional. Essa década marca também a entrada da televisão no país trazida por Assis Chateaubriand. Com o crescimento da TV, as emissoras de rádio sofrem com a migração de seus profissionais técnicos, artistas e outros para o novo meio que ia se consolidando. Começam, então, as primeiras experimentações de rádio FM no país e o veículo

começa a se tornar mais segmentado com emissoras voltadas para determinados públicos ouvintes.

No campo da política comunicacional, a década de 1960 traz algumas novidades para o setor de radiodifusão. Se, até então, o poder maior sobre este setor estava nas mãos do Estado e o setor empresarial se organizava em entidades estaduais, com o debate e embate acerca do Código Brasileiro de Comunicações (CBT) em 1962, essa configuração mudaria bastante. É em torno dessa nova lei que regula, até os dias de hoje, as telecomunicações, em especial a radiodifusão, que vemos o empresariado brasileiro se articular em nível nacional e impor dentro do Congresso Nacional todos os seus interesses derrubando os vetos do presidente João Goulart à proposta do CBT.

No total, Jango fez 52 vetos ao projeto do CBT por razões diferentes. Mas a essência do embate com os empresários de radiodifusão se dava por conta da tentativa do então presidente de fortalecer o Estado nessa relação, tentando ter maior controle sobre o tempo de duração das concessões e sobre a renovação das mesmas e também não perder o poder de regulação e fiscalização das concessões (PIERANTI; MARTINS, 2006). Já os empresários de telecomunicações, buscavam a diminuição do poder estatal e se articulavam fortemente para atingir seus objetivos. Dessa disputa política, surge um elemento que é preponderante para a política de radiodifusão no país até os dias atuais, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Essa articulação mostrou sua força política logo no primeiro dia em que sua fundação foi formalizada. Sem grandes problemas, os vetos de Jango foram derrotados um a um no Congresso com uma ampla maioria de deputados votando a pauta dos empresários como descreve o artigo de Octávio Penna Pieranti e Paulo Emílio Matos Martins:

A aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações demandaria duas reuniões do Congresso Nacional – a segunda, no dia seguinte à primeira, em 28 de novembro. Nelas, cada um dos vetos de João Goulart seria derrubado, um a um, em votação nominal, o que sugere a despreocupação dos votantes com a impressão que a sociedade e seus eleitores poderiam ter de suas manifestações. (PIERANTI; MARTINS. 2006)

Pode-se dizer que a articulação que levou à formação da ABERT é um ponto fundamental para entendermos as disputas sobre as políticas de comunicações no país. Com a ampliação do poder dos empresários de rádio e televisão reforçava-se o caráter de oligopólio desses meios de comunicação e, principalmente, fortalecia-os em sua influência sobre os rumos políticos do país, fato que veio a ser consolidado de maneira mais clara ainda com o golpe empresarial-militar de 1964 e o papel das organizações Globo na sustentação do regime.

A ditadura empresarial-militar percebeu rapidamente que a radiodifusão seria peça fundamental para o desenvolvimento de seu projeto político e econômico para o país. Neste sentido, além de dar os subsídios necessários para a criação daquele que seria o principal veículo de comunicação do país, a Rede Globo de Televisão, também criou em 1967 o Ministério das Comunicações. E mais uma vez se repetiam as palavras que deveriam orientar a ação do Ministério: a promoção da integração e do desenvolvimento nacionais, a difusão da informação, educação e cultura e a garantia da segurança nacional. Nada muito diferente do que propunha Vargas anteriormente. E para colocar seu projeto em prática, o regime militar ainda criou toda a infraestrutura necessária para a expansão da radiodifusão no país com as empresas públicas como a Telebrás, Embratel e Radiobrás e apostou as fichas nas emissoras comerciais em detrimento das estatais e públicas.

A organização do setor empresarial em torno da ABERT foi elemento importante para a consolidação da hegemonia política deste setor da burguesia, contando com o favorecimento do Estado para a exploração de um bem público, o espectro eletromagnético, e a reprodução de seus valores morais e culturais. Essa articulação se mantém hegemônica até hoje nos meios de comunicação e tem grande poder para influenciar nos rumos políticos do país. Além disso, a ABERT é uma grande opositora das rádios comunitárias e de qualquer elemento que possibilite a construção de campo contra-hegemônico dos oprimidos, explorados e subalternizados de nossa sociedade, usando de campanhas difamatórias contra os veículos comunitários e em busca exclusivamente da ampliação de seu poder.

1.2- O surgimento das primeiras rádios comunitárias e sua especificidade como comunicação alternativa (de 1960 até os anos 80)

Como vimos, até a década de 1960, o cenário da comunicação do país foi dado pela apropriação do rádio como um dos principais instrumentos de consolidação de hegemonia das classes dominantes. A organização em torno de uma associação para defender os interesses dos empresários e da comunicação comercial mostrou sua força na derrubada dos vetos de Jango ao CBT e saiu fortalecida politicamente para os debates acerca dos rumos do país.

Mas, apesar de toda essa força dos empresários e dos esforços para silenciar as vozes sociais que destoavam do discurso dominante da burguesia que se fortalecia no país, a partir dos anos 1960 podemos ver alguns sinais de construções populares no campo da comunicação. E, se não tinham um projeto consolidado e organizado para a disputa política na sociedade, seu

potencial contra-hegemônico já era possível de ser percebido em diversos aspectos da sua práxis comunicacional. Diante disso, vale lançarmos nosso olhar para o surgimento das rádios populares ou comunitárias que se formavam no Brasil neste período, analisando também a relação dessa nova práxis comunicacional com a disputa no campo cultural, no campo da democratização da sociedade civil e do Estado.

As primeiras iniciativas que tiveram uma nova perspectiva do uso das ondas hertzianas que despontaram no país dialogavam diretamente com outras que apareceram na América Latina nos anos 1950 e 1960. O continente fervilhava em diversas lutas populares que contestavam uma história de domínio e exploração com as características que ocorriam em cada país. Foi nesse ambiente que vimos o êxito da Revolução Cubana, o surgimento da teologia da libertação, além de diversos movimentos de populares que se insurgiam contra regimes totalitários e ditatoriais. Neste sentido, temos os exemplos das rádios mineiras da Bolívia e da Rádio Quilabamba no Peru, que abordavam os temas que não eram tratados nas demais mídias tradicionais de seus países, sendo focos de resistência com uma narrativa que se contrapunha aos interesses das classes dominantes. (TORRES, 2009)

Por aqui, as principais experiências estavam ligadas a movimentos sociais e comunitários que tinham apoio ou influência da Igreja Católica. Um marco da intervenção social com o auxílio de instrumento de comunicação popular se deu com a implantação pela igreja católica do Movimento de Educação de Base (MEB), que teve início em 1961, instalando escolas de rádio em diversos estados da região Nordeste, Norte e Centro-oeste, por meio de uma rede de recepção organizada em escolas, igrejas e associações populares. As escolas radiofônicas do MEB chegavam em diversos lugares onde outras emissoras não chegavam com um projeto educacional pautado pela pedagogia libertadora de Paulo Freire, reforçando sempre os saberes locais no processo de aprendizado.

As rádios ligadas ao MEB contaram a partir de 1961 com apoio financeiro do governo para desenvolver seu projeto e implementá-lo. Com isso, um número enorme de escolas radiofônicas foi sendo aberto, chegando a atingir um público de mais de 300 mil pessoas em cinco anos. Com a queda de João Goulart e o início do regime ditatorial, o apoio ao MEB foi diminuindo, além de passar a haver diversos tipos de intimidação e tentativa de controle sobre o que era produzido em seu projeto educacional. Em 1966, encerra-se o processo de apoio governamental e findam as escolas radiofônicas com apoio de setores da Igreja católica, os quais colaboravam com o regime. A experiência desse projeto do MEB é um dos primeiros sinais fortes de rádios comunitárias no país. Com um projeto de mobilização e com base no diálogo, na crítica e em uma relação horizontal, como indica o método freireano, o MEB

deixava as sementes para as rádios comunitárias e para a construção de uma práxis comunicacional participativa, coletiva e inclusiva.

Apesar de, durante os anos de chumbo, a Igreja ter assumido uma comunicação com fins de evangelização, mais tarde houve um realinhamento a favor de linhas mais progressistas. Após encontros realizados em Medellín (1968) e Puebla (1979) novas experiências de comunicação se apresentam com fins de emancipação política, inspiradas novamente pela teoria e métodos de Paulo Freire. Um exemplo é a União Cristã Brasileira de Comunicação (UCBC), que passaria a priorizar “a necessidade das comunidades organizadas possuírem seus próprios meios de comunicação” e que também se incorporaria ao debate público em defesa da democratização da comunicação. O espírito comunitário reaparece e traz uma nova práxis para se realizar a comunicação por meio do rádio, mantendo como um dos principais fundamentos a mobilização constante dos envolvidos, em sua imensa maioria trabalhadores e setores das classes subalternizadas do país.

Em um período de poucas liberdades democráticas, a participação popular nesses novos meios de comunicação era mais do que uma nova forma de se fazer comunicação, era um posicionamento político e mais um elemento de luta contra-hegemônica no campo cultural. Elas saíam da lógica comercial consolidada pelos demais meios de comunicação que haviam se estruturado até o momento. Ao se colocarem como agentes coletivos de transformação e se apoderarem de um veículo importante de comunicação de massa para dar voz aos setores sociais antes silenciados, essas rádios, como as do MEB, também acabavam por expor de forma mais clara o caráter político das rádios comerciais. Ao estarem ligadas a um projeto político contra-hegemônico, elas, de certa forma, também apontavam a consolidação deste meio de comunicação como instrumento de hegemonia apropriado pelas classes dominantes.

O crescimento das rádios comunitárias, ou populares como eram inicialmente chamadas, não era um elemento político isolado e, de alguma forma, dialogava com a falta de espaço para a livre expressão das camadas mais populares de nossa sociedade, que historicamente foram alijadas do seu direito humano à comunicação. Direito ainda mais difícil de ser exercido após o sequestro da democracia do país com o golpe 1964, que contou com amplo apoio dos setores empresariais do país, inclusive dos meios de comunicação hegemônicos.

No final dos anos 1970, o contexto também era de fortalecimento dos movimentos sociais de massa, que trazia de volta à cena política elementos importantes para a democratização da sociedade civil no país. A atuação dos sindicatos, a refundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a formação de novos partidos políticos, dentre eles o Partido

dos Trabalhadores, para além dos dois (MDB e Arena) permitidos durante os anos de chumbo, eram um sinal claro de conquistas concretas para maior participação popular na luta política.

O embate não era algo simples nem fácil tendo em vista os instrumentos utilizados pelas classes dominantes para manter hegemonia. Além do uso das forças de coerção do Estado, novas ferramentas foram criadas pelo regime ditatorial a fim de reproduzir a ideologia dominante por toda a sociedade. A liderança cultural e o poder de consenso perante o corpo social foram fundamentais para construir o ambiente para uma transição política de retomada democrática sem grandes perdas ou derrotas para os militares e para a burguesia que sustentava o regime.

Mas a abertura para um novo regime não foi obra de concessões da burguesia. Tal movimentação se deu devido a luta daqueles que divergiram e lutaram contra o poder autoritário e, por isso, foram cassados, presos, torturados e censurados, mas que avançaram conseguindo um novo espaço para as disputas políticas. Analisar esse momento de redemocratização, que significa o declínio do regime autoritário, é fundamental para compreendermos tanto os mecanismos que estabeleceram as formas ditatoriais de supremacia daquele período, quanto para analisar o fortalecimento das estruturas da sociedade civil que vão abrindo espaço para a derrocada do regime ditatorial e ver a importância das rádios comunitárias (ou suas iniciativas embrionárias) e as articulações em defesa da democratização da comunicação que vão se inserir nesse processo como instrumentos para a construção contra-hegemonia e uma disputa no campo cultural.

1.2.1- A necessidade de os oprimidos escreverem a própria história

O crescimento desses atores pode ser considerado como resultado de um processo de mobilização social e articulação política de determinadas parcelas da população, visando a conscientização de sua situação histórica, a promoção de justiça social e o reequilíbrio das forças hegemônicas na região (PERUZZO, 2003). Como diria Walter Benjamin, a classe oprimida assume a tarefa de libertação em nome de gerações de derrotados e busca escrever sua própria história (BENJAMIN, 1994). Com a multiplicidade de vozes que se colocaram, foi perceptível uma nova visão de comunicação como um direito da cidadania (mais tarde, nos anos 2000, se legitimaria como direito humano, que já era reconhecido formalmente desde 1948) ir se estabelecendo. E nessa onda da reorganização de diversos movimentos sociais, como os de trabalhadores e estudantes, diante da redemocratização do país, também se articula o que podemos chamar de movimento pela democratização da comunicação.

Com origem totalmente diversificada, este movimento atua de forma fragmentada, mas consegue colocar uma nova visão sobre a comunicação em pauta. Mais do que um meio para propagar reivindicações sociais e populares, a comunicação ganha o status de um direito que deve ser garantido a fim de efetivamente consolidar a democracia e garantir a liberdade de expressão em seus mais diversos níveis. E esses dois elementos (democracia e liberdade de expressão) possuem história curta, fragmentada e interrompida em muitos momentos da história do Brasil, como vimos anteriormente. Regimes ditatoriais constantes e uma baixa cultura de participação popular na definição dos rumos políticos do país enraizaram elementos difíceis de serem superados, mantendo estruturas de poder oligárquicas que compõem o cenário do capitalismo no país até os dias de hoje.

Vale ressaltar que mídias alternativas às empresariais existiram e tiveram papel fundamental também durante regimes ditatoriais. Seja o modelo impresso, com jornais e revistas, seja por meio de ondas hertzianas, as vozes dissonantes sempre encontravam suas brechas. Entretanto, é possível perceber a criação de um forte cerco por parte dos grandes empresários de comunicação para manter o controle comercial e privado do espectro eletromagnético, algo que vai muito além do cerceamento da liberdade de expressão, pois impõe barreiras de acesso a um bem público à maioria da população. Sob argumentos técnicos, como o de que as rádios livres, e depois comunitárias, derrubam aviões ou podem interferir em outros serviços, foi sendo criado um ambiente de criminalização e perseguição àqueles que se utilizam do espectro sem autorização estatal. Historicamente, não se tem notícias de rádios livres ou comunitárias causando acidentes aéreos ou distúrbios em outros serviços. Parece que “o medo que eles tinham era que se pudesse instaurar uma bagunça no plano social, e que esse tipo de rádio (...) [fosse] caixa de ressonância a movimentos políticos muito fortes” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 109).

Mais do que um embate no campo simbólico da comunicação, essa disputa pelo espectro expõe a luta por aquilo que pode ser considerado como a infraestrutura material de produção da comunicação. E comunicação, assim como os transportes, sempre foi essencial para o controle da circulação do capital, o que se aprofunda no ambiente globalizado. Nesse sentido, é perceptível a atuação das entidades empresariais, em especial da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT), para impedir a ampliação do acesso dos veículos populares, comunitários e livres ao espectro eletromagnético. Por meio de pressões políticas e lobbys junto às esferas de poder estatal, impõe-se um ambiente de criminalização dos radiodifusores livres e comunitários e uma anomalia jurídica pela alegabilidade da questão, que fica longo período sem legislação específica a mercê do que as esferas jurídicas decidirem. A prática de criminalização

não é adotada exclusivamente contra radiodifusores livres e comunitários, ela também foi amplamente utilizada contra diversos movimentos sociais no Brasil como forma de conter suas reivindicações.

Como aponta Raquel Paiva, “a proposta de comunicação comunitária surge como possibilidade de sociabilização com propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número de excluídos parece cada vez mais ampliado”. (PAIVA, 1998 p.20). É nesse sentido que se percebe que a comunicação comunitária carrega em sua essência um potencial mobilizador em torno de reivindicações cidadãs, favorecendo o desenvolvimento da cidadania e contribuindo na democratização das sociedades contemporâneas. A comunidade passa a perceber e estruturar coletivamente suas demandas utilizando a mídia comunitária como canal de articulação. E para o bloco histórico hegemônico, especialmente para a classe dominante, tal percepção é extremamente perigosa. A sociedade civil organizada passa a entrar na disputa do aparelho estatal, desestabilizando estruturas consolidadas durante muito tempo.

1.3 - Políticas de comunicação e a redemocratização: os movimentos, as atuações e a constituinte

Com esse potencial de atuação no campo cultural, de disputa da sociedade civil e do Estado, uma pergunta importante a ser feita é: como as rádios comunitárias e as articulações que elas participaram podem ser vistas no ambiente de transição de um modelo ditatorial para o fortalecimento significativo dos elementos que compõem uma sociedade civil? Para respondermos tal questão, precisamos primeiramente caracterizar a importância da comunicação na vida social. Seguindo a perspectiva gramsciana, podemos ver que a comunicação deve ser compreendida como cultura, no sentido em que se trata de uma práxis interativa, na mediação entre sujeito e objeto². Logo, ela está diretamente ligada à dinâmica das relações de poder e hegemonia política na sociedade. Neste sentido, o regime ditatorial empresarial-militar atuou, como vimos, para fortalecer um sistema de comunicação com emissoras de rádio e televisão com alcance nacional, tendo a Rede Globo de Televisão como seu principal instrumento de construção de hegemonia, expandindo o projeto da classe e das frações de classe dominantes e estabelecendo o consenso em volta de sua concepção de poder.

Além disso, também se fortaleceu a concepção de comunicação como um negócio, tendo em vista ter sido imposto um modelo baseado no oligopólio das concessões de rádios e

² In. COUTINHO, 2014 p. 15.

TV para setores do empresariado nacional. Sendo assim, fica ainda mais claro que as rádios comunitárias chegam com uma atuação que se coloca num campo contra-hegemônico em todos os sentidos, seja no campo organizativo daqueles que fazem a rádio; seja no campo da nova práxis que produz e que estabelece uma outra relação entre emissor e receptor diferente da passividade da mídia comercial; ou também no campo da disputa pelo Estado em seu sentido estrito ao colocarem a possibilidade de a infraestrutura de comunicação (o espectro eletromagnético), que é gerida por meio de concessões do poder executivo, ser utilizada pelas camadas subalternizadas de nossa sociedade e isso ser garantido em lei.

A relação do crescimento das rádios comunitárias com o período de redemocratização do país descrito acima é fundamental para nossa compreensão acerca da conquista de espaços para construção contra-hegemônica na sociedade civil. Esse fortalecimento, das rádios e dos demais movimentos sociais, culmina em grandes mobilizações por eleições diretas, pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional. Com a derrota no Congresso e o adiamento do sonho pelo voto, os movimentos sociais e outros setores vão se mobilizar em torno da Assembleia Constituinte de 1987, que elaborará a Constituição do país e é tida também como a possibilidade de fortalecimento e democratização das instituições civis. Essa movimentação aponta para a consolidação de uma nova arena política e ampliação das possibilidades da disputa de hegemonia. Colocava-se em aberto a disputa pelo Estado e pelos bens que são de responsabilidade de administração do mesmo, como é o caso do espectro eletromagnético.

E se os movimentos sociais pensavam em avançar por dentro da constituinte ampliando os espaços de participação popular, a classe dominante não pensava diferente. Após o processo de anistia em 1979, o governo do General Figueiredo liberou um número inusitado de outorgas de rádio e televisão num período reduzido de tempo. (LIMA, 1987)

Dados do Ministério das Comunicações divulgados à época revelavam que, enquanto em todo o ano de 1982 foram outorgados 134 (cento e trinta e quatro) novas concessões, em 1983, 80 (oitenta) e em 1984, 99 (noventa e nove), somente nos últimos dois meses e meio (74 dias) de seu “mandato”, o general Figueiredo assinou 91 decretos de concessões de canais de radiodifusão. (LIMA, 1987, p. 1)

Tais concessões funcionaram em geral para a troca de favores políticos, com os respectivos canais sendo distribuídos nos estados. O único critério que parecia ser adotado para se conseguir autorização para operar um canal era o de ser amigo ou aliado do presidente. Até mesmo a esposa de Figueiredo ganhou sua emissora de presente. Além disso, proibidos pelo Código Brasileiro de Telecomunicações de serem diretores ou gerentes de concessões públicas

de radiodifusão, parlamentares e outros políticos colocavam as mesmas em nomes de familiares ou amigos. As distribuições de concessões e o projeto político por trás dela era algo tão escandaloso que não pode deixar de ser abordado pelo presidente eleito em seguida. Em entrevista concedida em 17 de janeiro de 1985, Tancredo não fugiu do tema diante da pergunta de Audálio Dantas, então presidente da FENAJ, e disse:

A pergunta diz respeito à democratização dos instrumentos de comunicação. Evidentemente, nesse setor, prevalece, com maior intensidade ainda, o espírito autoritário. Sabemos que as concessões de rádio e de televisão são distribuídas por critérios exclusivamente políticos, partidários e até personalistas. A primeira ideia que me ocorre, sem entrar no exame detalhado da matéria, através da consulta feita às entidades de classe nela interessadas, parece ser a criação de um Conselho Nacional de Comunicações que tenha participação direta não apenas na decisão da concessão de rádio e de televisão, mas, sobretudo, na fiscalização do seu funcionamento. (LIMA, 1987)

A declaração de Tancredo Neves apontava como a construção do cenário de radiodifusão no país contribuiu para o regime ditatorial. O silenciamento de diversos atores sociais e os critérios utilizados nas distribuições dos canais foram importantes para a consolidação de hegemonia das classes dominantes. Com as amplas reivindicações por democracia, independente se levaria o projeto adiante, Tancredo demonstrava estar atento a este lado nada democrático de nosso sistema. A criação de um Conselho Nacional de Telecomunicações com participação da sociedade civil seria uma das principais bandeiras levantadas pelos movimentos pela democratização da comunicação na Constituinte.

Mas como versa o dito popular, “o Brasil não é para amadores”. E se Tancredo fazia esse discurso num dia, no outro já sinalizava a tendência a fazer um acordo político com os principais grupos de comunicação. No mesmo dia em que foi eleito presidente pelo colégio eleitoral, Tancredo almoçou em Brasília na companhia do diretor regional da Rede Globo de Televisão, do presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho e de Antonio Carlos Magalhães, que saíra do PDS e posteriormente seria indicado ministro das Comunicações (LIMA, 1987).

O presidente eleito de forma indireta em 1985 faleceu em março daquele ano e não pode ver o desfecho das disputas e acordos que percorreram corredores, gabinetes, salas de reuniões do Congresso Nacional, mas também fervilhou em ações e manifestações com intuito de pressionar a institucionalidade para maiores avanços democráticos.

1.3.1- Os movimentos pela democratização da comunicação: ação direta e articulações políticas na institucionalidade

E se as camadas populares da sociedade não conseguiam acessar o espectro eletromagnético pelos meios legais, a desobediência civil foi a forma com que muitos coletivos e comunicadores encontraram para que suas vozes pudessem ecoar no início dos anos 1980. E foi no processo que viu em sequência a anistia, abertura política e os preparativos para a Assembleia Constituinte que aconteceu o aparecimento de um grande número de rádios de baixa potência, neste primeiro momento mais voltadas para o debate do processo comunicacional. O exemplo da cidade de Sorocaba, em 1982, é significativo para entendermos a demanda popular para se comunicar pelas ondas hertzianas. Naquele ano, foi registrado o surgimento de 42 rádios livres na cidade, numa onda que dialogava com movimentos de rádios livres da Itália e da França e que trouxe ao Brasil intelectuais como Félix Guattari para debater o assunto. Apesar desse número de 42 ser dado como o oficial, relatos apontam que mais de 100 rádios chegaram a operar em Sorocaba neste período. A luta política para se comunicar e por espaço no espectro eletromagnético ficava cada vez mais clara em ações desse tipo.

Além dessa ação direta das rádios livres, no processo de luta por eleições diretas, em 1984, viu-se o nascimento da Frente Nacional de Lutas por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPCD). A frente, um ano depois, já contava com a participação de 27 parlamentares e 45 entidades. Essa mesma articulação, liderada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), movimentou-se em seguida para levar propostas para a Assembleia Constituinte. Dentre as propostas apresentadas aparece o acesso ao espectro garantido a todos os segmentos sociais interessados. Esse ponto foi apresentado devido ao debate com a articulação de rádios livres, acadêmicos e entidades paulistanas, que conseguiram de alguma forma incidir na proposta pelo peso político que ganharam com o grande número de rádios que se formaram no período. Essa possibilidade de intervir no processo Constituinte e a ampliação da luta contra-hegemônica organizada fizeram ganhar corpo o debate político sobre o direito à comunicação. Os primeiros passos para a formação de um movimento social pela democratização da comunicação eram dados e já tinha grandes desafios pela frente.

Vale ressaltar que a tarefa não seria fácil, tendo em vista que o regime ditatorial foi bastante competente na consolidação dos instrumentos de hegemonia que lhe garantiram o poder durante os 21 anos. Além de consolidar a Globo como principal base para o fortalecimento da hegemonia das classes dominantes, o regime civil-militar também desenhou, como vimos, as bases para o modelo de comunicação que existe no país com poucos

proprietários na radiodifusão, baixíssima intensidade da participação popular nos veículos de radiodifusão e um sistema de troca de favores políticas para as concessões de rádio e televisão, evitando assim que vozes dissonantes se apresentassem no espectro eletromagnético e trouxessem consigo uma história e uma realidade contada a partir do olhar dos oprimidos e subalternos.

No campo da disputa partidária, a Constituinte se desenrolava de forma confusa, pois poucos partidos elaboraram propostas concretas. Nessa seara, o Partido dos Trabalhadores (PT) levou a colaboração elaborada pelo jurista Fábio Konder Camparato com um projeto de constituição com início, meio e fim. Já o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista Brasileiro iam para o debate munidos de eixos sistematizados. Segundo Florestan Fernandes, era sintomático que somente os partidos de esquerda fossem para o debate com projetos mais avançados. Enquanto isso, a “Aliança Democrática”, o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal não dispunham de nenhum projeto prévio “talvez porque estivessem no Governo e identificados demais com a conservação da ordem existente”³.

Além disso, ainda tinha o campo da atuação das entidades, fossem elas ligadas aos setores populares ou empresariais, e dos movimentos sociais. Aqui, enquanto os setores pela democratização da comunicação apresentavam a emenda citada acima garantindo acesso aos mais diversos atores sociais ao espectro eletromagnético, o setor empresarial, representado pela Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (ABERT) obstruía sistematicamente essa e também as propostas de PT e PMDB para comunicação. Desta forma, apesar de a Constituição deixar claros alguns pontos que se contrapunham ao regime ditatorial do período anterior, como é o caso da garantia da liberdade de expressão e opinião, no campo do direito à comunicação é perceptível a lacuna de artigos que garantam tal direito à maioria da população, especialmente no tocante ao acesso ao espectro eletromagnético. Sobra, assim, apenas os artigos que vão do 220 ao 224, que veremos de forma mais clara no próximo ponto deste capítulo, mas que em momento algum detalham como fazer aquilo que enunciam e são frutos de cortes do que seriam os princípios que norteiam a proposta apresentada pelos movimentos sociais e outras composições políticas progressistas. Diante desse cenário e de outras questões o sociólogo e à época parlamentar constituinte Florestan Fernandes afirmou que aquele processo:

seria pobre e bitolado diretamente pelas classes e frações de classes dominantes, pelo vetor militar e pelas interferências castradoras do Executivo (e por vezes do judiciário), o que estava dentro da lógica política de um solo

³ In FERNANDES, 1989.

histórico árido e ultra resistente à democratização da sociedade civil, da cultura e do Estado. (FERNANDES, 1989. p.10)

Desta forma, o saldo mais positivo talvez tenha sido o fortalecimento da atuação dos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, que continuaram se mobilizando e fazendo debates para avançar suas pautas. A disputa de hegemonia na sociedade estava aberta e se fazia necessário lutar pelo fortalecimento dos instrumentos que trouxessem as classes subalternas para o centro do debate. A história precisava ser reescrita por aqueles que foram derrotados, explorados e excluídos ao longo da construção política do país. E para se fazer isso era preciso manter o foco tanto no campo cultural, armando estratégia de contra-hegemonia, e ao mesmo tempo avançar na disputa do Estado em seu sentido estrito, recuperando para a maioria da população os bens que pertencem a todos mas que são entregues somente para as classes dominantes e lutando por um arcabouço legal que ampliasse e democratizasse os espaços da sociedade civil.

Para reescrever a história também era necessário que os oprimidos se apropriassem dos instrumentos de disputa de hegemonia, especialmente ampliassem o acesso da população ao direito à comunicação e garantissem a participação popular nas decisões acerca dos rumos das políticas de comunicação do país também. Se a democratização do país contava como vitória certa a garantia do direito de liberdade de expressão dos mais diversos matizes ideológicos, o que também garantiria possibilidade de disputa política e de empoderamento, era necessário lutar para garantir meios para que a liberdade de expressão fosse no sentido de fazer com que a diversidade ecoasse e atingisse toda a população. O processo da Constituinte parecia ser um espaço interessante para disputa do acesso aos bens públicos e às instituições pelas classes subalternas. Muitos viam aquele espaço como uma possibilidade de “tirar o passado a limpo”, mas a realidade não seria bem assim como veremos a seguir numa análise mais detalhada sobre como foram as idas e vindas do debate sobre comunicação na constituinte. Mais do que uma abstração legal sobre o tema, o que vale para a nossa análise são as disputas de classe envolvidas no debate e as possibilidades democratizantes que se colocam no processo.

1.3.2. A proposta dos movimentos pela democratização da comunicação e os caminhos para sua descaracterização

O cenário pré-constituinte parecia trazer uma dubiedade de sentimentos nos setores democráticos e da esquerda. Ao mesmo tempo que vinham de uma “derrota” nas reivindicações por eleições diretas em 1985, havia uma grande expectativa e certo entusiasmo com a abertura

do processo de constituinte. Mesmo com a abertura democrática sendo extremamente controlada e de certa forma blindando os interesses das classes dominantes e dos militares na democracia que se desenhava, movimentos sociais, populares, entidades de trabalhadores e estudantes voltavam suas forças na tentativa de obter conquistas concretas na elaboração da Carta Magna. Nesse sentido, chegou a se ver uma certa euforia por parte dos setores progressistas com a indicação de relatores das comissões e subcomissões.

No campo da comunicação, foram escolhidos para a subcomissão e comissão encarregadas pelo tema a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) e o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), respectivamente. Ambos eram considerados progressistas e aliados do campo democrático.

O anteprojeto apresentado pela deputada na subcomissão trazia pontos muito próximos aos defendidos pela FNLDC, Fenaj, setores progressistas da Igreja, partidos de esquerda e outras organizações de profissionais da comunicação e da sociedade (AMORIM, 1988). Mas as idas e vindas, disputas e negociações levariam a caminhos bastante distantes da expectativa daqueles que construíram esse debate de forma democrática visando, desde já a garantia do direito à comunicação a toda a população.

Para entendermos melhor essa disputa política, vale a pena ver cada passo desse trâmite, desde a proposta inicial até o que foi aprovado para o texto final da Constituição. Começamos, então, com os pontos apresentados pela deputada Cristina Tavares no Plenário da Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação em 13 de maio de 1987, que serão apresentados aqui de forma resumida numa síntese entre as análises feitas pelo artigo de José Salomão David Amorim e do professor Venício Lima (LIMA, 1987):

- 1- O princípio de que os meios de comunicação devem estar a serviço do desenvolvimento integral da nação, da eliminação de injustiças e desigualdades sociais, da independência econômica, política e cultural do povo e do pluralismo ideológico.
- 2- Monopólio estatal na exploração dos serviços públicos de telecomunicações e transmissão de dados.
- 3- Criação do Conselho Nacional de Comunicação com dever de estabelecer, supervisionar e fiscalizar as políticas de comunicação nas áreas de rádio e televisão. Incluindo entre suas atribuições: a) Outorgar e renovar, ad referendum do Congresso Nacional, autorizações e concessões para exploração de serviços de radiodifusão; b) Promoção de licitações públicas para concessão de frequências de canais; c) definir as tarifas cobradas aos concessionários de serviços de radiodifusão e transmissões de dados; d) Promover e introdução de novas tecnologias e propiciar a capacitação tecnológica nacional; e) Ordenar acerca da organização e

da transparência das empresas concessionárias da radiodifusão, da programação regional, da programação em rede e da garantia de mercado para os programas das produtoras independentes.

4- Este Conselho seria composto por 15 (quinze) membros: 2 do executivo, 4 do Congresso Nacional, 3 de entidades profissionais da área de comunicação, um da comunidade científica, um das universidades e um da área de criação cultural.

5- As entidades sem fins lucrativos, comunitárias, educativas, culturais e sindicais deveriam ter prioridade na concessão de canais de rádio e televisão.

6- Liberdade de expressão e criação sem restrições pelo Estado.

7- Garantia do direito de resposta aos cidadãos e entidades.

8- Direito para partidos políticos, sindicatos, entidades profissionais e populares utilizarem de forma gratuita a imprensa, rádio e a televisão, conhecido como direito de antena.

9- Criação de Conselhos editoriais nas empresas públicas e privadas compostos por representantes profissionais e da empresa.

10- Criação de mecanismos de proteção ao cidadão contra agressões sofridas pelos meios de comunicação pela promoção da violência, do álcool, do tabagismo etc.

Após a apresentação, este projeto foi bombardeado na subcomissão. A ação de lobistas ligados aos empresários e do próprio Poder Executivo com manobras de plenário resultou no definhamento da proposta. O relator Ártur da Távola ainda tentou fazer alterações no intuito de viabilizar pontos essenciais, mas não obteve sucesso. Entretanto, ainda na discussão na subcomissão, foram apresentados mais três pontos ao projeto, como aponta o professor Venício Lima (LIMA, 1987):

1- Dá permissão para que brasileiros naturalizados há mais de 10 anos possam ser proprietários de empresas jornalísticas e de radiodifusão e também as sociedades nacionais possam ser proprietárias de até 30% do capital social;

2- Retira as especificações acerca da composição do Conselho Nacional de Comunicação, deixando que a composição seja feita pelas representações anteriores sem especificar a quantidade de cada uma;

3- Exclui a parte que trata do direito de antena para partidos políticos, sindicatos, entidades profissionais e populares.

Se essas alterações já representavam retrocessos, quando o texto foi apresentado na Comissão e sistematizado para ir ao plenário, o que se viu foi a total perda da essência da proposta inicial. Para começar, o ponto que apresentava o princípio que guiaria a política de

comunicação do país foi suprimido e a proposta de monopólio estatal na exploração dos serviços públicos de telecomunicações e transmissão de dados também foi retirada.

A proposta do Conselho Nacional de Comunicação, que era vista pelos movimentos sociais e deputados progressistas como o principal ponto a ser defendido, foi descaracterizada e apropriada para os interesses daqueles que estavam no poder. Foram retiradas também todas as representações da sociedade e a proposta foi encaminhada com representação paritária de membros indicados pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo. Além disso, foi esvaziado o poder de decisão do Conselho, passando ele a ser um mero órgão auxiliar do Congresso Nacional. A única mudança que ocorreu foi que o Congresso passa a apreciar outorgas e renovações de concessões feitas pelo Executivo.

A prioridade de concessão de canais para entidades sem fins lucrativos foi retirada, assim como o direito de sindicatos partidos, organizações profissionais e populares de usarem gratuitamente a imprensa, o rádio e a televisão. Como não poderia deixar de ser diferente, também foi retirada a proposta de criação dos conselhos editoriais com representação dos trabalhadores.

Com todas as disputas e pressões por parte do setor empresarial, o que acabou sendo encaminhado sobre comunicação social no processo constituinte foi algo aquém das necessidades para a garantia do direito pleno à comunicação a maior parte da população, limitando-se a cinco artigos que, dentro das disputas sociais e de classe que perpassam nossa sociedade, acabam carecendo de clareza e em última instância servem aos poderosos ligados às classes dominantes. O artigo 220 vai tratar da liberdade de expressão e pensamento para os diversos matizes ideológicos, o que pode ser considerado um princípio essencial de ser explicitado na Constituição, tendo em vista o período de ditadura que a antecede. No artigo 221 são explicitados de forma bastante vaga alguns princípios que devem nortear a programação e produção de emissoras de rádio e televisão. Em seguida, o artigo 222 regula a propriedade das empresas de rádio e televisão para brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

O artigo 223 merece uma atenção especial, tendo em vista que expõe ser competência do “Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.”. Em tese, a distribuição de outorgas, permissões e concessões para ocupar um espaço do espectro eletromagnético deveria contar com a presença do setor privado, público e estatal. Entretanto, o que temos é uma supremacia do setor privado e comercial, sendo as emissoras estatais e públicas totalmente carentes de definição sobre o caráter de ambas, sendo muitas vezes confundidas, e ocupando uma quantidade de canais

extremamente limitada. Na prática, o que se vê é a permanência de uma visão do espectro eletromagnético voltada para os negócios e não para a cidadania e a falta de regulamentação deste artigo para que ele possa ser realmente cumprido e possibilitar de forma concreta a complementaridade do sistema.

Essa visão mercantilista que se estabeleceu acerca do uso do espectro eletromagnético nos permite lançar um questionamento acerca da sua eventual propriedade. Em participação no seminário “Rádios Comunitárias em tempos digitais”, realizado em março de 2016 em Campinas pela Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC Brasil), Francesco Diasio, coordenador internacional da entidade, afirma que vê “o espectro como um bem comum e não apenas um bem público. Por isso é importante que a gente o articule como um direito fundamental. O espectro é o Direito à Comunicação” (DIASIO, 2017). As palavras do militante italiano dão um tom da importância de se disputar esse bem, do que ele representa e como deveria ser tratado. Ao falar que se trata de um bem comum, Diasio fortalece que mais do que um bem público, o espectro deve ser visto como algo que pertence a todos, como uma produção intelectual compartilhada. Desta forma, ao privatizar e deixar entregue este bem comum à lógica do mercado, nega-se a maioria da população um direito fundamental. Diasio expõe ainda o exemplo de Túnis em 2010 para exemplificar as formas de luta política que devem ser empenhadas para a garantia desse direito de acesso e uso do espectro:

...para a AMARC, a vocação não é ocupar frequências [sem outorga ou licença para tal]. Mas já vi em Túnis, depois da revolução [de Jasmim], nasceram rádios livres e foi porque primeiro ocuparam frequências. Nós apoiamos, de manhã estivemos com gravata falando com as autoridades, e de noite no porto para transmitir de forma ilegal. Mas funcionou, em Túnis, tem rádios comunitárias licenciadas. Então, nossa vocação não é piratear o ar. Porém, é um bem público e estamos prontos para fazer o que for necessário. (DIASIO In AMARC Brasil, 2017, p. 160)

O exemplo dado por Diásio, que foi colocado num debate direto com o movimento de rádios livres, remonta em certa parte à própria experiência do movimento pela democratização da comunicação no Brasil. Se não fossem as primeiras transmissões realizadas por rádios livres, entrando no ar sem qualquer autorização e levando novas vozes para este espaço através de uma clara desobediência civil, seria muito difícil que novos movimentos e a disputa pelo espectro fossem pautadas posteriormente. Mais importante do que as divergências entre as concepções do que reivindicam rádios livres e rádios comunitárias, que debateremos mais a frente, são as construções e contribuições que essas práticas deram para a concepção de democratização dos meios de comunicação e, principalmente do Direito à Comunicação como um Direito Humano fundamental.

Afinal, uma das premissas dos Direitos Humanos e sociais é a necessidade de garantia de universalização do exercício dos mesmos. Para tanto, são necessárias políticas públicas. Em entrevista à revista *Socialismo e Liberdade* em 2010, ao criticar os recuos da social-democracia no não aprofundamento de reformas que colidiam com interesses do capital, Carlos Nelson Coutinho fala sobre um direito social que o capitalismo não pode garantir:

...há um direito social que nenhuma social-democracia até hoje pôs em prática: é o direito social à propriedade, que é a socialização dos meios de produção. Só há direitos humanos, civis e sociais quando eles são universais. E no capitalismo reina evidentemente uma completa desigualdade no direito à propriedade. A única forma de haver no mundo moderno o direito social à propriedade é com a socialização dos grandes meios de produção. (COUTINHO, 2009, p. 6)

Quando Diasio coloca o espectro eletromagnético como o direito à comunicação, é possível fazer, de alguma forma, uma relação com a fala de Coutinho. Como bem comum, portanto, compartilhado por todos, a única forma de universalizar o acesso a este direito, que não deixa de ser também um meio de produção da comunicação, seria garantir licenças coletivas (ou comunitárias). E o que vemos em nossa Constituição ainda fica muito aquém da garantia de que atores sociais coletivos se apoderem do espectro. A privatização deste bem é a prática que ainda impera no país.

1.3.3. O pós-constituente: cenário político e atuação dos movimentos de comunicação

Os movimentos pela democratização da comunicação e as articulações de rádios comunitárias e livres, especialmente as comunitárias, parecem ter entendido bastante como fazer a luta no novo cenário político que se dava com o gradual processo de redemocratização do país. À medida que se organizavam e se mobilizavam ganhando maior inserção social, também atuavam na elaboração e disputa por novos marcos legais para a comunicação, além de desenvolverem novos veículos de comunicação.

Para entendermos em que marco legal vivíamos após a Constituição de 1988 ter sido finalizada, vale lembrar que, para as comunicações, a lei vigente ainda era o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), Lei nº4.117 de 1962⁴. Dentre outros pontos, o CBT determinava que a ocupação do espectro eletromagnético dar-se-ia somente por veículos estatais ou comerciais, alijando a sociedade civil organizada e os demais atores sociais do processo de comunicação pelas ondas hertzianas.

⁴ Ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm

Diante de um cenário sem regulamentação para a nova onda de rádios livres e comunitárias, o que se via era uma grande repressão por parte do Estado contra quem atuasse no espectro eletromagnético sem a concessão legal. Mas por mais que se fechassem as rádios e apreendessem transmissores e outros materiais, elas não acabavam. Havia uma demanda social por se comunicar e não aceitar mais a posição passiva na relação com os meios de comunicação.

Neste momento, entre os anos 1980 e até o início da década de 1990, os movimentos de rádios livres e de rádios comunitárias vão gradualmente se separando. No fundo, após o processo de constituinte, apesar de diversas iniciativas de rádios comunitárias e livres continuarem a aparecer, o movimento pela democratização da comunicação manteve-se um tanto desarticulado e em refluxo, inclusive pelo fato de os partidos políticos não considerarem a pauta como prioritária e não a aprofundarem. Para se ter ideia, o programa de governo do PT para as eleições de 1989⁵ falava ainda de forma tímida sobre a democratização da comunicação. Somente em 1991, há uma nova mobilização com a criação de diversos comitês estaduais que culminaria com a articulação do *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* (FNDC) trazendo novas ações para a disputa política, como o projeto de *Lei de Informação Democrática* (LID), que se propunha a substituir a Lei de Imprensa datada de 1967, uma criação do governo ditatorial com diversos problemas. Além disso, foi perceptível o novo tratamento dado às comunicações por outras entidades e movimentos sociais. A UNE chegou a realizar um evento exclusivo em parceria com estudantes e o professor José Carlos Rocha sobre o tema, como veremos no próximo capítulo. Muitas dessas movimentações pareciam ser resultado do papel decisivo da Rede Globo nas eleições de 1989 ao realizar uma edição do último debate entre Lula da Silva e Fernando Collor de forma claramente tendenciosa e favorável ao candidato do PRN.

A retomada do movimento também trouxe tensionamentos. O projeto da LID tinha sido desenvolvido sob a liderança do Professor José Carlos Rocha, que dialogava e articulava diversas rádios livres e comunitárias de São Paulo, que chegaram a formar a *Associação das Rádios Livres do Estado de São Paulo* (Arlesp). Para se ter ideia, a LID previa a “liberdade de emissão, transmissão e retransmissão por meio de onda eletromagnética e por fio, para emissoras de rádio e TV de âmbito municipal sem fins de lucro e de baixa potência, mediante registro em cartório local”⁶. Esse tensionamento fez com que o Professor José Carlos Rocha e

⁵ Ver em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/11-PTeleicoesPresidenciais.1989.pdf>

⁶ Ver em: <https://democracianacomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2019/02/historico-do-fdc-novo.pdf>

algumas entidades rompessem com o FNDC e formassem o *Fórum Democracia na Comunicação* (FDC). Fato que analisaremos no próximo capítulo de forma mais aprofundada.

Com um viés que não tinha como horizonte a disputa política por dentro do Estado, ou por meio de legislações, o movimento de rádios livres também se afasta do FNDC e vai seguir com suas convicções defendendo que a utilização do espectro eletromagnético não deveria ser regulamentada em lei, pois tal forma limitaria o acesso ao mesmo. Em contraposição, é possível ver que a articulação de tornar as rádios legalmente constituídas fortalece a formação do movimento de rádios comunitárias de forma mais consistente e autônoma dos demais segmentos.

Essas movimentações e entrelaçamentos dos atores envolvidos nas disputas políticas pelos rumos da comunicação no país serão aprofundadas no próximo capítulo. O destaque para a relação dos demais movimentos com o de rádios comunitárias se deve tanto pelo nosso objetivo central de análise, quanto pelo próprio papel de destaque que as rádios comunitárias ganharam, principalmente no campo da disputa pelo marco legal. Entretanto, analisar tais movimentos sem a relação com seus parceiros não seria possível, pois as pautas se cruzam e, em muitas situações, todos caminham no mesmo sentido.

Capítulo 2 – A luta pelo direito à comunicação e o surgimento do movimento de rádios comunitárias

Após o período de disputa pela constituinte, pode-se perceber que o programa de movimentos sociais, partidos de esquerda e setores que lutaram pela redemocratização do país fora derrotado nas suas principais propostas referentes a política de comunicação. Mais do que isso, o processo constituinte pouco, ou nada, avançou na garantia de acesso da maioria da população aos meios de comunicação e à sua infraestrutura, especialmente no tocante ao espectro eletromagnético. Como vimos anteriormente os artigos aprovados não apontavam em nenhum sentido para a construção de políticas públicas no campo comunicacional, mantendo o caráter privado e mercantilista que se consolidou ao longo da história do país e com grande concentração dos meios nas mãos de poucos empresários, que mantinham, assim, grande poder político. Aquilo que entendemos por interesse público, ou seja, a ampliação de espaços para participação política organizada da cidadania não avançou neste campo com o intuito de manter nas mãos da burguesia e de seus setores de classe um amplo controle da mídia, que é fundamental até hoje para a manutenção de sua hegemonia em todo o tecido social e para a implementação de seu projeto de poder.

Neste período de redemocratização, ficam mais claros os dois projetos que se colocam em disputa no país naquele momento e que refletiam também modelos em disputa no campo internacional, como expõe Carlos Nelson Coutinho em seu artigo “*O conceito de sociedade civil em Gramsci e a luta ideológica no Brasil de hoje*”. De um lado, o modelo liberal-corporativo, predominante nos Estados Unidos, e de outro lado o modelo de democracia de massas, identificado majoritariamente com as principais democracias europeias e que é, de certa forma, fruto das políticas sociais-democratas (COUTINHO, 2006. p.48). Vale destacar que essa disputa não é travada apenas no campo da economia, mas sim “de projetos globais hegemônicos, que envolvem a esfera política, social e até mesmo cultural” (COUTINHO, 2006. p.49). Ou seja, tais projetos buscam obter consensos junto à maioria da população, a fim de conquistar hegemonia na sociedade. Esses consensos são construídos no campo da sociedade civil, como destaca Gramsci, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, especialmente pela mídia. Esse controle dos meios de comunicação pela burguesia e seus setores de classe, mais do que beneficiar seus negócios, é estratégico na disputa de hegemonia para implementação de seu projeto de poder. Vimos isso durante a ditadura empresarial-militar, em que a concessão da TV Globo e sua rápida expansão por todo território nacional, foram fundamentais para o regime.

A clareza sobre essa disputa na sociedade é importante também para que entendamos as formas de atuação dos movimentos pela democratização da comunicação, dos movimentos de rádios livres e dos movimentos de rádios comunitárias e os rumos que cada um traçou em sua ação política. A princípio, podemos dizer que todos se situam no mesmo campo político que visa o modelo de democracia de massas, buscando ampliar os espaços de participação da cidadania naquilo que Gramsci denominou como aparelhos privados de hegemonia, que são as organizações responsáveis pela difusão de ideologias. Entretanto, cada um desses movimentos tinha concepções distintas para a realização de tal disputa política e que foram ficando cada vez mais claras pelas bandeiras que defendiam, pelas divisões que sofreram, pelas formas e consequências de suas atuações e, também, pelas suas disputas internas. Esses movimentos atuam em muitos momentos de forma conjunta e não podemos encarar a separação deles aqui de forma esquemática ou simplista, mas como tentativa de aprofundar o olhar sobre cada um deles. Vale lembrar também que seria danoso para nossa análise lidar com cada vertente ou espaço do movimento como um conjunto monolítico. Os movimentos possuem dinâmicas que se transformam ao longo tempo e são permeados por divergências e disputas táticas em defesas políticas que vão conformando seus caminhos ao longo da história. Diferentemente da tradição de atuação dos partidos políticos, especialmente os do campo da esquerda, que em geral atuam de forma centralizada em torno de um programa definido internamente, os movimentos costumam manter tais disputas vivas de forma constante e com mudanças, geralmente, mais rápidas na sua dinâmica de atuação ao longo de suas lutas.

Este capítulo também não visa trazer uma história linear de cada movimento. Buscaremos aqui fazer uma análise política da atuação de cada um, sua orientação ideológica (ou mesmo orientações) e as consequências das ações. O destaque ao movimento de rádios comunitárias se dá aqui por alguns motivos que consideramos fundamentais para apontar sua atuação e organização como ponto de construção contra-hegemônica no campo da comunicação. O diálogo que o campo comunitário faz com aquilo que podemos considerar como sua origem, as rádios escolas do Movimento Eclesial de Base (MEB) aponta para uma disputa no campo da cultura e do Estado. A partir da “Pedagogia da Autonomia” de Paulo Freire, o MEB dialogava na sua atuação com o reconhecimento dos conhecimentos existentes em cada comunidade, e não com projetos educacionais que, em sua maioria, se desenvolvem a partir da transmissão de um conteúdo do professor para o aluno, e, em geral, um conteúdo com base na ideologia hegemônica. Isso estará presente no projeto que consolidará as rádios comunitárias, que desenvolvem seu projeto comunicacional de forma coletiva e com cada participante se tornando um agente político de transformação. Entretanto, é importante ressaltar que o

movimento de rádios comunitárias dialoga e muitas vezes atua junto com outros movimentos do campo mais amplo da comunicação numa troca que alimenta as propostas para seu próprio campo e também acrescenta aos demais com suas experiências e formulações.

Para facilitar nossa análise, dividiremos o capítulo a partir da conformação de cada um dos movimentos no período pós-constituinte: movimento pela democratização da comunicação; movimento de rádios livres; e movimento de rádios comunitárias. Tais análises visam delinear o pensamento político e a tática que nortearam cada um deles com destaque para as consequências e conquistas oriundas da atuação do movimento de rádios comunitárias, especialmente no processo que culminou na criação de uma lei para este setor e os avanços e retrocessos desta legislação. Neste processo, é importante sabermos que tais movimentos têm relações que muitas vezes possuem um contato bastante orgânico e que não são isolados um do outro de forma estática e estanque como nossa avaliação pode constatar. Em suma, o principal objetivo aqui não se trata de detalhar ou fazer uma simples linha do tempo de atuação do movimento de rádios comunitárias e dos demais movimentos de comunicação, mas sim nos debruçarmos na tentativa de compreensão do processo político em curso para, assim, entendermos o destaque do movimento de rádios comunitárias como elemento de contra-hegemonia no campo da comunicação. A visão de que tais movimentos são vivos e que a análise política desenvolvida aqui deve se distanciar de uma ideia moralista sobre a ação de cada um e se ater na política que vai guiar cada um desses atores.

2.1- Como se organizaram os movimentos pela democratização da comunicação após a Constituinte

Como vimos anteriormente, o processo da Constituinte foi mais uma etapa na transição democrática brasileira, que deixava para trás mais de vinte anos de ditadura empresarial-militar e criava os alicerces para a construção do Estado Democrático de Direito que se construía. Vale ressaltar que a superação do tipo de ditadura que se vivenciou naquele período no país se deu mediante um processo de “rupturas parciais e progressivas, muitas vezes ‘negociadas’” (COUTINHO, 2006, p.45). Esse processo se insere naquilo que Gramsci denominava como “Revolução Passiva”, ou seja, um processo em que a transformação da sociedade é feita sem rupturas do tecido social e sem o que poderia ser considerado uma revolução política. Esse modelo explica em grande parte a cultura política que é preponderante no país, como destacou Carlos Nelson Coutinho:

Uma transição desse tipo – que poderíamos chamar de “fraca” - implicava certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, possibilitando em consequência a criação de um regime de liberdades formais; mas conservava muitos traços autoritários e excludentes que caracterizam o modo tradicional de se fazer política no país. (COUTINHO,2006, p. 46)

De certa forma, podia-se perceber que o caminho para o projeto que denominamos anteriormente como “democracia de massas” ia perdendo espaço. Mais do que isso, fica evidente que os avanços desejados por partidos de esquerda e movimentos sociais para a nova Constituição saíram muito aquém do esperado, tendo inclusive o fato marcante de o Partido dos Trabalhadores votar contra o documento aprovado. Em seu discurso, Luís Inácio Lula da Silva, então deputado constituinte, declara: “...O Partido dos Trabalhadores [...] vem aqui dizer que vai votar contra esse texto, exatamente por entender que, mesmo havendo avanços, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nessa Constituição”⁷.

Se no âmbito geral o sentimento com a Constituição e as críticas a esta transição negociada eram muitas, no campo das políticas de comunicação a sensação de derrota era inegável. Mas, em vez de esse sentimento trazer a potência necessária para uma reorientação política, o que se viu foi a dificuldade de articulação coletiva para construir novos rumos para a luta política neste campo. Apesar de continuarem existindo e surgindo iniciativas importantes, é possível dizer que, enquanto movimento social, a dificuldade de se reorganizar e formular foi bastante grande. Além disso, o que se vê neste período é uma dificuldade de os partidos de esquerda priorizarem a pauta da comunicação e isso parece estar diretamente relacionado à derrota na Constituinte também, pois, além de a derrota ter se dado por conta da articulação política dos setores ligados ao empresariado, também não havia clareza no campo da esquerda sobre um projeto de comunicação alternativa. Márcio de Souza (1995), que analisa o movimento pela democratização da comunicação no Brasil de 1984 a 1994, aponta que os partidos de esquerda não priorizam “em sua prática e não têm discutido e construído um projeto de política de comunicação alternativa para a sociedade brasileira. (...) O discurso crítico contra o monopólio ainda é dominante, mas as propostas são quase sempre genéricas e muitas vezes irrealizáveis” (p. 175).

Um bom exemplo dessa situação pode ser visto no programa de governo apresentado pelo Partido dos Trabalhadores na eleição de 1989. O programa faz, primeiramente, uma análise

⁷ Retirado de: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/ha-20-anos-era-aprovada-a-redacao-final-da-constituicao-de-1988>

aprofundada acerca do quadro da política de comunicação vigente no país, apontando problemas como a privatização do espectro eletromagnético, trazendo a visão de que este é um bem público e pertence ao povo brasileiro. Além disso, o documento destaca as limitações do processo constituinte e as negociações para impedir a aprovação de emendas populares; critica a liberação de concessões de rádio e televisão em troca de apoio político no governo Sarney; questiona o a concentração da mídia e o papel da Rede Globo num sufocamento da identidade nacional, fortalecendo um “modelo de cultura com a cara do país que eles desenham: homogeneizante, consumista e alienante” (Brasil Urgente, Lula Presidente, 1989 p.17); entre outros pontos não menos importante, como, por exemplo, o direito à informação.

Mas se a análise do documento traz algumas riquezas, as propostas apresentadas pecam pela generalização e por serem muito distantes de serem aplicadas na realidade. De certa forma, parece haver uma simplificação das medidas a serem tomadas em palavras de ordem que buscam abarcar as proposições apresentadas no processo da constituinte e atender demandas ligadas a organizações populares mas com pouca clareza sobre como se implementar aquilo que se apresenta. Essas propostas eram, na sua forma resumida, expostas em quatro pontos:

1. Unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios e TV) e Centrais Sindicais, democraticamente eleitos.
2. As rádios e televisões só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos.
3. O governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social.
4. Apoio à criação de canais de comunicação próprios das organizações populares. (Brasil Urgente, Lula Presidente, 1989, p.18)

A falta de clareza e de apontamento acerca de tais propostas já fora visível nos artigos aprovados para a Constituição, que, apesar de apontarem pontos que seriam importantes para a democratização dos meios de comunicação, não apontavam a sua execução. Podemos destacar o artigo que define a complementariedade dos sistemas público, privado e estatal para o serviço de radiodifusão, não expõe em nenhum momento como tal política deve ser implementada, fazendo com que se mantenha a lógica de predominância do setor privado e formação de oligopólio das emissoras de rádio e televisão. Além disso, a proposta dialoga pouco com elementos que já vinham sendo concretizados nos movimentos sociais ligados às pautas da democratização dos meios de comunicação, não fazendo menção às experiências populares já realizadas seja nas rádios populares (ou comunitárias) e nas rádios livres. Essas ações tinham caráter prático e já apontavam para formulações próprias e parecem ter ficado distantes do

processo e substituídas naquilo que já faziam pelas “organizações populares” (como aponta o texto do programa) que estavam mais próximas do núcleo dirigente do PT, como os sindicatos, por exemplo.

E, se os partidos políticos estavam desconectados dessa pauta, o período pós-constituente foi de refluxo para aqueles que lutavam nos movimentos por democratização dos meios de comunicação tanto no campo mais geral desta bandeira quanto na atuação nas rádios livres e comunitárias. Apesar de continuarem existindo ações no campo da comunicação era difícil vê-las articuladas e disputando espaços na sociedade. Marcio Souza (ibid) aponta que a saída dessa inércia se dá após a derrota de Luís Inácio Lula da Silva na eleição presidencial de 1989, creditada em grande parte à edição feita pela Rede Globo do último debate entre o candidato petista e Fernando Collor de Mello (PRN). Segundo o autor, após esse fato, se alastrou “um sentimento de indignação por todo o país, fazendo com que vários setores da sociedade civil se articulassem para lutar pela democratização da comunicação” (id., p. 36).

Esse sentimento trouxe frutos organizativos e muita disputa política dentro do movimento social. Diante dessas disputas pós-constituente, as entidades de classe que formavam a então Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC) decidiram que era preciso manter um esforço permanente de mobilização e ação na busca de políticas que democratizassem de fato a área. Entretanto, somente em 1991, após uma nova onda de mobilização com a criação de diversos comitês estaduais em defesa da democratização da comunicação, foi criado o *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* (FNDC), que trouxe novas ações para a disputa política, como o projeto de *Lei de Informação Democrática* (LID), que se propunha a substituir a Lei de Imprensa datada de 1967, uma criação do governo ditatorial e apontada por diversos setores como uma lei problemática, chegando a ser revogada pelo Supremo Tribunal federal em 2009. Este projeto contou ainda com o apoio das igrejas Católica e Luterana, que promoveram uma semana de apoio ao mesmo. Além disso, foi perceptível o novo tratamento dado às comunicações por outras entidades e movimentos sociais, a União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, chegou a realizar um evento exclusivo sobre o tema neste mesmo ano de 1991.

Com a rearticulação do movimento surgem também alguns tensionamentos. O projeto da LID tinha sido desenvolvido sob a liderança do Professor José Carlos Rocha, que dialogava e articulava diversas rádios livres e comunitárias de São Paulo. Essas rádios chegaram a formar uma entidade própria, a *Associação das Rádios Livres do Estado de São Paulo* (ARLESP) e outras movimentações em nível nacional, como veremos mais a frente, já dando sinais sobre a necessidade de um movimento próprio para este setor. Apesar de terem aceitado o projeto

inicialmente, em determinado momento alguns setores do FNDC consideraram que a proposta da LID facilitaria a união de todos os setores empresariais contra o projeto por ter uma pauta extensa e impor também que os canais concedidos abrissem espaço em sua programação aos setores populares. Para se ter ideia, a LID previa a “liberdade de emissão, transmissão e retransmissão por meio de onda eletromagnética e por fio, para emissoras de rádio e TV de âmbito municipal sem fins de lucro e de baixa potência, mediante registro em cartório local”. Mas a divergência, para além da tática, também foi exposta na forma e no método no texto “Os equívocos da campanha da Lei da Informação Democrática” (HERZ, 1993) que foi debatido na plenária do FNDC de 1993. O documento é bastante contundente e aponta críticas duras o personalismo acerca da figura do professor José Carlos Rocha. Além disso, também criticava os seguintes pontos: formalismo legalista, o personalismo e o voluntarismo da campanha, a instrumentalização e a cooptação. O documento ressaltava ilusões criadas na militância envolvida, como se a questão da democratização da comunicação fosse algo simples a ser defendido apenas com jargões:

A militância e as entidades que aderiam não tomavam conhecimento do conteúdo dos verdadeiros problemas vividos pelo Fórum na luta pela democratização. Ao apresentar apenas “soluções simples” para problemas complexos, a campanha iludia, instrumentalizava os indivíduos, ao invés de permitir que os indivíduos instrumentalizassem a política. (HERZ, 1993)

Todas essas divergências, tanto na forma de atuação como no conteúdo do projeto da LID, fizeram com que o Professor José Carlos Rocha e algumas entidades rompessem com o FNDC, seguissem com a campanha pela LID e formassem mais a frente o *Fórum Democracia na Comunicação* (FDC).

2.1.1- O Fórum Democracia na Comunicação (FDC)

Vale aqui fazer um destaque para essa ruptura e uma breve análise do FDC no âmbito da sua atuação e da sua forma de organização. Ao buscar relatos sobre este movimento, é perceptível a centralidade exercida pelo professor José Carlos Rocha, que lecionava na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). A partir de sua atuação acadêmica, Rocha começa a dialogar com movimentos em defesa da liberdade de expressão. Em 1989, Rocha leciona a disciplina “Legislação e Ética da Comunicação” e dentro da mesma realiza o I Encontro Nacional de Rádios Livres em parceria com a *União Nacional dos Estudantes*. O evento, segundo documento do site do FDC, reuniu entidades e movimentos

sociais e elegeu o Professor José Carlos Rocha como presidente nacional do Movimento de Rádios Livres e também presidente do Comitê Democracia na Comunicação de São Paulo⁸. Deste segundo movimento, Rocha também foi eleito presidente das Comissões Nacionais. Nos anos seguintes, o Movimento Nacional de Rádios Livres ainda realiza dois encontros nacionais, um em Goiás em 1990, e outro em Macaé (RJ) em 1991.

Tais movimentações aparecem no site do FDC sempre com tom bastante personalista e ressaltando a figura e a liderança do Professor José Carlos Rocha, único personagem citado nominalmente para contar tal história. Além disso, ao buscar informações sobre a ruptura do movimento capitaneado por Rocha com o FNDC nos arquivos e documentos disponibilizados pelo FDC, especialmente o que conta sobre sua formação, tal ponto não é citado. Ao contar sua própria história, o FDC aponta uma narrativa diferente e sequer cita o FNDC como espaço que tenha participado em algum momento das articulações pela LID. O site destaca somente que, em 1991, “é lançado, pelo Comitê de São Paulo, presidido pelo prof. Rocha, o Movimento pela Lei de Informação Democrática – LID”⁹.

Entretanto, apesar de não haver citação textual, quando seguimos a leitura do documento sobre a história do FDC, encontramos o cartaz com a chamada para o “Ato de lançamento da campanha por uma Lei da Informação Democrática”, que aponta que o evento é promovido pelo *Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação* (FNDC). O ato está convocado a ser realizado no dia 9 de abril, sem constar o ano. No documento do FDC cita que o cartaz é de 1992, entretanto não conseguimos precisar a informação, e, assim surge-nos a dúvida se a ruptura entre FNDC e movimentos liderados pelo Professor José Carlos Rocha se dá em 1992, diante da data deste cartaz que não citava o FNDC, ou em 1993 após o documento “Os equívocos da campanha da Lei da Informação Democrática”. Mas tal questão não chega a ter relevância para análise que desenvolvemos neste trabalho. Tendo em vista que priorizamos uma avaliação política dessas movimentações, focaremos no que essa gama de movimentos e entidades lideradas pelo Professor Rocha acaba por desenvolver e contribuir na luta pela democratização da comunicação.

O primeiro fato que nos chama a atenção é a interlocução com as rádios livres e comunitárias feita por Rocha buscando criar um movimento específico desse campo mas sem perder a relação com a bandeira mais ampla da democratização da comunicação. As movimentações construídas por tais movimentos dão um ar de segmentação e têm como

⁸ In <http://democracianacomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2019/02/historico-do-fdc-novo.pdf>, acessado em 20 de janeiro de 2020. Acessado em 20 de janeiro de 2020.

⁹ Ibidem

principal elemento de unificação a figura de Rocha, presidindo diversas instâncias distintas. Mas a classificação de Rocha somente como um quadro político personalista não dá conta da sua tática e estratégia de atuação, muito menos do que podemos absorver como sua contribuição que, concordando ou divergindo, tem apontamentos importantes para os movimentos que virão, como parece ser o caso das rádios livres e comunitárias que veremos adiante.

A primeira questão que nos aparece como fundamental foi a visão de Rocha sobre o espaço político e a necessidade de uma organização maior das rádios livres e comunitárias. Ao apontar a fundação tanto da *Associação de Rádios Livres do Estado de São Paulo* (ARLESP), como do Movimento Nacional de Rádios Livres, com a promoção de encontros entre os que atuavam no setor, Rocha parecia notar a centralidade desses atores sociais na construção de um projeto democrático para as comunicações. A partir de sua disciplina sobre Legislação e Ética na ECA-USP, o professor consegue aprofundar o diálogo com rádios livres e comunitárias, encontrar subsídios para formação de um movimento e formular propositivamente.

Como sua articulação era composta majoritariamente por rádios livres e comunitárias, é perceptível que as ações que orientam o Movimento Democracia na Comunicação se orientam pelas demandas de tais atores. Aqui, vale destacar o lema escolhido pelo movimento: “O movimento é pacifista, legalista e de cunho social”. É interessante ler esse lema e pensar que grande parte da base que seguia tal movimento era ligada às rádios livres, que, como mais a frente veremos, defenderam uma tática bem diferente das ações legalistas, apontando praticamente para o caminho da desobediência civil e a defesa da não regulação do espectro eletromagnético por parte do Estado.

Entretanto, o movimento legalista capitaneado por Rocha, tem duas intervenções nesse campo, sendo ambas norteadas pelo direito à liberdade de expressão presente na Constituição Federal. A primeira é a proposta legislativa da LID entregue no Congresso Nacional, que contempla a regulação para rádios livres e comunitárias. A segunda trata-se de uma ação no campo jurídico que tem como ponto culminante a determinação da Justiça Federal em São Paulo que aponta que emissoras culturais, sem fins lucrativos e de alcance local não cometem crime ao transmitir sem licenças ou outorgas e que não seria necessário pedir concessão ao Estado. Após a sentença, o movimento de rádios livres em São Paulo passa a se organizar com assembleias semanais e há um boom de instalação de rádios livres aproveitando a jurisprudência deixada.

Nesse ano de 1994, com o objetivo de promover pela via legal a institucionalização das rádios existentes, os movimentos envolvidos (em sua grande maioria liderados pelo Professor Rocha) fundam o Fórum Democracia na Comunicação. Essa data nos faz crer que a ruptura

com o FNDC se dá em 1993, sendo formada a nova entidade no ano seguinte. Não há documentos apontando claramente que tal conformação seria uma forma de disputar os rumos da pauta com o FNDC, fundado em 1991 e com origens na mesma base social do FDC. Entretanto, o nome e a atuação do FDC parecem apontar neste caminho. No documento do site contando a história do FDC, ao mencionar a passagem do livro de Armando Coelho Neto que cita sua formação, o tom autoproclamatório é evidente: “O Fórum Democracia na Comunicação é o carro chefe da Luta pela Liberdade de Expressão e estimulou a criação de outras entidades de rádio comunitária”¹⁰ (COELHO NETO, 2002). Ao lançarmos um olhar mais aprofundado para aquela conjuntura, é possível perceber que tal leitura é um tanto superficial, o que não se trata num primeiro momento de um grande problema tendo em vista que o documento em questão tem um caráter um tanto propagandístico do movimento e que tal tipo de análise não seria a função do mesmo. Ou seja, nossa análise não visa invalidar a narrativa trazida no material produzido pelo FDC, mas sim relacionar o que está ali escrito a outros acontecimentos. Sendo assim, é difícil concordar tanto que este movimento fora o “carro chefe” da luta por liberdade de expressão, quanto ter sido o ponto que estimulou a criação de entidades novas de rádios comunitárias.

Num primeiro momento, é possível notarmos que a ação que o FDC ganha na Justiça Federal aglutina e mobiliza muitas rádios. Entretanto, parecia haver ali uma tentativa de unir as concepções de rádios livres e comunitárias em torno de uma pauta única que foram se tornando difíceis, especialmente com o viés legalista e a reivindicação por regulação que as comunitárias começavam a avançar. Ao passo que o FDC tem suas origens no Movimento nacional de Rádios Livres, o encaminhamento político daquele momento tendia para uma visão mais voltada para as comunitárias. Além disso, a tentativa de ser o protagonista na pauta pela democratização também não se concretiza, ficando esse papel nas mãos do FNDC por razões que veremos a seguir.

Em sua continuidade, o FDC volta-se para a pauta das rádios livres e comunitárias e participa também da elaboração do projeto que levará a lei nº 9.612. Em sua concepção, este movimento defende inclusive a concepção de comunidade semelhante à da lei, como destaca o documento do I Encontro de Rádios Comunitárias e Livres do Estado de São Paulo de 1995: “A emissora comunitária é o meio de expressão social da comunidade, ou seja, de uma

¹⁰ Ver em: <https://democracianacomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2019/02/historico-do-fdc-novo.pdf>

população local que compartilha interesses comuns nos planos cultural, econômico, político e espiritual”¹¹.

Mesmo nesse movimento que vai levar à concretização da lei nº 9.612, o FDC chega a ser protagonista mas não de forma isolada, tendo em vista o surgimento das várias entidades e movimentos de rádios comunitárias e a diferença de concepção política das rádios livres que vão se afastando da disputa travada no âmbito legislativo do Estado pela regulação do espectro eletromagnético. Com isso, aos poucos, o FDC vai perdendo relevância no cenário político sem ser uma entidade para as rádios livres e comunitárias e sem ser um elemento aglutinador no campo da luta mais ampla pela democratização da comunicação, o Fórum transforma-se, em 1998, em uma agência sem fins lucrativos “encarregada de prestar serviços (técnicos, jurídicos e culturais) às suas filiadas”(Ibidem). Por fim, a última mudança de foco ocorrida pela entidade se dá em 2007, quando passa a atuar no debate tecnológico apoiando-se nos termos de “interatividade e inovação” e dando apoio para que as rádios comunitárias associadas se transformem em pontos de cultura.

Dessa forma, o que podemos analisar é que a ação política do FDC nos anos 1990 tenta dar conta de todos os debates possíveis da conjuntura, sendo uma entidade de rádios livres, comunitárias e também da luta pela democratização da comunicação. Enquanto movimento social, a entidade fica, assim, carecendo de identidade e não contempla nenhum dos segmentos a que se propõe representar em sua atuação. A mudança de foco que se sucede indica que sua intervenção política foi se esmaecendo e sua ação ficando cada vez mais restrita ao estado de São Paulo.

2.1.2- O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)

A análise feita acima sobre a atuação e a ruptura do Professor José Carlos Rocha e do FDC com o FNDC faz-se importante para a compreensão desse movimento pois traz alguns elementos de contraposição que evidenciam as divergências organizativas, táticas, políticas e ideológicas. Como assinalamos, o Fórum nasce em 1991 a partir de uma reunião entre comitês estaduais que defendiam a criação de um movimento nacional voltado para o tema da comunicação democrática. Essa reorganização buscava manter e ampliar a mobilização que retomava fôlego no cenário social no início dos anos 1990 em torno desta pauta. É possível dizer que, em certo grau, o Fórum nasce como resultado organizativo do amplo debate que

¹¹ Disponível em: <https://democracianacomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2019/02/historico-do-fdc-novo.pdf>

tomou a sociedade após as eleições de 1989, especialmente pelo papel decisivo da televisão no resultado que deu a vitória a Fernando Collor de Melo. Vale ressaltar aqui que o FNDC, diferentemente dos demais movimentos do campo da comunicação, tem como característica reunir sindicatos, entidades estudantis, organizações não governamentais, movimentos sociais de diversos campos de atuação e até partidos políticos (no caso o PT em nível nacional e partidos como PSB e PCdoB em alguns estados e municípios) na sua formação.

É importante analisarmos a participação dos partidos políticos que decidem atuar no Fórum de forma mais direta. A diversidade de movimentos já caracteriza em si a busca por um projeto que vai além dos interesses individuais ou de uma consciência corporativa e evidencia a busca de um projeto amplo e que envolve elementos para a disputa do Estado. De certa forma, tal formato remete ao processo de catarse, que é caracterizado por Gramsci como a passagem da consciência egoístico-passional para a consciência universal, do plano da necessidade para o plano da liberdade, das preocupações econômicas para a ação ética e política. Ou seja, mais do que um projeto para a democratização da comunicação, o debate do Fórum estava inserido em uma proposta de um modelo sociedade. Tal caracterização é fundamental para compreendermos a importância do FNDC e do seu processo de formação que, em muitos aspectos orientará e moldará por um longo período a ação daqueles que lutam pela democratização da comunicação. Inclusive é possível ver um grande diálogo do programa e das pautas propostas pelo Fórum e os programas de governo apresentados pela candidatura de Luís Inácio Lula da Silva pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 1994 e 1998.

Além disso, tal composição, com o formato de uma frente bastante ampla, traz para dentro do movimento as disputas que se davam no seio do espectro político da esquerda brasileira. Esse fator implicou com que os debates de comunicação ficassem conectados a um projeto de sociedade amplo, que, como dissemos anteriormente, baseava-se em grande parte na ampliação de espaços de participação em uma busca por criar espaços que contassem com a participação da sociedade para avançar suas propostas. Essa atuação, que dialoga abertamente com o projeto de sociedade mais geral defendida pelo campo político da esquerda no período pós-democratização, denominado por Carlos Nelson Coutinho como “democracia de massas”, é um bom elemento para compreendermos a centralidade que o Fórum ganha dentro desse campo, sendo o principal espaço aglutinador no debate da democratização da comunicação. Podemos dizer que o FNDC consegue garantir a hegemonia dentro deste campo social, tornando-se o principal espaço de formulação, debate e disputa de propostas.

As primeiras experiências de luta que marcam a atuação dos primeiros anos do FNDC evidenciam ainda mais essa tentativa de ampliação da arena democrática e de participação da

sociedade em espaços de decisão políticas. Segundo a cartilha do próprio Fórum, as principais pautas tocadas nesse primeiro momento de formação do mesmo eram: a implantação do Conselho de Comunicação Social como órgão auxiliar do Congresso Nacional e com representação de setores da sociedade; a regulamentação da TV a Cabo (que os empresários tentavam se apropriar e instalar no país sem regulamentação); a elaboração de uma nova Lei de Imprensa, a já citada Lei de Informação Democrática (LID); e ainda a luta pela reestruturação da TV Manchete, que foi extinta em 1992 e deixou diversas dívidas trabalhistas¹². A questão da TV Manchete era bem específica e envolvia disputas trabalhistas por conta de demissões e atrasos de salários devido à crise do grupo, que envolveu a venda do mesmo e depois o cancelamento da venda. Já as demais lutas citadas estavam todas ligadas a pautas com propostas políticas de abrangência nacional, especialmente o apontamento sobre a implantação do Conselho de Comunicação Social, que também foi proposto na Constituinte, colocava a compreensão da necessidade de reforçar a participação política organizada da cidadania e reforçar a disputa nesses espaços tanto com poder de fiscalização, quanto com a possibilidade de formulação e intervenção nas políticas públicas para o campo.

Essa tática de atuação reforçou o molde do funcionamento, das estruturas e da atuação do FNDC de forma mais geral. Apesar de possuir comitês regionais, que se propunham a mobilizar desde a base, as principais articulações estavam voltadas para questões que se davam em nível nacional. Dessa forma, o protagonismo e a centralidade das ações e formulações do Fórum passavam essencialmente pelas entidades nacionais, especialmente as ligadas à comunicação, com uma centralidade especial para a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Por mais que a concepção de “democracia de massas” devesse compreender que a participação cidadã nos espaços de representação a serem criados fossem fruto de construção e trabalho enraizado em uma base social, a dinâmica do movimento acaba sendo em grande parte absorvida para a estrutura institucional tendo dificuldade de consolidar um trabalho de maior abrangência e consolidação nos espaços mais distantes dos locais de tomadas de decisão.

Apesar de, na prática, ser perceptível essa centralização de decisões, também é importante trazer aqui que o FNDC, nesse início de sua formação, buscava de alguma forma definir um eixo teórico que orientasse sua atuação. Esse papel de formulação era exercido principalmente pela figura do jornalista Daniel Herz, que atuava na Fenaj, e teve grande protagonismo nessa reorganização do movimento pela democratização da comunicação no período pós-constituinte. Podemos extrair bastantes elementos sobre a linha política de atuação

¹² Cartilha FNDC nº 1, disponível em <http://fndc.org.br/documentos/publicacoes-do-fndc/>. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.

do Fórum nessa sua primeira fase de formação dos textos formulados por Herz, que sempre primam por apontar debates teóricos, questões técnicas envolvidas e propostas concretas. E dentre os debates que talvez exponha melhor a concepção de Herz está o de controle público.

No texto “Fórum pela Democratização da Comunicação quer sacudir a sociedade civil” (HERZ, 1993), o então presidente da Fenaj desenvolve o conceito de controle público para o campo da comunicação como uma das principais frentes de luta do FNDC, junto com a Lei de Informação Democrática e a disputa sobre a TV a cabo. Apesar de Herz não hierarquizar ou colocar algum dos elementos como mais importante, é necessário nos atentarmos que a pauta do controle público se destaca por ser uma diretriz orientadora da política para as demais lutas do Fórum. Não à toa é a parte do texto que ganha mais espaço e dedicação do autor para ser discorrida e também é colocada como “ideia chave” para se entender a política da entidade.

Apreendendo o conceito gramsciano de sociedade civil como o espaço onde estão situados os aparelhos privados de hegemonia, ou, como coloca Carlos Nelson Coutinho, “os organismos de participação voluntária, baseados no consenso e não na coerção” (COUTINHO, 2006, p. 34), podemos compreender a concepção de controle público colocado por Herz e pelo FNDC como a possibilidade de abertura de espaços para a participação organizada da sociedade, criando mais espaços para a disputa de hegemonia. Mas mais do que isso, é perceptível que tal “ideia chave” que orienta as ações do Fórum dialoga diretamente com a perspectiva da democracia de massas que orienta as ações mais amplas do campo político da esquerda brasileira no período após a ditadura empresarial-militar do país. Ao ver os espaços que controlam as políticas de comunicação do país totalmente dominados pela burguesia e seus setores de classe, percebe-se que o conceito de controle público visa trazer para a disputa setores sociais e políticos que ficaram alijados desse processo ao longo da história do país e disputar os rumos e novos consensos para este campo.

Vale destacar que tal ideia era intensamente debatida internamente no FNDC por conta de a palavra controle remeter ao movimento uma tentativa de restrição da liberdade de expressão. Mesmo assim, o conceito aparece em muitos textos seja de Herz ou nos próprios documentos do Fórum. Em todos os textos em que vemos aparecer o termo, o mesmo se contrapõe repetidamente às ideias de controle estatal e do controle empresarial. Por mais que a preocupação e problematização acerca da utilização do termo seja legítima por reivindicar um cuidado extremo com o conceito de democracia, em nossa avaliação o conceito denuncia como são alijados os setores da classe trabalhadora, que têm o seu direito de se comunicar extremamente restrito, e que tais setores também estão fora dos espaços de decisão sobre os rumos da comunicação no país.

Ao analisarmos a proposta exposta por Daniel Herz sobre como deveria se dar o controle público no campo da comunicação, percebe-se que o então dirigente da Fenaj coloca o diálogo não só no campo das instituições públicas e estatais, mas também naquelas de natureza privada. O objetivo e a lógica da negociação ficam ainda mais claros ao passo que aponta superficialmente para a necessidade de incidência na distribuição de frequências e enfatiza “que a principal disputa se dá na atribuição de um papel para os meios de comunicação na determinação da cultura” (HERZ, 1993). Nesse sentido, Herz chega a propor que:

Semanalmente, em horário nobre, uma instituição representativa da sociedade civil vai apresentar um programa de uma hora em rede nacional de televisão, cumprindo uma função de ombudsman da televisão brasileira com análise e crítica política e estética da programação de todas as redes de TV. (HERZ, 1993)

Ou seja, Herz quer também que o controle público incida sobre “parâmetros para avaliação da qualidade da programação” tendo espaço dentro da grade das emissoras comerciais para tanto. Tal ideia tem coerência e legitimidade dentro das formulações que Herz e o movimento produziam naquele momento, mas aponta para um caminho de disputa política que secundariza a importância da reivindicação de frequências de rádio e televisão para setores da sociedade não ligados à classe dominante. A proposta aponta para aspectos de crítica e denúncia como se tais ações fossem de alguma forma fazer os empresários da comunicação ceder em seu domínio sobre a cultura e, conseqüentemente, sobre a hegemonia que exercem. Por mais que em seu texto ainda aponte a importância da socialização da propriedade dos meios de comunicação, a formulação central tem um caráter de busca pelo consenso como resultado de uma conciliação possível, como se a “afirmação da pluralidade” tivesse que contemplar aqueles que sempre se colocaram contra ela, que apoiaram e construíram os momentos mais duros e violentos da história do país, seja na ditadura empresarial-militar iniciada em 1964, seja em outros momentos. Era necessário entender que mais do que na programação, o problema estava na propriedade do espectro eletromagnético. Afinal, essa apropriação é que permite colocar no ar tal programação e consolidar seu projeto cultural desta forma.

Nesse primeiro período, o FNDC manteve-se bastante mobilizado até 1995. Em quatro anos foram realizadas seis plenárias nacionais, principal instância do movimento para definir ações e debater sua política geral. Em 1995, o Fórum vira uma associação civil formalizada juridicamente, o que representou mais um passo na ideia de fortalecimento e reconhecimento institucional que era tido como necessário especialmente pelas entidades e setores nacionais que dirigiam o movimento pela democratização da comunicação. É necessário apontar também que a principal forma de atuação estratégica do FNDC passou a ser a de negociação de políticas

públicas no campo da comunicação. Essa opção fortaleceu o caráter institucional da atuação do Fórum. Não seria justo fazer uma avaliação maniqueísta de que tal orientação teria levado a entidade à desmobilização. Afinal, mesmo nos períodos de maior agitação política, o movimento indicava e apontava suas bandeiras para elementos de negociação, como foi na negociação das políticas para a implementação da TV a cabo ou mesmo o pleito pelo Conselho de Comunicação, que representava mais um espaço de negociação com participação de amplos setores da sociedade. Entretanto, vale ressaltar aqui que o período que inicia a desmobilização do FNDC é o que traz novidades no campo da comunicação, especialmente com a formação de entidades ligadas às rádios comunitárias que se estabelecem e se consolidam nesse momento, tendo a Associação Mundial de Rádios Comunitárias, a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias como principais atores.

É inegável que a perspectiva de uma lei para o setor de rádios comunitárias, especialmente após uma reunião promovida pelo deputado federal Fernando Gabeira em abril de 1995 com representantes dos movimentos de rádios comunitárias e o então Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, fortaleceu a organização deste setor do movimento, fato que veremos com mais detalhes mais à frente. Entretanto, apesar de o FNDC ter apoiado e participado das discussões acerca da lei nº 9.612, as pautas e até mesmo a forma de atuação do Fórum ficaram um pouco dificultadas naquele momento e seus dirigentes pareciam não conseguir localizar muito bem a atuação do setor de rádios comunitárias. Segundo a jornalista Taís Ladeira, em entrevista para esta pesquisa, “o Fórum não soube reconhecer e aproveitar essa práxis pela democratização da comunicação feita pelas rádios comunitárias” (LADEIRA, 2020). Como dito anteriormente, o Fórum secundarizava o debate pela disputa de outorgas e, quando viu a ação das rádios comunitárias ganhar centralidade no movimento, teve de reformular e repensar suas ações. Naquele momento, a busca pela legalização das rádios comunitárias acabou ganhando centralidade e fazendo com que este setor colocasse o ritmo do movimento pela democratização da comunicação. Um detalhe interessante sobre a forma como Daniel Herz, àquela altura ainda o principal dirigente do FNDC, via as rádios comunitárias pode ser visto pela fala de Gustavo Gindre em entrevista dada para a tese de doutorado de Luiz Felipe Ferreira Stevanim, intitulada “*A luta pela comunicação democrática: atores, concepções e práticas do movimento pela democratização da comunicação no Brasil*”, onde Gindre admite:

“o Daniel [Herz], que era um cara genial, mas com uma certa visão elitista de esquerda, chamava a rádio comunitária de ‘bolha assassina’, porque é um negócio que vai crescendo como nos filmes de terror e vai engolindo tudo” (STEVANIM, 2017, p. 169)

Além do movimento de rádios comunitárias, ascendia neste momento também a mobilização do movimento dos estudantes de comunicação. Capitaneados pela Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (Enecos), este movimento reivindicava pautas como a regulação de estágio e o debate sobre o currículo dos cursos de comunicação. Não seria interessante para uma análise política acerca do período de desmobilização do FNDC fazer uma simples relação causal com o fato de estudantes e rádios comunitárias se fortalecerem. Apesar da perda de centralidade nas pautas, não se pode deixar de citar que o Fórum apoiava ambas as lutas. Entretanto, a forma de atuação e os principais atores da direção do FNDC não conseguiram acompanhar as movimentações e não consideravam as mesmas prioritárias. Mas, para além da questão interna do movimento social, também é importante ressaltar que a desmobilização do FNDC acontece no momento de aprofundamento das políticas neoliberais implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e que, no campo das políticas de comunicação, teve seu auge na privatização do sistema Telebrás em 1998.

O Fórum segue, então, um período de desmobilização que se aprofunda em 1997 e vai até o ano de 2001. Para uma entidade que reivindicava o controle público e ampliação de espaços de participação popular e cidadã nas decisões dos rumos das políticas de comunicação, o avanço neoliberal com a entrega total das telecomunicações para conglomerados multinacionais significou uma derrota grande. Pode-se dizer que, nesse momento, aquele projeto de democracia de massas sofria uma grande derrota. Aprofundava-se o interesse privado sobre o interesse público. O conjunto de movimentos sociais e outras atuações políticas organizadas dos setores subalternos da sociedade via-se distante dos espaços de decisão e perdendo a disputa de hegemonia na sociedade.

Cabia ao FNDC repensar formas de atuação e lidar com a nova realidade que se apresentava em seu campo de atuação. Aliás, era o que parecia caber a todos os setores sociais que atuavam no espectro político da esquerda naquele momento, que, além do avanço das políticas neoliberais e um certo refluxo dos movimentos sociais, via o Partido dos Trabalhadores perder em 1998 sua terceira eleição presidencial com Luís Inácio Lula da Silva como candidato. No caso específico do FNDC, é perceptível também que o baixo enraizamento de suas lutas, que priorizou demais a articulação nacional e pouco a consolidação de bases nos estados, também contribuiu para que a desmobilização tivesse um grau mais aprofundado.

2.1.3- Da desmobilização à rearticulação do FNDC

Com a desmobilização do Fórum, o que se viu aparecer foi uma grande disputa sobre os rumos da entidade tanto nas prioridades organizativas quanto na política a ser tocada por ele. Nesse contexto, a centralidade das entidades nacionais, especialmente a Fenaj, passou a ser questionada pelos setores que reivindicavam uma variedade de pautas mais “ligadas à produção de mídias alternativas, ao papel cultural da comunicação e à militância nos comitês locais” (ISTEVANIM, 2017, p. 176). A experiência da articulação das rádios comunitárias e o avanço conquistado pela lei nº 9.612, mesmo com todas as restrições, não pode deixar de ser visto como ponto dessa reflexão pela qual o Fórum passa neste momento.

Mas mais do que uma simples relação com o ascenso do movimento de rádios comunitárias, a desarticulação do FNDC aponta para o esgotamento de sua política dos primeiros anos de existência e atuação. E para superar tal situação seria necessária uma nova forma de atuar e, principalmente, novas políticas a serem apresentadas diante do aprofundamento do neoliberalismo no país. E a rearticulação do Fórum não se dá de forma isolada no campo político da esquerda brasileira. Com os desgastes das políticas do governo de Fernando Henrique Cardoso no início dos anos 2000, via-se abrir um novo espaço para rearticulação de movimentos e do próprio Partido dos Trabalhados. Para se ter ideia, em 2000, o Diretório Nacional do PT lança um documento com uma série de apontamentos e propostas para a comunicação, definindo que sua bancada deve tratar do tema como questão estratégica para a democracia do país¹³.

Em 2001, o FNDC realiza sua VIII Plenária Nacional e recupera a linha política em defesa da implementação do Conselho Nacional de Comunicação Social. Nesse momento também percebemos novas concepções sobre o direito à comunicação, que o aproximavam da concepção de um Direito Humano, entrarem no debate do movimento e novas entidades serem formadas, como é o caso do Intervozes, que em pouco tempo vira um dos principais articuladores e formuladores do Fórum mantendo grande centralidade no espaço até os dias atuais. Em 2002, o Fórum apresenta aos candidatos à presidência da República um programa de propostas para a área da Comunicação. O documento, intitulado "Por uma Política Pública de Comunicação Social", foi assinado pela candidatura de Luís Inácio Lula Da Silva.

¹³ “O PT e a democratização das comunicações”, disponível em https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/15-PT_Democratizacao.das_.Comunicacoes.pdf.

Entretanto, ao olharmos o programa de governo petista de 2002¹⁴, é perceptível a superficialidade com que o tema é tratado. Como últimos pontos do programa, somente questões acerca das tecnologias da informação e da política de infraestrutura de comunicação e telecomunicação são tratadas, mas com apontamento sempre voltado para universalização dos serviços como direito, e sem abordar a democratização dos meios com a importância devida no campo da disputa cultural e de hegemonia dentro da sociedade.

Apesar das divergências que já podiam ser vistas entre a concepção do movimento e atuação do PT, especialmente na institucionalidade parlamentar, a vitória de Lula da Silva significava uma ampliação das possibilidades de atuação para as políticas elaboradas pelo Fórum. Para se ter ideia do que se vivia naquele momento, vale lembrar que o FNDC participou da equipe de transição de governo, declarou apoio ao governo em reunião aberta em janeiro de 2003 promovida pelo então Ministro das Comunicações, Miro Teixeira¹⁵ e apresentou três nomes ligados ao movimento para ocupar cargos estratégicos no Ministério das Comunicações: Carlos Eduardo Zanatta (ex-representante do PT no FNDC), José do Nascimento Sóter (da ABRAÇO) e Israel Bayma (que esteve na equipe de transição na parte que englobava os Correios). Nenhuma das indicações foi aceita, mas todas demonstravam o espírito com que o Fórum encarava o início do governo petista.

Entretanto, a esperança foi diminuindo diante da postura do governo de Lula da Silva. Já no final de 2003, o FNDC publicou uma carta em conjunto com a Confederação Nacional dos Bispos (CNBB) e a Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), criticando a negociação de aportes públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as empresas de mídia¹⁶. Nesse primeiro mandato de Lula, os movimentos sociais mantinham posturas diferenciadas. Enquanto outros setores acreditavam que dava para se disputar os rumos do governo e viam na construção de instâncias de diálogo e negociação espaço para o avanço de pautas políticas, outros se colocavam desde o início de forma crítica ao governo e assumiam uma postura mais independente e até mesmo de oposição.

Com relação à política do governo petista, aprofundaremos nossa análise no capítulo 3 desse trabalho. Neste ponto vale apontar que as rádios comunitárias passaram a ser um setor importante dentro do processo de rearticulação do FNDC. Istevanim, aponta isso em sua tese:

¹⁴ Programa PT2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/14-programagoverno.pdf>

¹⁵ STEVANIM, p. 187

¹⁶ Disponível em <http://fndc.org.br/documentos/cartas-abertas/> “Crise da mídia: Assunto da Sociedade”. Acessado em 20 de fevereiro de 2020.

Ao menos três processos centrais merecem atenção para entender a fase inicial de rearticulação do FNDC (2001-2005): primeiro, a construção de um projeto de mobilização nacional, centrado no fortalecimento do Fórum como ator na negociação institucional; segundo, o empenho em ampliar a participação social e a interlocução com o Estado na construção das políticas públicas, como ocorreu na discussão sobre a digitalização das comunicações; e terceiro, a crescente demanda dos segmentos marginalizados, como as rádios comunitárias, que representavam outro polo de atuação dentro do FNDC. (ISTEVANIM, 20017, p.189)

O descaso com o compromisso feito junto às rádios comunitárias fez com que em 2004 o Fórum lançasse uma nota “Miro Teixeira esqueceu as rádios comunitárias”¹⁷. O documento, subscrito também pela Abraço, apontava a falta de iniciativa para o setor, tendo sido criado apenas um grupo de trabalho e também denunciava que um dos principais problemas que o movimento pela democratização da comunicação continuava a vivenciar no governo petista era a intensa repressão às rádios comunitárias, mantendo um alto número de fechamento de emissoras e a criminalização de comunicadores. Tal questão mobilizava tanto o setor de rádios comunitárias como o de rádios livres dentro do Fórum. Além desses atores, a mobilização do FNDC se dava também pela retomada de espaço como negociador institucional empenhado em ampliar a participação social na construção de políticas públicas.

Essa retomada da mobilização não trouxe grandes diferenças organizativas ou de concepção para o FNDC. A priorização da negociação, a centralidade das entidades nacionais (a Fenaj continuava com grande centralidade) e a busca por um pacto que envolvesse todos os setores de classe para avançar em um projeto de democratização da comunicação continuavam fortes. Essa busca por um pacto de classes pode ser lida também como uma estratégia de conciliação de classes, que é apontada como a principal linha de condução política dos governos petistas, especialmente nos de Lula da Silva (2003-2010). Não nos parece ser ocasional a reivindicação do FNDC desse pacto de classes no documento “A PEC e a voz do ‘dono’”¹⁸ em que critica a proposta de emenda constitucional do senador Maguito Villela e uma portaria do então ministro das Comunicações, Hélio Costa, que visava isentar de tarifas a importação de aparelhos e equipamentos digitais. O texto acusa que tal medida “serve apenas para a Rede Globo garantir seus negócios” e também favorece o setor das telecomunicações. Como saída para a questão, o documento aponta que “somente um grande pacto entre a sociedade civil, os empresários e os trabalhadores brasileiros poderá produzir um modelo de serviços que sirva à Nação e ao povo brasileiro”. Não cabe aqui colocar no Fórum simplesmente um rótulo de

¹⁷ Disponível em <http://fndc.org.br/documentos/manifestos/?p=2#list> . Acessado em 20 de fevereiro de 2020.

¹⁸ FNDC, 2005 <http://www.fndc.org.br/documentos/manifestos/>

movimento conciliatório, mas compreender que, ao menos na sua atuação e formulação conjuntural, sua reivindicação aposta numa necessidade de que os setores de classe cedam em seus programas para conciliar e, assim, avançar em pontos importantes para o país. Também consideramos que documentos desse tipo envolvem táticas de atuação política e que a posição de estar disposto a construir um pacto pode ser interessante no sentido de denunciar a posição dos empresários e reforçar seu papel enquanto ator de negociação. Entretanto, também quando olhamos a história das políticas de comunicação do Brasil, em nenhum momento o setor empresarial sinalizou para algo que não fosse seus próprios interesses, como já dissemos em outro momento, muito menos sinalizou para um pacto de classes, algo que pôde ser visto de forma concreta durante os debates para a regulamentação da Televisão Digital. Apesar do grande espaço que se abriu naquele momento para o debate, relacionando as questões políticas e tecnológicas, o cenário se encaminhou para uma inflexão do governo Lula da Silva. Do outro lado, a atuação do setor empresarial nesta questão não apontou para avanço no direito à comunicação, buscando restringir o debate quase a mera questão de melhoria da imagem para manter seus interesses e ampliar seu controle inclusive sobre a infraestrutura da comunicação. Afinal, com a digitalização, os espaços a serem ocupados no espectro eletromagnético deixam de ser escassos como antes e se multiplicam. Mas, neste processo, não foi possível detectar avanços no sentido da ocupação dos canais de TV por setores populares e ligados à cidadania e que foram historicamente alijados dessa possibilidade e desse direito. As TVs comunitárias ficaram ainda nas operadoras a cabo e restritas a um canal.

Diante das dificuldades de se obter avanços concretos com o governo Lula da Silva em seus primeiros anos de mandato, o FNDC reavalia suas ações e postura e reconhece que possíveis conquistas no campo do direito à comunicação e de disputa de hegemonia com o setor empresarial só serão possíveis diante de pressão social e popular. Com isso, o movimento busca ampliar a mobilização e aposta na reivindicação de uma Conferência Nacional de Comunicação. A proposta de conferência ganhou corpo no âmbito da sociedade e também por conta das conferências realizadas para outros setores como, a saúde, por exemplo. Via-se que a construção deste espaço no âmbito da comunicação trazia o debate não como um interesse de grupos ligados a esta pauta, mas como algo que merecia atenção de toda a sociedade.

A fim de alavancar a proposta da Conferência, o Fórum realizou junto com outros atores sociais audiências públicas, seminários e outros espaços de debate, formulação e mobilização. O movimento ganhou corpo até a edição do decreto do presidente Lula da Silva em abril de

2009¹⁹. Mas, mesmo com o decreto, a organização da conferência foi repleta de tensões. Em determinado momento, setores do empresariado, especialmente as Organizações Globo, se retiraram da comissão organizadora e o FNDC denuncia a postura²⁰. Mesmo com todas essas disputas, a Conferência Nacional de Comunicação foi realizada entre os dias 14 e 17 de dezembro de 2009 e aprovou um total de 672 propostas. Apesar de o saldo da realização de tais propostas ser bastante negativo, a mobilização trazida pelo processo inteiro da Confecom traz a avaliação de que havia espaço naquele momento para um novo marco regulatório que representasse uma mudança estrutural no modelo brasileiro das comunicações (ISTEVANIM, 2017, p.179).

A partir daí, além da mudança no debate político que tomava conta do movimento pela democratização da comunicação, o FNDC também passou por mudanças importantes. Após a plenária do Fórum que sucedeu a Confecom, a Fenaj perde peso político e outros atores ganham peso. É nesse espaço, em 2011, que a *Central Única dos Trabalhadores* (CUT) assume a coordenação geral e o *Intervozes* e o *Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé* também ganham protagonismo dentro da entidade. Com esse reposicionamento, fica ainda mais forte a política por uma nova lei geral de comunicação, colocando a necessidade da superação do Código Brasileiro de Telecomunicações, datado de 1962 e, como vimos, uma peça de lei que foi aprovada com bastante articulação dos empresários de comunicação para derrubar os vetos do então presidente João Goulart. Com isso, o movimento articula com diversos setores e formula uma proposta integral de novo marco regulatório e lança a campanha “Para Expressar a Liberdade – Uma nova lei para um novo tempo”. A campanha foi lançada em 27 de agosto de 2012, data em que o CBT completava 50 anos e recolheu mais de cem mil assinaturas até 2015. Vale ressaltar aqui, que, apesar do apoio das entidades ligadas às rádios comunitárias ao projeto e à campanha “Para Expressar a liberdade”, havia uma avaliação de que o mesmo não dava conta das pautas deste setor de forma mais aprofundada. Por mais que o projeto trabalhasse bastante a necessidade de rediscussão da ocupação do espectro eletromagnético, colocando-o como um bem público e aumentando fiscalização para outorgas dadas a agentes políticos, o ponto referente ao setor comunitário ficava restrito a poucos artigos da lei. Tal avaliação também não deve ser encarada como um sinal de descaso do FNDC com a pauta e deve ser analisada a pouca organicidade que tanto a ABRAÇO, quanto a AMARC Brasil tinham em suas atuações no Fórum naquele momento.

¹⁹ Em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/dnn/Dnn12011.htm

²⁰ FNDC defende conferência de comunicação ampla e democrática:
<http://www.fndc.org.br/documentos/conferencia-nacional-de-comunicacao/>

Com o fim da campanha “Para Expressar a Liberdade” em 2015 e o crescimento do conservadorismo na sociedade, que fica mais claro especialmente a partir das eleições de 2014 em que Dilma Rousseff se reelege diante de grande polarização com setores da direita e com crescimento do discurso de ódio, o Fórum emplaca outra campanha. Iniciada em outubro de 2016, meses após o golpe institucional que destituiu Dilma Rousseff da presidência, o FNDC lança em parceria com outros movimentos sociais e entidades a campanha “Calar Jamais!”. Desta vez a mobilização prioriza denunciar as violações à liberdade de expressão por todo país, fato que cresceu com o golpe e o ascenso de grupos de extrema direita no país, que culminaram em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro, político que construiu sua carreira defendendo os crimes cometidos pelo regime ditatorial empresarial-militar de 1964.

A direção do FNDC no último período está sob a coordenação do Centro de Estudos de Mídia Barão de Itararé e o Fórum mantém suas atividades de formulação. Com a ascensão da extrema direita no país e o incentivo vindo por parte do governo de Jair Bolsonaro à produção em massa de notícias falsas (fake news), os ataques do governo à imprensa e outras violações e restrições ao direito de se comunicar cresceram no país. Diante de tal conjuntura a postura do FNDC, assim como a da maior parte dos movimentos sociais e do espectro político da esquerda no país, tem sido de resistência. Se antes o Fórum buscava emplacar o debate em busca de avanços para um novo marco regulatório com ampliação de direitos, atualmente a luta é para manter os direitos e as liberdades democráticas que ainda existem no país.

2. 2 - O movimento de rádios livres

Em alguns momentos parece ser difícil precisar onde começa a história das rádios livres. Poder-se-ia considerar qualquer transmissão que tenha ido ao ar sem ter uma concessão para ser realizada como a primeira rádio livre. Entretanto, a maioria dos estudos sobre o tema destaca a transmissão feita pelo adolescente capixaba Eduardo Luiz Ferreira Silva, em 1971, direto do banheiro do bar que o pai dele tinha, como o primeiro registro de uma transmissão radiofônica livre no país. A *Rádio Paranoica*, instalada pelo jovem começou as transmissões com 15 watts de potência e depois, junto com o irmão, Eduardo aumentou a potência para 300 watts. A experiência durou seis dias e foi encerrada mediante forte repressão policial. Os policiais quebraram todo o bar do pai de Eduardo, os equipamentos e levaram livros, cartazes, além de fazerem revista em todos os cantos do estabelecimento e da casa da família (MALERBA, 2016. p. 344). A época era um dos anos mais duros da ditadura civil-militar no país, sob o comando do governo do General Emílio Garrastazu Médici. Eduardo e o pai foram presos e depois soltos.

“Em 1994, quando pediu vistas ao processo, descobriu que alegaram “que a rádio era uma armação dos comunistas para desestabilizar o regime”” (Ibidem). Mais tarde, Eduardo estudaria engenharia e se tornaria professor de eletrônica e militante em defesa das rádios livres.

A história de Eduardo descrita acima, apesar de um fato curioso configura uma atitude isolada, ainda sem nenhum nível de organização ou relação com outras iniciativas da mesma ordem, não configurando a formação de um movimento, mas expressa a intenção de se comunicar por fora dos grandes meios de comunicação. Além disso, vale dizer que experiência realizada por Eduardo parecia estar atenta com os acontecimentos mundiais, especialmente as rádios livres que começavam a surgir na Europa, com destaque para a Itália e a França. A formação dessas rádios remonta aos movimentos ocorridos no continente no final dos anos 1960, especialmente o de 1968. Uma das principais experiências que devemos citar aqui é a da *Rádio Alice*, que funcionou em Bolonha entre 1976 e 1977 e obteve grande popularidade na região. A rádio trazia uma nova experiência em sua linguagem. Mas para gerar tal movimento contestatório e sofrer com a repressão em uma cidade, à época, governada pelos comunistas, é preciso entender o contexto desta rádio, que em muitos sentidos pode ser percebido nos demais movimentos de rádios livres na Europa e no Brasil.

“A crise da esquerda italiana pós-72 desemboca nos movimentos de revolta, nas diferentes *autonomias* (termo italiana para designar setores particulares de movimentos sociais urbanos: mulheres, jovens proletários, homossexuais, etc.)”. (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1987, p.88). Essa concepção que rompia com as formas de luta e organização mais tradicionais dos setores de esquerda explica bastante da concepção da rádio de deixar uma grande abertura para qualquer um falar, tendo papel importante no processo de recomposição cultural e política, e dispondo de pouco espaço para as palavras de ordem do Partido Comunista Italiano. Esse fato também nos remete ao porquê de a rádio ter sido perseguida pela prefeitura de Bolonha. A Rádio Alice se opõe de forma radical a “oferecer seus serviços à palavra do Estado” (Ibidem, p.89) A rádio zelava pelo que era menor no jogo político, não se prendendo a teorias universalizantes. A aposta no molecular é bastante clara e daí também é possível compreendermos a relação que se dará entre o filósofo Felix Guattari e as rádios livres. No prefácio do livro “Rádios livres: A reforma agrária no ar”, Guattari classifica as rádios livres da Itália e da França como “um dos últimos florões das revoluções moleculares que se sucederam aos movimentos de contestação dos anos 60”. Além disso, o filósofo chega a participar da Rádio Tomate e é bem atuante no movimento francês.

Com a inspiração da *Rádio Alice* e de outras experiências de radiofonia livre vindas da Europa, que traçavam com a ajuda de intelectuais como Guattari sua teoria para atuação, vemos

surgir a primeira explosão de transmissões sem nenhuma autorização do Estado no Brasil. No final de 1981, algumas rádios entram no ar, como é o caso das seguintes: Estrôncio 90, Alfa 1, Colúmbia, Fênix, Star e Centauros. Mais a frente, a Centauros muda de nome para Voyage e se une à Spectro formando: a Spectro Voyage Clandestina-SVC. (MALERBA, 2016). Em seguida, como citamos no primeiro capítulo, antes mesmo do fim do regime ditatorial, mas também com a inspiração do processo de anistia e de abertura que se dava no país no início dos anos 1980, começam a surgir mais rádios com transmissões livres pelo país, com destaque para a cidade de Sorocaba que, em 1982, colocou 42 rádios livres no ar (números oficiais). Tal ação organizada pode ser vista como a primeira articulação para um movimento de rádios livres no país. Essa movimentação ganhou apoio de intelectuais acadêmicos, que conseguiram inclusive trazer Félix Guattari para debates sobre o tema no país. A fala de Guattari e seu prefácio ao livro, considerado a bíblia das rádios livres no Brasil, é em muitos aspectos crítica às construções dos movimentos de esquerda que se deram até o momento. Apesar de não colocar de forma clara, seu principal alvo parecem ser os movimentos e partidos institucionalizados e a busca destes pela disputa do Estado, apontando na direção de novas “formas de luta e expressão” (MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO, 1987. p.10).

Mais à frente, em 1985, surge dentro do Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) a Rádio Xilik. Em sua apresentação, dizia: “Rádio Xilik. Rádio livre urgente, em 106.4 mHz, aberta a todos, exceto a generais ativos e passivos, senhoras de Santana, falsários, mamães que dizem sempre mentirinhas, falocratas, crianças que falam sempre a verdade, demagogos, juízes evangélicos” (MACHADO et al, 1986, p. 50). A ação da Xilik já buscava de forma mais clara não ser isolada e impulsionar a luta pelo direito de se expressar pelas ondas hertzianas. Ao fazerem a primeira transmissão, os participantes avisam a diversos veículos de imprensa, dentre eles jornais de grande circulação. O objetivo político dessa ação ficava mais claro: pautar a democratização da comunicação na sociedade e no Departamento Nacional de Telecomunicações (Dentel).

As ações de ocupação do espectro sem qualquer pedido de autorização requerida ao Estado ou a qualquer órgão governamental expunham a tática da desobediência civil. Uma ação bastante legítima diante da pífia regulamentação sobre a questão no país, construída de forma a alijar a maior parte da população do direito de utilização da infraestrutura de comunicação encarnada pelo espectro eletromagnético. Soma-se a isso o elemento conjuntural do caso brasileiro de saída do regime ditatorial em 1985 e as diversas demandas por garantia do pleno direito de liberdade de expressão e a crítica aos diversos meios de comunicação empresariais que apoiaram o regime e foram cúmplices de todos os tipos de coerção, prisões e torturas

impostos pelos militares durante 21 anos. E se esse movimento e as rádios livres expressavam o anseio de liberdade, é possível perceber que seu discurso, que trazia a inspiração europeia e dialogava com as ideias de Guattari, tinha semelhanças e diferenças com a recomposição de forma mais ampla dos movimentos sociais e do campo político da esquerda como um todo. Afinal, durante os anos de chumbo não era só o direito de liberdade de expressão que era restrito, o direito à livre organização também foi extremamente limitado atacando e coibindo a ação de partidos de esquerda, de sindicatos e a União Nacional dos Estudantes foi fechada. A necessidade de reconstrução desses espaços políticos era uma demanda urgente para a redemocratização do país e significava a ampliação da voz desses setores contra-hegemônicos.

A recomposição do campo da esquerda brasileira, no campo partidário, rompe com a tradição do Partido Comunista Brasileiro, hegemônico dentro desse campo até o período ditatorial, e caminha para construção do Partido dos Trabalhadores em 1979. O PT é formado a partir da experiência do trabalho de base, seja nos locais de trabalho, de moradia, nas comunidades eclesiais, conselhos populares etc. Todo esse trabalho, integrado com quadros de formação intelectual formal ganhou corpo para a formação do partido que defendia o ideário socialista com críticas às experiências do socialismo real, especialmente na União Soviética. Analisando pela perspectiva gramsciana, que reivindica as ideias marxistas, não podemos deixar de ver a formação do partido como a construção do elemento central para a disputa pelo poder. O partido é visto pelo filósofo italiano como o sujeito coletivo que avança de uma visão corporativa e restrita aos interesses de grupos e assume a perspectiva de transformação, de caráter universal. Ou seja, o partido alcança lutas que movimentos, sindicatos e outros aparelhos de hegemonia ligados a classe trabalhadores não conseguem (GRAMSCI, 2011). O partido tem um projeto societário amplo, e o PT nasce apontando para mudanças, elaborando um programa de transformação social e sua organização inicial se dá por núcleos de base nos locais de moradia, trabalho, estudo etc.

Também em 1979, na cidade de Salvador, foi realizado o Congresso de Reconstrução da União Nacional dos Estudantes. Com cerca de dez mil participantes, o movimento estudantil podia gritar “A Une somos nós, nossa força e nossa voz”. Além do caráter simbólico de rearticulação do movimento estudantil, um dos principais agentes políticos coletivos da história do país, o recado de que se avançava na reconstrução de aparelhos de hegemonia historicamente ligados às pautas dos subalternos na sociedade estava dado e a possibilidade de disputa da direção política também.

Mais à frente, a reconstrução veio do setor sindical com a fundação da *Central Única dos Trabalhadores* em 1983. Ainda seguindo os passos do movimento operário liderado por

dirigentes como Lula da Silva, a reorganização sindical se dá com a presença de mais de cinco mil participantes no *1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora* (CONCLAT) realizado galpão da extinta companhia cinematográfica Vera Cruz em São Bernardo do Campo, no ABC Paulista.

Levantar esse histórico de reorganização da esquerda tanto no plano político partidário, com a formação do PT, quanto do movimento estudantil e do sindical de trabalhadores ajuda também a dialogar com as colocações de Guattari no prefácio do livro que citamos. Se o filósofo coloca que os marginalizados da sociedade brasileira “só poderão afirmar seu direito à existência através da reinvenção de novas formas de luta e de expressão”, o que percebemos é uma retomada utilizando aparelhos muito bem conhecidos pelos subalternos para a disputa de hegemonia dentro da sociedade civil, para a disputa do estado e do poder. Tal constatação nos ajuda a entender um pouco as tentativas da esquerda, especialmente dos partidos desse espectro político, de lidar com a pauta das rádios livres. Afinal, enquanto as rádios reivindicavam uma atuação autonomista e sem interferência ou qualquer tipo de regulação que delimitasse o uso do espectro eletromagnético, a maior parte dos partidos políticos e movimentos sociais ia na direção de disputar regulações, projetos de leis e as instituições do Estado, como foi evidente no caso da Constituinte. Disputam no campo da sociedade civil e do Estado em sentido estrito, apostando na tática de fortalecer uma democracia de massas, construindo e fortalecendo seus próprios aparelhos de hegemonia para a disputa política. Aqui também é importante ressaltar que as rádios livres reconhecem limites na atuação de desobediência civil e o próprio Guattari não nega que em algum momento as rádios livres terão de estabelecer “negociações com as autoridades” (MACHADO et al, 1986, p.11).

Apesar dessas diferenças na tática de atuação e de consolidação política, essas duas concepções de construção dialogam. Com a consolidação maior das rádios livres no meio universitário, em 1989, a UNE ajuda a promover o *I Encontro Nacional de Rádios Livres*, realizado na USP e dali nasce o *Movimento Nacional de Rádios Livres*. Como vimos acima, o espaço foi construído também com grande protagonismo pelo Professor José Carlos Rocha, que lecionava na USP. O espaço define que rádios livres são “aquelas que vão ao ar sem pedir autorização a quem quer que seja” e aprova uma proposta de “projeto de emenda constitucional, liberando a faixa radiofônica de FM para emissoras de âmbito local, sem fins lucrativos e de baixa potência, mediante registro em órgão municipal competente” (NUNES, 1995, p. 79). Essa proposta de emenda constitucional foi redigida pelo Professor Rocha e não foi unânime, recebendo críticas do grupo que atuava em Sorocaba e era contra requerer qualquer tipo de legalização. (MALERBA, 2016).

Após o encontro é perceptível que a articulação dá frutos e se percebe a multiplicação de rádios livres, inclusive por movimentos sociais. E, liderados por Rocha, o movimento faz ainda dois encontros, um em Goiânia (1990) e outro em Macaé no Rio de Janeiro (1991). Ao passo que esse setor crescia, também parecia ir se desarticulando desta construção por conta da atuação que o Professor Rocha ia fazendo na construção do FDC e com traço bastante personalista. Por mais que carregasse a pauta das rádios livres, inclusive no projeto de Lei de Informação Democrática, sua atuação era extremamente legalista e não dava conta da concepção do movimento que se iniciara exatamente baseado na desobediência civil.

Aqui também vale destacar que militantes anarquistas do país “logo se apaixonam pela ideia [das rádios livres] e utilizam o rádio para divulgar suas ideias libertárias” (NUNES, 1995, p. 94). Com as palavras de ordem “autonomia diante do Estado e a ação direta”, surgiram em 1988 rádios anarquistas como a Apache e Tuareg declarando: “vamos o monopólio das comunicações, atropelamos os medievais caciques locais com suas ‘rádios populares’” (in NUNES, 1995, p. 94). Essa vertente chegou a se incorporar no Movimento Nacional de Rádios Livres, mas rompe com o mesmo quando sentem que o mesmo não toma um caminho baseado na autogestão com participação de todos. A vertente anarquista rejeitava vínculos partidários, representativos e religiosos (MALERBA, 2016) e vai se afastando do movimento.

A opção de transmitir por meio da radiodifusão sem autorização também chegou a ser tomada por sindicatos e pelo próprio PT. O partido transmitiu de forma livre via rádio para dialogar com eleitores no Rio de Janeiro pela *Rádio Frívola* (que apoiava a eleição de Fernando Gabeira em 1986 para governador) e em São Paulo (para a eleição de Eduardo Suplicy). Antes disso, o Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido por Lula da Silva no início dos anos 1980 também possuía equipamentos, mas a outorga para operar nunca era liberada. E em 1985, militantes do partido colocam no ar a *Rádio Dengue*, no bairro da Barra Funda, na capital paulista. Para a disputa eleitoral de 1986, o PT lançou ainda rádios em Belo Horizonte e Florianópolis. Chegou a ser debatida entre alguns setores do partido, em seguida, a criação de uma rádio do PT, mas que acabou não se concretizando.

Ainda nos anos 1990, vê-se uma movimentação com a criação de rádios livres evangélicas, que chegam a se organizar junto com o movimento e participam inclusive da ARLESP, ligada ao FDC. A entidade chegou a ter 10 rádios participando, sendo quatro delas evangélicas. (MALERBA, 2016) Esse cenário foi mais um elemento para que o movimento de rádios livres acabasse se dividindo. A citada ação judicial que o FDC ganhou também foi um fator importante de mobilização no início dos anos 1990, abrindo espaço para o surgimento de diversas novas rádios.

Já no Rio de Janeiro, em 1994, segundo relato de Taís ladeira, era fundada a *ArLivre* (Associação de Rádios Livres). Segundo e entrevistada, a entidade fazia atendimento a quem queria montar sua rádio, tendo inclusive um kit com todas as instruções para isso, que dispunha desde orientações legais a orientações técnicas. Taís relata que, certa vez, Tião Santos, um dos diretores da *ArLivre*, deu entrevista em um canal de televisão e disponibilizou o telefone da entidade, a partir dali não paravam de atender chamadas durante todo o dia. A *ArLivre* e seus militantes foram se encaminhando para o campo comunitário, participando inclusive da formulação do projeto de lei entregue ao Ministério das Comunicações em 1995, que resultaria na lei nº 9.612.

Após a segunda metade dos anos 1990, o que percebemos é um fortalecimento do movimento de rádios livres nas universidades. *Rádio Muda* (Unicamp), *Rádio Utopia* (UnB), *Rádio Interferência* (UFRJ), *Rádio Pulga* (UFRJ), *Rádio Pop Goiaba* (UFF) e muitas outras ganham força e estabelecem modelos autogestionários, com organização horizontalizada desde a formulação de sua programação até os cuidados com a estrutura. Uma avaliação que vale se fazer neste ponto é que a proteção da institucionalidade das universidades ajudou, durante muito tempo, bastante a desenrolar dessas emissoras “protegendo-as” em algum grau de repressão maior. É sabido que houve repressão na maioria das rádios livres universitárias, entretanto o ambiente acadêmico, a institucionalidade e a necessidade de autorização dos reitores para entrar naquele espaço, de certa forma, faziam com que a polícia federal e a Anatel agissem de forma mais formal e menos “pé na porta”. Essas rádios continuam atuantes durante os anos 2000, engajando comunicadores jovens com vontade de fazer rádio.

Mais recentemente, faz-se necessário reconhecer que o movimento de rádios livres teve grandes avanços no debate tecnológico, em especial no tocante à digitalização do rádio no Brasil. A busca de trazer para o centro do debate a necessidade de uma tecnologia aberta e que possa ser acessível para rádios livres e comunitárias é uma formulação importante para o debate que, em muitos momentos, é pouco aprofundada tanto pelo movimento de rádios comunitárias quanto pelo movimento pela democratização da comunicação. A fala de Rafael Diniz no seminário promovido pela AMARC Brasil no Piauí em 2015 expõe a necessidade de domínio sobre esse debate:

Acho que a tecnologia, por si só, ela não é libertadora nem aprisionadora, a gente que vai dizer o que ela vai ser. Acho que a coisa mais importante em nossa interação com a tecnologia é olhar para aquela tecnologia não como uma caixa preta. Acho que uma coisa é que todas essas tecnologias que a gente usa hoje foram feitas por empresas com a ajuda de governos. A internet foi feita pelos militares para controlar, não para libertar. Talvez a gente consiga mudar isso. (DINIZ In AMARC BRASIL, 2017 p.66)

A colocação de Rafael parece simples, mas traz para o debate a necessária politização da tecnologia no sentido de que ela deve ser utilizada e escolhida para tais serviços no sentido da garantia de direitos e da ampliação da democracia, e não para reforçar a hegemonia da classe dominante em nossa sociedade.

Para encerrar este relato sobre a formação e atuação das rádios livres, destacamos aqui a reaproximação deste movimento com o de rádios comunitárias no último período. Ambos os movimentos, por conta de divergências de concepção, acabaram se afastando na atuação com cada um elaborando suas demandas. A concepção em busca de caminhos que dialogam com a necessidade de disputa do Estado por parte das rádios comunitárias fez com que o afastamento fosse algo quase natural pela diferença de pautas e de concepção para as lutas. Entretanto o debate acerca do modelo de rádio digital a ser adotado no Brasil fez com que ambos os movimentos percebessem a necessidade de atuar de forma unitária para enfrentar os interesses empresariais, que defendem um padrão mais fechado, dificultando a possibilidade de transmissão por atores sociais mais populares e criminalizados em nossa legislação pouco democrática.

2.3 - O movimento de Rádios Comunitárias.

Para compreendermos o movimento de rádios comunitárias, é importante irmos às suas origens tanto de concepção, quanto de atuação. Nesse sentido, podemos dizer que um dos embriões políticos das rádios comunitárias e de seu movimento está relacionado ao Movimento de Educação de Base (MEB), que era ligado a uma ala mais progressista da Igreja Católica e fez uso do rádio para desenvolver seu projeto educacional emancipador, que também tinha um viés de mobilização social. As escolas de rádio do MEB tinham como objetivo “ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, através de programas radiofônicos especiais com recepção organizada” (MEB, 1965, p.19). Esse projeto era inspirado na experiência do município colombiano de Sutatenza e começou a ser implantado na cidade de Natal em 1958, pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), organização da Diocese de Natal coordenada naqueles anos por D. Eugênio Sales (PAIVA, 2009, p.154) e foram incorporadas na criação do MEB em 1961. As escolas radiofônicas se espalharam por outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Sergipe fazendo parte da política de educação popular que adotava o método de Paulo Freire e foi um forte instrumento de alfabetização do trabalhador camponês. Como aponta o livro “As escolas radiofônicas de Natal”:

A implantação de um sistema educativo com base em emissões radiofônicas encurtava distâncias, facilitando o acesso dos camponeses à educação, dando-lhes possibilidades de se desenvolverem enquanto membros de uma comunidade maior. O rádio significava, de forma concreta, a tecnologia a serviço da educação do homem campesino. (PAIVA, 2009. p.51)

Esse projeto de escolas radiofônicas encantou diversos movimentos sociais e jovens universitários, que se engajaram na construção dele. Para se ter ideia, no início, em 1958, eram 69 escolas radiofônicas, cuja primeira transmissão foi ao ar no dia 20 de setembro. As transmissões foram crescendo para diversos locais e as cidades do interior trocavam o silêncio das noites pelos ruídos dos rádios. Em 1961, o MEB passa a receber apoio e recursos governamentais para desenvolver o projeto. As escolas cresceram e o programa educacional emancipador, que colocava aqueles que participavam como sujeitos históricos e capazes de transformar a realidade, se consolidou. As emissões das aulas também se fortaleceram e o projeto virava uma referência para todo o país. Entretanto, com o golpe empresarial-militar de 1964, o MEB fica sob grande vigilância do governo autoritário e a censura foi instalada tirando, inclusive, as transmissões ao vivo das aulas e programas.

Esse período, de 1964 a 1966, foi de uma crescente repressão e censura às escolas radiofônicas e às ações do MEB. Poucos dias após o golpe, os militares já invadiam a *Emissora de Educação Rural* e a sede do MEB empunhando fuzis e baionetas. Nesse momento, Dom Eugenio Sales precisou entrar em contato com a cúpula do exército para evitar que prendessem os presentes. Mas foi em 1966, que aquele sonho, que mostrava todo o poder que a comunicação pelas ondas hertzianas tem, foi interrompido pelo autoritarismo:

Em julho de 1966 a CNBB modificou os objetivos do MEB, cedendo às pressões que vinha recebendo de significativa parcela do Episcopado e do Governo. Com essa modificação, a orientação filosófica passou a ser de responsabilidade do bispo de cada Diocese ou Arquidiocese onde o trabalho era desenvolvido, perdendo assim o MEB a sua autonomia e unidade nacional, embora continuasse com a mesma nomenclatura. (PAIVA, 2009 p. 136)

Apesar de não ter uma atuação voltada somente para a comunicação, atuando de maneira mais forte no campo da educação, a atuação do MEB é pioneira no uso do rádio como elemento de mobilização e desenvolvimento de um projeto emancipatório e voltado para os subalternos. Essa experiência deixou claro o poder revolucionário deste meio de comunicação e seu potencial de transformação da realidade. O MEB não tinha a característica dos movimentos reivindicatórios tradicionais, mas sim uma construção que fazia a disputa no campo da cultura, implementando uma nova práxis no rádio e na educação. Ao unir o projeto educativo com o projeto educacional, o MEB consolidou uma atuação contra-hegemônica movendo e derrubando estruturas do modelo societário dominante que afasta os subalternos dos direitos

mais elementares, como a educação, e também dos meios de produção e reprodução da cultura, como são os meios de comunicação. O MEB lutava intensamente pela democratização da cultura, que para ser concretizada precisa ser realizada como projeto de democratização de toda a sociedade brasileira. Talvez a lição mais importante deixada por essa construção de base das escolas radiofônicas seja que a apropriação do rádio pelos subalternos pode mudar o mundo, pode emancipar comunidades e grupos que antes eram alijados da sociedade pela dominação das classes dominantes. Pode-se dizer que o uso do rádio era antes de tudo um ato político. Essa construção ideológica certamente se manteve viva mesmo com o fim do movimento e ecoou em muitas ondas sonoras mais adiante.

Aqui, vale registrar que mais do que coerção e tentativa de controlar toda e qualquer forma de livre expressão que surgia, o regime ditatorial pôs em curso um projeto de manutenção e ampliação da hegemonia das classes dominantes. Novas ferramentas foram criadas para implementar esse projeto, como já vimos, com destaque especial para a construção de veículos de comunicação empresariais que se tornarão hegemônicos, tendo como caso emblemático a ampliação das ações do grupo Globo com sua concessão de televisão em 1965. Essa atuação foi fundamental para que a burguesia consolidasse sua liderança cultural e poder de consenso perante o corpo social.

Mas mesmo com todas essas questões, a demanda por se comunicar continuava forte naqueles que não se viam representados pelo sistema. Diversos veículos foram crescendo na chamada imprensa alternativa contestando ao estado de exceção e travando a disputa pela democracia. Em nenhum momento deixou de haver pontos de contestação e de luta contra o regime civil-militar ditatorial. E para manter-se firme no poder, o uso do aparato midiático para a sustentação do regime era fundamental e ficava escancarado em falas como a do General Emílio Garrastazu Médici em 23 de março de 1973:

Sinto-me feliz todas as noites quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz rumo ao seu desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho. (MÉDICI, 1973)

Apesar do controle e da censura, que faziam com que não fossem veiculadas notícias que pudessem ser ruins para o governo, a frase evidenciava o colaboracionismo dos meios de comunicação empresariais com o regime. Mas, como disse também certa vez o próprio Médici, “o Brasil vai bem, mas o povo vai mal”. E o povo queria se organizar nos sindicatos, em organizações estudantis, em movimentos comunitários e queria, acima de tudo, falar e ser ouvido. E, assim, a apropriação de meios de comunicação era fundamental para se colocar na

disputa ideológica e construir um projeto contra-hegemônico. É nesse contexto que surgem novas experiências de apropriação do espectro eletromagnético por setores da classe trabalhadora para se comunicar via rádio. Essas experiências se dão de forma livre, como vimos anteriormente, mas muitas delas já se destacam por uma organização comunitária, ou popular como nomeada por muitos. Se não tínhamos nesse momento de transição do regime ditatorial para o democrático algo que pudéssemos nomear como movimento de rádios comunitárias, tínhamos a demanda por organizar a reivindicação pelo direito à comunicação e por ocupar o espectro eletromagnético, que historicamente foi entregue para empresários do setor de comunicação garantirem seus negócios e ampliem a hegemonia do projeto da classe dominante.

E se no Brasil as ideias sobre ocupação do espectro iam sendo dadas no formato das rádios livres, nos sindicatos e em outros movimentos populares, em nível internacional via-se o aparecimento em 1983 da *Associação Mundial dos Artesãos da Comunicação*, em Montreal no Canadá. Com cerca de 600 ativistas de 36 países reunidos por conta do Ano Internacional das Comunicações promovido pela ONU, nascia a entidade que, na visão de muitos começaria, de alguma forma, a dar a amálgama necessária para o conceito de comunicação comunitária se enraizar mundo afora. Em 1986, três após sua fundação, a AMARC vira uma associação numa decisão tomada pela Assembleia de Vancouver. Em seguida, em 1988, a entidade ganha o status jurídico de Organização Não Governamental (ONG) internacional na sua 3ª Conferência, realizada em Manágua (MALERBA, 2016). Já em Dublin, 1990, a AMARC começa a trazer uma abordagem mais ampla sobre o direito à comunicação e aponta a necessidade de uma rede de Mulheres, que é aprovada no encontro seguinte em 1992, no México.

A AMARC consolidou, assim, uma forma de atuação e uma estrutura visando que todos os associados de sua rede pudessem participar dos espaços de decisão da entidade. Uma proposta que busca ao mesmo tempo enraizamento nas bases locais e, também, uma articulação internacional que fortaleça troca de experiências, solidariedade e que reflita a construção de um projeto de mudança social. Para facilitar a participação de seus integrantes, são realizadas assembleias nacionais, regionais e mundiais. Esses espaços, além de deliberarem a política da entidade para o período que segue, também elegem os representantes. As representações nacionais costumam ter mandatos de 2 anos, no caso brasileiro, enquanto as regionais e mundiais são modificadas a cada 4 anos. A AMARC América Latina e Caribe, a qual o Brasil faz parte, tem no seu Conselho Regional um representante de cada sub-região, que, no caso, são: América Central, Caribe, México, Países Andinos, Cone Sul e Brasil. No total, a rede da AMARC agrega mais de 4 mil associadas de 150 países dos cinco continentes.

A AMARC se define como um movimento cidadão político e comunicacional com o objetivo de apoiar e contribuir para o desenvolvimento da rádio participativa e comunitária sob os princípios da solidariedade e cooperação internacional. E para essa rede chegar ao Brasil não foi difícil, por mais que isso tenha se dado 12 anos após sua fundação. O país já tinha um histórico de movimento comunitário de rádios com MEB, tinha ações de formação de rádios, vinha ampliando o entendimento sobre o direito à comunicação e a defesa de políticas pela democratização dos meios. Os modelos de rádios que vinham se formando no país, tinham uma diversidade grande de identidades, indo das rádios livres às associativas e as ligadas a movimentos populares. Com todo esse “caldo” político, a vertente comunitária já tinha adeptos que atuavam tanto em movimentos de rádio, quanto em movimentos populares de bairro, como era o caso do jornalista e coordenador na ONG UNIRR (*União e Inclusão em redes de Rádio*), Marcus Aurélio de Carvalho. Marcus conheceu a Associação Latino-Americana de Educação Radiofônica (ALER) no início dos anos 1990 e foi voluntário da AMARC entre 1991 e 1995, já fazendo o trabalho de associar rádios e outras entidades interessadas em participarem da Associação. Em 1995, segundo declarou em entrevista para este trabalho, Marcus foi “escolhido pelo escritório de Quito (sede da AMARC América latina e Caribe naquele momento) para criar o escritório provisório no Brasil” (CARVALHO, 2020). Esse primeiro mandato para a implantação da AMARC em um país era escolhido pelo Conselho Regional da entidade. A UNIRR, ONG em que Marcus atua até os dias de hoje, foi criada inicialmente para ser essa representação da AMARC no país a partir de 1995 e foi eleita como representação nacional nas assembleias de 1997 e 1999.

Para jogar luz sobre esse começo da AMARC no país, vale lembrar que essa articulação foi feita por conta de Marcus trabalhar no setor de rádio da ONG Ibase. Esse setor, denominado CRIA, deu origem em seguida ao CRIAR Brasil, ONG que atua no campo da comunicação e mantém articulação com rádios comunitárias até os dias de hoje e é associada à AMARC desde o início. Além da UNIRR e do CRIAR Brasil, também são associadas nesse início da AMARC, o “CEMINA, as rádios Tam-Tam e Regional Cícero Dantas. Meses depois, a ArLivre e Novos Rumos também se associam” (MALERBA, 2016 p. 353). Como citamos acima, aqui vemos claramente o deslocamento da *ArLivre*, inicialmente ligada às rádios livres para o setor comunitário. Essa movimentação mostrava a consolidação da concepção e atuação do movimento de rádios comunitárias.

Neste mesmo ano em que a AMARC tem a UNIRR como seu escritório provisório no Brasil, é realizado pelo FNDC o I Encontro Nacional de Radiodifusão Comunitária e Livre, contando com a participação de diversos setores, incluindo o FDC, que rachara com o Fórum

havia pouco tempo. Neste encontro, é consolidado o entendimento de “rádios comunitárias como aquelas que têm gestão pública, sem fins lucrativos, operando com baixa potência, com programação plural, e finalidade de servir à comunidade contribuindo para o desenvolvimento local” (GHEDINI apud MALERBA, 2017 p. 363).

Pouco depois, mais precisamente em agosto de 1996, era fundada a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO). O congresso foi realizado em Praia Grande (SP) e contou com a participação de cerca de 400 representantes de emissoras de rádios comunitárias e outras entidades (dentre elas, a própria AMARC). Segundo Marcus Aurélio, a criação de uma Associação Brasileira de Rádios Comunitárias era um “caminho natural” (CARVALHO, 2020). Duas questões destacadas pelo nosso entrevistado chamam a atenção nesse congresso de fundação da ABRAÇO. A primeira diz respeito à opção de só ter direito a voto na entidade “aqueles que possuíam antena”. Ou seja, diferentemente da AMARC, entidades que produziam conteúdo, ONGs e outros atores não poderiam votar sobre os rumos políticos da nova entidade. A segunda questão que chama atenção é um caso relatado por Marcus durante um comitê temático que debatia a história do movimento e que “queria negar toda a história anterior de movimentos ligados a rádio no Brasil”. Segundo ele era “como se a história das rádios comunitárias começasse pela Novos Rumos e pela Pirinópolis e como se a história das entidades de rádios comunitárias começasse pela ABRAÇO” (CARVALHO, 2020). Marcus cita que protestou e citou o MEB como movimento inicial das rádios comunitárias no país e depois as movimentações feitas pelas rádios livres.

Destacamos aqui que, segundo os entrevistados Marcus Aurélio e Taís Ladeira, que também integra a AMARC e foi representante nacional por dois mandatos (2001-2003 e 2003-2005), a criação das entidades de rádios comunitárias foi algo bem-visto dentro do FNDC. Tal fato se deu por conta da grande expressão que as rádios tinham naquele momento, pela sua atuação e também por existirem outras entidades populares, como a de produtores de vídeos, integrando o Fórum. A organização das rádios comunitárias era um salto organizativo desse setor, que era bastante atuante e, de certa forma, sistematizava também as pautas para este campo.

Para além de as entidades representarem uma necessidade organizativa para conseguir sistematizar e avançar nas pautas defendidas pelas rádios, trocar experiências e construir um projeto alternativo para a ocupação do espectro eletromagnético e para a radiodifusão no país, outro elemento é apontado como fundamental para que elas surgissem. Trata-se da reunião articulada pelo então deputado federal Fernando Gabeira em abril de 1995, que colocou frente a frente uma comissão de 9 pessoas ligadas ao movimento de rádios comunitárias com o então

ministro das Telecomunicações, Sérgio Motta. Nessa reunião, os movimentos apresentaram uma proposta de projeto de lei baseado na lei colombiana e, para a surpresa de todos, Sérgio Motta saiu da reunião declarando aos jornais que o governo apoiava a regulamentação das rádios comunitárias e que legalizaria esse setor. Motta autoriza, neste momento, em caráter provisório, o funcionamento experimental de 16 rádios. Essa ação do Ministério das Comunicações gerou um grande otimismo entre os militantes das rádios comunitárias e também causou uma explosão de rádios por todo o país. É difícil dizer que esta declaração de regulamentação do setor comunitário de rádios tenha sido o principal motor da consolidação do movimento com a formação de suas entidades. Afinal, se já não houvesse também uma construção fortalecida pelas rádios que atuavam de forma organizada, tal avanço seria bem difícil de ser dado. Mas, também não se deve descartar tal elemento como ponto de fortalecimento dessa construção, pois não se trata apenas da promessa de uma legalização, mas do reconhecimento de um ator político que crescia e colocava disputas importantes no campo da cultura, da sociedade civil e do Estado em sentido estrito.

Taís Ladeira relata na entrevista, que o movimento apostava que após a declaração de Sérgio Motta a regulamentação das rádios comunitárias viria em forma de decreto presidencial, sem precisar passar pelo Congresso Nacional. Ladeira destaca ainda um sentimento de traição por parte das rádios quando viram que o ministro tinha levado o projeto para tramitação no Congresso. A partir daí, o que se viu foram modificações enormes na proposta inicial apresentada na ocasião pelo FNDC que levaram, inclusive, que a radiodifusão comunitária fosse “rebaixada a categoria de serviço especial” (LADEIRA, 2020).

No próximo capítulo, abordaremos melhor a questão do desenrolar da Lei nº 9.612 e suas relações com o momento conjuntural do país, que passava por um aprofundamento das políticas neoliberais. Aqui, nos deteremos a falar sobre a atuação do movimento e, segundo Marcus Aurélio de Carvalho, a tramitação da lei entre 1995 e de fevereiro de 1998, “colocou a rádio comunitário num lugar inexistente até então” (CARVALHO, 2020). E este lugar dizia respeito à disputa de hegemonia dentro da sociedade civil. As rádios comunitárias, enquanto ator social e político organizado e não mais disperso, foram mais uma expressão do quanto a comunicação no país era entregue aos interesses de setores da burguesia e o quanto o Estado não garantia à maioria da população, especialmente os setores subalternizados, o seu direito de se comunicar. Essa disputa política mostrava o quanto a luta pelo espaço no espectro eletromagnético era importante para a disputa cultural.

Apesar destas restrições impostas no texto final da lei nº 9.612, a aprovação dela consolida no campo da sociedade civil e do Estado um ator social que dá respostas a cultura

hegemônica. Afinal, se sempre houve uma marca de resistência por parte das classes dominantes à democratização da sociedade civil, da cultura e do Estado no país, o movimento de rádios comunitárias mostrou força na disputa desses três campos de forma concatenada e organizada. A práxis comunicacional das rádios comunitárias se refletia claramente na sua forma de atuar politicamente com uma mobilização constante e uma relação direta com aqueles que desejavam dialogar, debater e até mesmo confrontar. A potência desse movimento não pode ser medida simplesmente porque alcançaram uma lei extremamente restritiva, mas sim por terem conquistado um enorme reconhecimento social enfrentando os interesses dos donos dos principais instrumentos de hegemonia das classes dominantes do país, os empresários da comunicação. Dentro de um processo histórico, esse passo deve ser reconhecido como uma brecha para novos caminhos na disputa de hegemonia.

Com a aprovação da lei, a luta ganhava novos focos. A disseminação da práxis da comunicação comunitária pelas ondas hertzianas tinha novo fôlego. Ao mesmo tempo em que corriam para garantir suas outorgas, as rádios tinham de lidar com a realidade que a lei as colocava. Os setores empresariais mantinham campanhas difamatórias falando sobre a possibilidade de derrubarem aviões, causarem interferências e outros transtornos, nenhum deles comprovados. E quem esperava que o Estado fosse desenvolver políticas públicas para garantir o direito à comunicação das rádios se enganou. Seguindo a cartilha neoliberal, após a aprovação da lei nº 9.612, as rádios continuavam tendo de se virar com suas demandas e os principais agentes do Estado a se relacionarem com elas tinham a função da coerção. Polícia Federal e Anatel fechavam uma média de mais de duas rádios comunitárias por dia. Se o ministro Sérgio Motta disse que queria legalizar as rádios comunitárias, o que se via na prática era muita burocracia para a liberação de outorgas e a aplicação da lei sendo feito especialmente no seu caráter punitivo. Assim, a classe dominante via seu projeto hegemônico continuar a ser implementado com poucos riscos. Essa realidade se estendeu para o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

Mas o movimento continuou atuante mesmo diante da repressão. Com a eleição de Lula da Silva, muitos setores do movimento ficaram empolgados, acreditando que as coisas mudariam. Devido ao forte envolvimento do movimento com o PT, o que se viu após a posse de Lula foi uma tentativa de ampliação de diálogo que pouco avançou em demandas efetivas para o setor. Como citamos anteriormente, houve até a indicação pelo FNDC do representante da ABRAÇO, José Sóter, para dirigir o setor de rádios comunitárias no Ministério das Comunicações, o que não foi aceito. O movimento ganhou novos contornos e não manteve a mobilização do período de disputa pela lei, mas continuava atuante em suas reivindicações e

organizado principalmente na AMARC e na ABRAÇO. Ambas têm participação ativa também na Confecom, apesar de mostrarem concepções distintas sobre diversos pontos, chegando a haver uma certa disputa.

Em nível internacional, a partir do final dos anos 1990, a AMARC Alc passa por uma reestruturação, que tem como ponto de culminância sua 10ª Conferência Mundial da Associação, em 2010, na cidade de La Plata, próxima a Buenos Aires. Nesse período, a Associação busca reforçar o processo de formação nas rádios. Esse processo se reflete na AMARC Brasil, que retoma um bom grau de mobilização a partir de 2009 e, em sua Assembleia Nacional de 2011, realizada no Rio de Janeiro, aponta o caminho da discussão de um novo projeto de lei para as rádios comunitárias. Em 2012, são realizados cinco seminários, um em cada região do país, com o objetivo de debater pontos que seriam necessários em uma nova lei para o setor. Vale lembrar que este é o mesmo ano que o FNDC lança campanha “*Para Expressar a Liberdade*”, que vimos acima e reivindicava um novo marco regulatório para as comunicações. A proposta dos seminários da AMARC mobiliza a base e conta com a participação de representantes do Ministério das Comunicações em todas as suas etapas. Após esse ciclo, a AMARC Brasil realiza mais duas assembleias: em 2013, em Belém do Pará, em que as apostas vão na direção de atuar na formação com as rádios; e em 2015, em Campinas (SP), quando há uma aproximação maior com o movimento de rádios livres e o debate político gira em torno da digitalização do rádio. Vale frisar que o período após 2013 foi de certa desmobilização para o movimento. A AMARC volta suas ações para negociações de pontos específicos da lei na tentativa de pequenos avanços, como veremos melhor no próximo capítulo.

Já nesse mesmo período, também é importante citar uma certa disputa que há entre a AMARC e a ABRAÇO. Em seu congresso realizado em 2011, a ABRAÇO, chega a apontar que não reconhece a AMARC como entidade representativa do setor. Em entrevista para esta pesquisa, José Sóter diz que historicamente a ABRAÇO “tentou conversar politicamente com a direção internacional da entidade (AMARC) para convencê-la de que a Abraço é que deveria ser a representante da entidade no território brasileiro”, mas que não obteve sucesso. Ele avalia que o “divisionismo foi a estratégia para enfraquecer a Abraço”. Entretanto, os entrevistados da AMARC apontam que sempre reconheceram a ABRAÇO como entidade representativa e buscavam atuar de forma conjunta, mesmo com diferenças. AMARC e ABRAÇO sempre tiveram concepções de atuação bastante diferentes e também concepções de comunidade diversas. Enquanto a ABRAÇO defende o conceito de comunidade pela sua territorialidade espacial, a AMARC aponta na direção de comunidades de interesse, não necessariamente fixas a um território. Entretanto, as disputas aqui pareciam ser por conta da avaliação do governo

federal e da forma de se relacionar com ele. Enquanto a AMARC mantinha uma postura mais independente e crítica aos governos petistas, a ABRAÇO buscava aproximações e uma relação com poucas críticas.

Por conta de tal postura, em 2012, a ABRAÇO enfrenta uma divisão em nível nacional, com setores do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul entrando em conflito com a direção nacional da entidade e saindo em bloco para formar o *Movimento Nacional de Rádios Comunitárias* (MNRC). Segundo Ângelo José Ignacio, um dos fundadores do MNRC, a ruptura se deu por divergências ideológicas e por atitudes como a mudança da representação do Rio de Janeiro votada em congresso, substituindo o membro eleito (Claudio Salles, da *Rádio pop Goiaba*) por uma pessoa mais próxima da direção nacional. José Sóter classifica a ruptura como uma questão de territorialidade, em que o Sul e o Sudeste decidem sair quando perdem poder para as entidades de Norte e Nordeste. Mas um aspecto que não é citado por nenhum dos dois entrevistados é a crítica feita pelo MNRC à relação da ABRAÇO com o Ministério das Comunicações, comandado à época pelo petista Paulo Bernardo. Os militantes que romperam apontavam que a postura da ABRAÇO mantinha relações muito próximas com o ministério e o governo sem fazer a crítica necessária às políticas que vinham sendo implementadas, especialmente no debate sobre a digitalização do rádio. O MNRC se aproxima politicamente da AMARC e busca uma atuação em nível nacional.

Tal ruptura e as posições do movimento durante os governos petistas revelam bastante da dificuldade e complexidade que foi esse período para todo o movimento. Além disso, é inegável um certo refluxo no movimento, especialmente após 2014. Diversos elementos podem ser citados como motivo de tal desmobilização e vão desde a questão política mais ampla, com o avanço do conservadorismo e da extrema direita, ao próprio papel das rádios comunitárias e seu projeto político num mundo digitalizado e voltado para a internet. Não estamos dizendo aqui que há uma crise estrutural das rádios comunitárias, pois estas sobrevivem e continuam se redesenhando. Na verdade, a crise em seu movimento social parece estar relacionada à crise por que passam os diversos movimentos do campo da esquerda, incluindo os partidos políticos, que teve como ponto culminante o golpe institucional de 2016 e em seguida a ascensão da extrema-direita à presidência da República. Mais do que a retirada da presidenta Dilma, o que se colocava na ordem do dia era o aprofundamento de uma nova agenda neoliberal, com a retirada de direitos da classe trabalhadora, ataques ao meio ambiente e aumento das desigualdades sociais. É nesse contexto, somado aos ataques à liberdade de expressão, que o movimento se insere na atualidade.

Com toda essa complexidade, para entendermos a importância desse movimento de rádios comunitárias em relação aos demais, utilizaremos uma análise a partir da visão gramsciana dialogando com autores como Carlos Nelson Coutinho que relacionam a importância da disputa pelo poder em três conceitos desenvolvidos pelo teórico e militante comunista italiana: cultura, sociedade civil e Estado. Esses termos não são desarticulados, nem excludentes entre si, carregam relações dialéticas e a disputa nesses campos está ligada necessariamente à luta pelos rumos do projeto de sociedade mais amplo, de sua organização e das classes que tomarão a direção política, ou seja, estão diretamente ligados a questão da luta de classes.

Em seu texto “Intelectuais, luta política e hegemonia cultural”, Carlos Nelson Coutinho aponta que “para que haja uma democratização da cultura, é preciso que haja simultaneamente uma democratização geral da sociedade brasileira” (COUTINHO, 2006, p. 107). Carlos Nelson destaca ainda a necessidade de se conquistar mais espaços democráticos no âmbito da sociedade civil para se efetivarem os avanços no campo da cultura. Essa relação não deve ser vista de forma mecânica, pois ela se dá no calor das lutas políticas diárias e envolve diversos elementos tanto do campo subjetivo, quanto objetivo. Mas, se existe um elemento crucial para a democratização da cultura, trata-se dos meios de comunicação de massa:

...é preciso lembrar sempre: uma efetiva democratização da cultura no Brasil, que transcenda a alta cultura dos intelectuais e atinja as grandes massas, tem como ponto de partida uma democratização dos meios de comunicação de massa, da chamada mídia. Para isso, é preciso um maior controle da sociedade sobre esses poderosos instrumentos de criação, difusão e ação cultural. (COUTINHO, 2006. p. 107)

Devemos destacar aqui que também há uma disputa do conceito e das ações sobre democratização da comunicação e, seguindo a linha de pensamento do pensador gramsciano, devemos nos atentar precisamente para o ponto da necessidade do controle da sociedade sobre os meios de comunicação. E quando falamos de controle, devemos ressaltar que ele deve abranger todos os aspectos: a infraestrutura dos meios, a gestão e a produção. Sabemos que a palavra controle pode passar também a impressão de ser algo autoritário ou antidemocrático, mas não se trata nem de longe ser essa a perspectiva que desejamos expor aqui. Também não se trata de estatizar os meios de comunicação e jogar as disputas para espaços burocráticos do Estado. Esse controle da sociedade significa, antes de tudo, como destaca o próprio Carlos Nelson, em efetivar uma gestão coletiva dos meios de produção da cultura. É aí que as rádios comunitárias entram e demonstram sua força de construção para a disputa de hegemonia, pois em sua concepção o termo comunitária deve ser aplicada não por ser voltada para produzir

conteúdo para um determinado grupo, mas por tratar os mais diversos elementos que a formam como coletivos.

Aqui vale destacar uma diferença com projeto desenhado por Daniel Herz no FNDC, que reivindicava espaço na grade horária para um programa que tivesse a função de *ombudsman* da programação da televisão. Enquanto essa proposta de Herz tentava disputar os rumos dos canais dados ao empresariado e tentar o controle social dos mesmos inserindo ali a concepção de interesse público, as rádios comunitárias traziam a importância de se ter seu próprio canal para emitir seu próprio conteúdo e assim ampliar os espaços de luta por hegemonia na sociedade.

E se a disputa pela hegemonia cultural se dá na sociedade civil, devemos entender que essa noção não está dissociada da luta pelo Estado, pois a própria sociedade civil está inserida no conceito de Estado ampliado de Gramsci, que comporta também a sociedade política. Esta última “é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da violência e da execução das leis, mecanismos que se identificam com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar” (COUTINHO, p. 35) e também está sendo disputada pelas rádios comunitárias ao disputarem hegemonia e buscarem avanço tanto no campo das leis, quanto da infraestrutura controlada pelo Estado. Essa sociedade política, que seria a forma de coerção pela qual o Estado se apresenta, também é denominada como Estado em sentido estrito.

Como essa forma de atuação se desenvolve nas diversas conjunturas da década de 1990 em diante será o nosso objeto de análise do próximo capítulo.

Capítulo 3 – As políticas para rádios comunitárias e a atuação do movimento: legalização, repressão e ilusão

É inegável que o processo de legalização, com a aprovação da lei nº 9.612, é um marco fundamental tanto para a consolidação das emissoras, quanto para a atuação do movimento de rádios comunitárias. Como pudemos perceber, é preciso tratar tal lei como parte de um processo histórico que se dá ao longo de décadas de luta pelo direito de diversos setores subalternizados da população se comunicarem. Essa luta se dá no enfrentamento diário a um projeto de sociedade que construiu seus meios de comunicação com uma concepção mercadológica e servindo para a sustentação da burguesia e de seu projeto de hegemonia. Por conta disso, a luta pelo marco legal das rádios comunitárias não pode ser vista simplesmente como a liberação de um determinado serviço de radiodifusão. Esta luta está ligada à disputa travada pelos oprimidos para que seus conhecimentos possam ser comunicados, sua cultura tenha espaço para ser ecoada na sociedade expressando toda a diversidade existente no país e que suas demandas sociais também possam ser propagadas utilizando a infraestrutura do espectro eletromagnético. Ou seja, trata-se da luta incessante dos oprimidos pelo direito de escreverem sua história!

A infraestrutura da radiodifusão, no caso o espectro eletromagnético, é regulamentada e gerida pelo Estado, mas deve ser encarada como um bem comum pertencente a todo o povo brasileiro. Mesmo sendo um bem comum, construído pelo conhecimento coletivo e que, portanto, deveria ser compartilhado por todos, historicamente no país o espectro foi entregue ao setor empresarial para desenvolverem seus negócios privados, sempre com a anuência do Estado. Assim, a luta pela legalidade envolve também a busca pela legitimidade, ou seja, pelo reconhecimento social de que tais veículos têm direito de se apropriar do espectro eletromagnético com a sua forma de organização coletiva e com participação daqueles que têm muitos direitos alijados cotidianamente.

Como qualquer direito pelo qual se luta, a aprovação da lei não foi fácil como deu para notar no capítulo anterior. Interesses de deputados ligados à radiodifusão comercial, lobby por parte dos empresários do setor de rádio e televisão, especialmente da ABERT, e campanhas difamatórias sobre as rádios foram alguns dos elementos enfrentados pelas propostas apresentadas pelo movimento de rádios comunitárias. Mas, mesmo assim, tem algo de surpreendente na aprovação da lei num cenário que podemos considerar bastante desfavorável em termos conjunturais. Tendo em vista que o período de tramitação do projeto de lei no Congresso Nacional se dava no momento de consolidação do projeto neoliberal no país, ou, como intitula Carlos Nelson Coutinho, do modelo liberal-corporativo, a aprovação de abertura,

por menor que seja, do espectro eletromagnético para setores subalternizados não deixa de nos causar surpresa. Vale lembrar que o período compreendido entre 1995 e 1998 trata-se do primeiro mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso no país, que teve como marca a política de privatização de muitas empresas estatais de diversos setores da economia.

E se o governo de Fernando Henrique Cardoso surpreendia pela aprovação da lei nº 9.612, o governo de Luís Inácio Lula da Silva causaria surpresa pela falta de políticas para o setor de rádios comunitárias. Tendo em vista que boa parte do movimento de rádios comunitárias e do movimento pela democratização da comunicação fazia parte da base de apoio do Partido dos Trabalhadores, com muitos dos seus integrantes participando ativamente da campanha e da elaboração dos programas de governo não só em 2002, mas também nas eleições anteriores em que Lula da Silva saíra derrotado, pode-se dizer que os governos petistas trouxeram uma grande desilusão aos que acreditavam que veriam mudanças radicais. Ao mesmo tempo que se dispunha a diálogos abertos com movimentos pela democratização da comunicação, Lula colocou Hélio Costa, expressamente ligado às Organizações Globo, no Ministério das Comunicações entre julho de 2005 e março de 2010. A política de conciliação de classes implementada pelos governos petistas, incluindo o de Dilma Rousseff (2011-2016), deve ser vista de forma crítica no campo do direito à comunicação, onde, ao contrário de países vizinhos, como Uruguai e Argentina, que aprovaram Leis de Meios bastante progressistas e que avançam nas garantias de direitos, especialmente dos setores comunitários, o Brasil pouco avançou.

A análise desses dois modelos de governar que marcaram mais de 20 anos da recente democracia brasileira é importante para entendermos tanto as políticas para o setor de rádios comunitárias quanto a atuação do movimento com relação a eles. Tal reflexão também nos coloca diante do papel contra-hegemônico que o movimento de rádios comunitárias exerceu mesmo nos períodos tanto de dificuldade em avançar seu projeto, quanto nos períodos em que a dificuldade se deu para mobilizar e articular sua base de atuação em torno das pautas necessárias.

Nesse sentido, também encontramos pistas sobre a atual disputa do movimento no período pós-golpe institucional realizado em 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff. A ascensão do conservadorismo e da extrema direita ainda durante o período em que Michel Temer governou tem sua culminância na eleição de Jair Messias Bolsonaro para a presidência da República. Notório adorador do regime ditatorial empresarial-militar que vigorou no país entre 1964 e 1985, Jair Messias Bolsonaro ascende ao poder se dizendo inimigo, inclusive, de grandes conglomerados empresariais da comunicação, especialmente a Rede Globo. Entretanto,

o mesmo se utiliza das redes sociais e do aplicativo de mensagens whatsapp como seus principais trunfos para crescer e manter uma base de apoio fiel. Bolsonaro se alia a empresários tradicionais da comunicação como Silvio Santos (SBT) e o Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, dono da rede Record. Além disso, reforça laços com o setor evangélico em diversos campos políticos, dentre eles na comunicação comunitária.

O esforço desse capítulo é de análise e entendimento sobre as conjunturas enfrentadas pelo movimento de rádios comunitárias nesse período que compreende o início do debate sobre a legalização do setor, que desemboca na aprovação da lei nº 9.612, até algumas pistas sobre o momento atual. E, com tal compreensão, analisar a atuação do movimento e sua importância no campo da democratização da comunicação enquanto ator político.

3.1 - O aprofundamento das políticas neoliberais: a promessa de lei de rádios comunitárias, seu caráter restritivo e a repressão contínua.

Enquanto os movimentos de rádios comunitárias se articulavam, fortaleciam as lutas e traziam o surgimento de diversas novas rádios, o projeto neoliberal também avançava em nosso país na década de 1990. O modelo liberal-corporativo parecia atingir sua culminância no país com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994.

Cardoso tinha sua trajetória política ligada à atuação contra a ditadura, tendo sido senador entre 1982 e 1985 e articulador da campanha das *Diretas Já!* na ocasião. Também foi candidato a prefeito de São Paulo em 1985 pelo PMDB, perdendo por diferença pequena para o ex-presidente Jânio Quadros, que representava uma aliança de partidos da direita com o Partido da Frente Liberal (PFL, que deu origem ao atual Democratas) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). À época desta derrota, Cardoso, sem citar diretamente, apontou a postura do PT em não o apoiar como um dos motivos da derrota, dizendo que a vitória de Jânio poderia ter sido evitada, mas que uma parcela das forças progressistas “é turrone e não entendeu ainda o que é democracia”²¹. Mais à frente, como Ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso ganha enorme popularidade com Plano Real. Tal plano ficou famoso à época por conter a hiperinflação no país e incentivar o consumo da população. Além do Plano Real, o governo de Itamar Franco avançou na privatização de empresas estatais, como Companhia Siderúrgica Nacional (1993). Seguindo o Programa Nacional de Desestatização (PND)

²¹ Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/candidato-em-1985-fh-sentou-na-cadeira-do-prefeito-de-sp-perdeu-eleicao-19069894>. Acessado em 29 de janeiro de 2020.

aprovado em 1990²², ainda com Fernando Collor de Melo como presidente, diversas estatais iam sendo leiloadas no governo de Itamar Franco. A popularidade de Fernando Henrique Cardoso com o Plano Real foi tão grande, que a vitória na eleição de 1994 foi mais fácil do que se esperava. Com 54% dos votos, Cardoso se elegeu no primeiro turno, com o dobro de votos de Lula da Silva, que ficou com 27%.

A vitória de Fernando Henrique Cardoso sobre Luís Inácio Lula da Silva expressou em grande medida a hegemonia que o projeto liberal-corporativo tinha sobre o modelo de democracia de massas defendido pelo campo da esquerda naquele momento. Cardoso, desde o início de seu governo, apontou na direção de aprofundamento das políticas neoliberais com a redução do papel do Estado e sua atuação em diversos setores da economia e das políticas sociais. Esta orientação política era oriunda do denominado *Consenso de Washington*, que, segundo Luiz Carlos Bresser-Pereira, apontava que a crise dos países latino-americanos eram basicamente duas:

a) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (o modelo de substituição de importações), excesso de regulação e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e b) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado quanto do setor público. (BRESSER-PEREIRA, 1991, p.6)

Seguindo este receituário, dever-se-ia lograr equilíbrio fiscal e estabilização, que viriam através de reformas cuja estratégia apontava para a redução do tamanho do Estado, a liberalização do comércio internacional e a promoção de exportações. Vale aqui expor que o *Consenso de Washington* não se trata de um simples conceito para definir uma política a ser implementada, mas sim de uma estratégia formulada por economistas de instituições financeiras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento de Tesouro dos Estados Unidos em reunião realizada em 1989, e cujo o texto do economista John Williansom se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional e um grande receituário para os países em desenvolvimento que passavam por alguma dificuldade. Foi seguindo essa linha que o governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu uma política econômica baseada na alta dos juros, abertura maior do mercado interno para empresas estrangeiras, aumento de impostos, cortes de gastos públicos e também de privatização de empresas estatais. Aprofundava-se, assim, a desresponsabilização do Estado na promoção de políticas públicas e conseqüentemente na promoção dos direitos da população.

²² Ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm

Em 1997, o governo de Cardoso faz um novo Programa Nacional de Desestatização, revogando o anterior e aprofundando medidas para entregar serviços e empresas estatais para o capital privado. Neste Programa aponta-se definitivamente que além da privatização de empresas controladas direta ou indiretamente pela União, também poderiam ser privatizados “serviços públicos objeto de concessão, permissão ou autorização” e “instituições financeiras estaduais”²³. Estava selada, assim, a possibilidade de privatização dos serviços de telecomunicações no país, que eram geridos pela Telebrás, empresa que detinha o monopólio no seu campo de atuação desde sua criação em 1972.

Mas todo este processo de privatizações implementado pelo governo de Cardoso foi feito também com muitas críticas, especialmente do campo político dos partidos de esquerda, dos movimentos sociais e outros setores da sociedade. Por mais que a ideia do livre mercado ampliasse sua penetração no imaginário social como algo que fosse trazer melhores serviços a preços mais acessíveis para a maioria da população, nenhuma das privatizações foi feita sem haver alguma manifestação popular. Podemos citar especialmente a venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997, e da Telebrás, em 1998. Ambas foram vendidas em leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro com intensas manifestações populares reprimidas a base bombas de gás lacrimogênio e cacetadas por parte da polícia.

A cartilha do Fundo Monetário Internacional se implementava no país de forma dura também no campo dos direitos. A política de redução do papel Estado trazia desfinanciamento em setores como educação, saúde e assistência social. Mas isso, assim como as privatizações, não se deu sem resistência. É verdade que o governo de Cardoso não mantinha boas relações com a maioria dos movimentos sociais e as reivindicações das organizações da classe trabalhadora. Um dos principais elementos que demonstrava o quão ruim era tal relação estava no campo da Reforma Agrária, onde se concretizaram diversos conflitos com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mesmo com os acenos que o governo de Cardoso dava no sentido regulamentar assentamentos, a política no campo era tensa e produziu mortes, como o emblemático massacre de Eldorado dos Carajás (PA), quando 19 sem-terra foram assassinados em decorrência da ação da polícia militar do Pará contra uma ocupação promovida pelo MST. Além disso, o governo enfrentava greves em sequência nas universidades públicas e em outros setores do serviço público. Ou seja, a política alinhada ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional, por mais que fosse aplicada com grande força e aprofundasse seu projeto social e econômico no país, tinha de lidar com embates contra aqueles que defendiam ainda um projeto

²³ Ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19491.htm

de sociedade em que os subalternos fossem incluídos tanto na garantia de seus direitos quanto nos espaços de decisão sobre os rumos que o país deveria tomar.

E se a relação do governo de Fernando Henrique Cardoso não era boa com as organizações da classe trabalhadora e movimentos sociais do campo de atuação da esquerda, tampouco era boa com o movimento de rádios comunitárias. Antes da regulamentação e da aprovação da Lei nº 9.612, a perseguição às rádios comunitárias era bastante forte com o fechamento de diversas delas. Somente em 1995, 1996 e 1997, foram 1948 rádios comunitárias fechadas em todos Brasil, a maior parte delas (227 rádios) localizadas no estado de São Paulo²⁴. Mas por que tantos fechamentos de rádios se, ao mesmo tempo, o governo sinalizava para a regulamentação do setor? A resposta a tal pergunta deve se dar sob o prisma da análise dos projetos de classes em andamento e em disputa naquele momento. Além disso, não se deve perder o horizonte que, para manter e até mesmo ampliar sua hegemonia, é normal que a classe dominante faça concessões aos setores subalternizados da sociedade. E se o movimento de rádios comunitárias e os setores que abarcavam o projeto da democracia de massas queriam espaço nas ondas hertzianas para exercerem seu direito de se comunicar, a burguesia e seus setores de classe estavam de olho na expansão das telecomunicações e buscando abocanhar esse “mercado” (antes encarado como serviço) que se ampliava com novas tecnologias e possibilidades.

Nesse sentido, se o Ministro Sérgio Motta apontava para a legalização das rádios comunitárias, não o fazia sem antes dar sinalizações de que a ordem vigente seria mantida e os interesses dos setores da burguesia envolvidos nas telecomunicações e radiodifusão seriam mantidos e possivelmente com maiores poderes e ampliação dos negócios. A disputa política e o reconhecimento da sociedade pressionavam para que se desse a legalização das rádios comunitárias, mas tal conquista não viria de forma ampla como era desejado. Para compreender tantas restrições na lei nº 9.612, faz-se necessária uma análise da conjuntura daquele momento em que ela foi aprovada.

Enquanto o movimento e suas entidades iam rediscutindo possíveis pontos para seu projeto de lei, tendo inclusive rupturas e rearranjos na sua organização, o Ministério das Comunicações implementava sua política e sinalizava para a abertura do mercado de telecomunicações. Nesse cenário, em 1997, um ano antes da aprovação da Lei nº 9.612²⁵, é aprovada a *Lei Geral de Telecomunicações* (LGT), Lei nº 9.472²⁶, que vai dispor sobre a

²⁴ Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21029807.htm>

²⁵ Ver em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9612.htm

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm

regulamentação dos serviços de Telecomunicação preparando a privatização do sistema Telebras, que viria acontecer em 1998. Esta lei passa a regular os serviços de telecomunicação, enquanto os serviços de radiodifusão continuam atrelados ao *Código Brasileiro de Telecomunicações* (CBT), Lei nº4.117 de 1962. A compreensão da nova relação entre essas leis e as novas implicações para o uso do espectro eletromagnético é fundamental para entendermos o jogo político e como se movimentam os atores envolvidos diretamente na questão.

Alguns pontos da LGT devem ser destacados: é citado na lei o princípio da “livre e ampla competição entre as prestadoras” do serviço, que passam a poder contar com a permissão para entrada de capital estrangeiro em suas ações. Além disso, é criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que cumpre o papel regulador, mas também tem “poder de polícia”, podendo realizar a apreensão de equipamentos, dentre outras ações contra aqueles que estiverem operando serviço de radiodifusão em desacordo com a lei. O caráter punitivo se aprofunda na nova lei também. Enquanto o CBT determinava penas de 1 a 2 anos de detenção para quem instalasse ou utilizasse de telecomunicações em desacordo com a lei, a LGT aumentou a pena para 2 a 4 anos de detenção.

É perceptível que naquele momento de aprofundamento das políticas neoliberais no Brasil, a comunicação tinha de ser adequada ao modelo de globalização e atender aos ditames do mercado. Como diz a própria LGT, o papel do Estado passa a ser o de propiciar um ambiente “justo” para a livre e ampla concorrência do setor privado. Neste sentido, fica evidente que, antes de regular as rádios comunitárias, o governo brasileiro apontava qual era sua real intenção para o mercado, criando um ambiente que mantinha a concentração midiática, mas que se atualizava para as demandas do estágio de desenvolvimento do capitalismo internacional àquele momento, abrindo campo para exploração especialmente dos serviços de telefonia celular e internet. Ao Estado brasileiro não era dada a responsabilidade de fomentar políticas de inclusão, garantias e ampliação do direito à comunicação, mas sim o papel de gerente das relações e regulador dos negócios relativos ao setor. Aprofundava-se a visão da comunicação não como um direito humano a ser garantido, mas sim como uma mercadoria. Esse papel estratégico da comunicação muito é bem explicado por Murilo César Ramos:

difícil é e será sempre o reconhecimento da comunicação como política pública no capitalismo, justamente por ser ela entendida, na ideologia liberal das sociedades de mercado, como a principal garantidora e, mesmo, alavancadora da liberdade de mercado, por meio da teoria do livre fluxo da informação. Segundo esta teoria toda ação do Estado sobre os meios de comunicação torna-se automaticamente ação censória e, por isso, uma ameaça a todos os direitos e a toda liberdade (RAMOS, 2005, p. 250)

Mas mesmo com toda essa adversidade, os setores subalternizados de nossa sociedade têm a persistência condizente daqueles que desejam escrever e reescrever a própria história e, assim, mantiveram sua luta por uma lei que garantisse que o espectro eletromagnético recebesse atores sociais que escapam à lógica dos negócios. Na disputa institucional para se chegar à legalidade, diversos setores apresentaram propostas de projetos de lei, inclusive a *União Democrática Ruralista* (UDR) e as igrejas pentecostais. As disputas se deram em torno de diversas questões, dentre elas podemos destacar: a definição sobre o que seria “comunidade”; a potência das rádios; permissão ou não de publicidade; reserva de canais; e a possibilidade de criação de rede. De todo esse debate saiu a lei extremamente restritiva que temos, graças a atuação lobista do setor empresarial, em especial da ABERT, na garantia de seus interesses pela manutenção da concentração das concessões nas mãos de poucos. Mas além da ABERT, a atuação de parlamentares proprietários de emissoras de rádio e televisão, algo que é proibido pela Constituição Federal, também foi intensa para reduzir a proposta de lei enquanto ela tramitava nas comissões do Congresso. Para Marcus Aurélio de Carvalho, o papel desses parlamentares foi determinante tendo em vista que os mesmos operam canais locais, no famoso esquema do coronelismo eletrônico (CARVALHO, 2020). Para manter poder em sua região e conciliar com o projeto hegemônico dos setores da classe dominante, políticos recebem concessões de rádio e televisão. Dessa forma, tais políticos atuaram durante todo o processo de tramitação da lei nº 9.612 para que as rádios comunitárias não pudessem atrapalhar a consolidação dos seus poderes e protegendo o projeto do empresariado.

Ao longo do debate sobre a lei, todas as possibilidades parecem ter sido reduzidas até se chegar ao ponto mínimo de cada questão que envolvia as rádios. A comunidade ficou atrelada à questão geográfica, não permitindo outras possibilidades de afinidades para formação da mesma, como defende a AMARC, por exemplo. A formação de rede, que é permitida para emissoras comerciais, foi proibida. No tocante à potência, ao longo do debate chegou a ser proposta dos movimentos de 300 watts e até de 500 watts, dependendo da região (CARVALHO, 2020), e também de 50 watts, e ficou em apenas 25 watts. A publicidade, que possibilitaria novas fontes para a sustentabilidade das rádios, chegou a ter proposta de ocupar 10% da programação, porém ficou proibida. E a quantidade de canais, que é fator essencial para a garantia de democratização do acesso ao espectro eletromagnético ficou restrita somente a um canal da banda FM. Além disso, as rádios comunitárias ficaram restritas a um alcance de um quilômetro de raio e tendo de manter uma distância de quatro quilômetros para a outra emissora mais próxima.

Vale ressaltar aqui que, durante a disputa pela aprovação da lei nº 9.612, pela centralidade que o reconhecimento legal ganhou dentro do movimento das rádios comunitárias, houve um afastamento deste do movimento de rádios livres (LADEIRA, 2020). A própria conceituação do que seriam as rádios comunitárias no país, algo que ia se dando também no debate sobre a lei, fazia com as rádios que não se enquadrassem em tais termos fossem gradualmente formando outro bloco de atuação, com visões políticas e táticas de atuação que, mesmo que por oposição, iam ficando mais claras. Nesse sentido, o movimento de rádios comunitárias, apesar de em sua grande maioria não defender que só são comunitárias aquelas que detêm autorização do Estado para funcionar, deixava explícita a tática de disputa do aparato legal, que, como dissemos em outros momentos, está relacionado ao Estado em sentido estrito na concepção política gramsciana.

E um dos pontos que compõe o Estado em sentido estrito, ou a sociedade política, termo utilizado também por Gramsci, é o poder de coerção, ou o conjunto de instrumentos que garantem à classe dominante a manutenção do monopólio da violência. Esse ponto tem relevância de ser abordado aqui no sentido em que, apesar de ceder espaço para a existência legal das rádios comunitárias e, assim reconhecer a expressão destas na sociedade, o projeto liberal-corporativo que vinha sendo aprofundado no governo de Fernando Henrique Cardoso não abriria mão de ampliar os mecanismos de repressão à essa modalidade de radiodifusão. Como citamos acima, a Anatel nascia com poder de polícia na criação da LGT e era dela a responsabilidade pela fiscalização do setor de radiodifusão. Além disso, a agência é criada como um órgão autônomo financeira e administrativamente e não subordinado ao Ministério das Comunicações. Na estrutura, a instância máxima de decisão é seu Conselho Diretor, que conta com 5 membros indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado Federal. A Anatel é a primeira estrutura que vai ter esse poder de repressão depois da extinção do Departamento Nacional de Telecomunicações, o Dentel, extinto em 1990 no governo de Fernando Collor de Mello.

Aqui também vale ressaltar que após o aceno de Sergio Motta para a legalização das rádios comunitárias, a ABERT, reafirmando seu projeto de classe, deixou explícito que não abriria mão do poder de coerção para reafirmar sua hegemonia. Em documento enviado ao governo federal em 1995, a entidade afirma: “a acelerada proliferação das rádios clandestinas, fenômeno inquietador embora já corriqueiro, é mais um desafio ao poder regulamentador e de polícia do Estado”. Mais a frente o documento coloca a preocupação da entidade empresarial com a regulação das rádios comunitárias: “a ABERT tomou conhecimento, com grande

inquietação, que o Ministério das Comunicações estaria propondo a organização do setor ilegal por meio de decreto” (SOUZA, 2004, APUD MALERBA, 2016 p. 490).

O posicionamento da ABERT explica um pouco mais do porquê considerarmos em alguma medida a lei nº 9.612 um avanço na luta das rádios comunitárias. Ao colocar a contradição do Estado na defesa dos interesses da classe dominante e abrir espaço para que as classes subalternas se apropriem da infraestrutura de comunicação do país, há um evidente avanço na conquista do direito de se comunicar por parte da maioria da população. Tal conquista não é algo fácil e exige a análise de diversos elementos que foram acontecendo para a atuação do movimento de rádios comunitárias, além da própria análise de como o Estado lidou com esse processo de legalização. Em um cenário de muitas disputas políticas, reduzir a situação ao fato de ser um avanço ou um retrocesso uma lei como a nº 9.612 seria simplificar o processo político como um todo. Mais importante do que o apontamento de a legalização ter sido um avanço, é a compreensão dos processos que aconteceram na disputa de hegemonia no campo da comunicação e os elementos utilizados tanto pelos setores da classe dominante, quanto pelo campo dos subalternos e observar que esses últimos obtiveram conquistas.

Nesse sentido, é importante frisarmos um ponto de acordo na entrevista tanto de Marcus Aurélio de Carvalho quanto de Taís Ladeira: ambos avaliam que o movimento de rádios comunitárias enfrentou grandes dificuldades após a aprovação da lei nº 9.612. Apesar de haver uma certa discordância sobre os motivos disso na análise dos dois militantes, o ponto de convergência entre ambos é algo importante. Marcus e Taís apontam que o movimento de rádios comunitárias atinge seu auge de mobilização no debate sobre o projeto de lei e concordam também que após a aprovação da mesma houve um refluxo neste movimento. Marcus aponta que entre os anos de 1999 e 2001 a maioria das rádios comunitárias mais fortes para o movimento até aquele momento vinha perdendo audiência e relevância. Apesar de haver exceções, o militante da AMARC avalia que naquele momento já se dava uma certa crise sobre o modelo de rádios comunitárias no país (CARVALHO, 2020).

Já Taís Ladeira, analisa a questão por outra perspectiva, a qual consideramos trazer aqui exatamente pela divergência sobre a avaliação do processo de disputa que aprovou a legislação das rádios comunitárias. Na concepção da comunicadora, a lei representa um retrocesso pelo seu caráter extremamente restritivo e houve um erro de avaliação das rádios durante o processo: “Tivemos uma ingenuidade de achar que tínhamos um diálogo com o governo Fernando Henrique e uma correlação de forças no Congresso também adequada para não acontecer o que aconteceu. Na verdade, sabíamos que a correlação de forças era desfavorável e, por isso, queríamos o decreto de lei”. Mas mais do que erro, Ladeira avalia que as rádios, em sua grande

maioria, acabaram participando do movimento em defesa de interesses restritos, em busca somente da própria outorga. E depois que a lei foi aprovada e as outorgas começaram a sair, muitas rádios abandonaram o movimento e não foi feito um trabalho de reaproximação, segundo Ladeira. Para ela, capacidade organizativa do movimento de rádios comunitárias ficou aquém das suas possibilidades, tendo em vista, segundo estimativas, existirem cerca de 10 mil rádios comunitárias atuando naquele período após a aprovação da lei. Mesmo muitas tendo caráter comunitário duvidoso e estando ligadas a políticos e igrejas, Ladeira aponta que o potencial era enorme e a capacidade de organização foi pequena.

Apesar de abordarem a questão por vieses diferentes, o que mais nos chama a atenção na avaliação feita por Taís Ladeira e Marcus Aurélio de Carvalho é sobre como o movimento conseguiu ter um ascenso enorme no período de tramitação da lei no Congresso e logo após a aprovação entrar em refluxo. Algumas pistas sobre tal oscilação devem ser analisadas, uma delas foi levantada pela própria Taís Ladeira em sua entrevista para essa pesquisa. Em determinado momento, a militante da AMARC avalia que o movimento “perdeu muito tempo com a discussão sobre legislação”. Tal avaliação nos leva a crer num erro recorrente de muitos movimentos sociais e ou organizações que lutam contra o poder hegemônico: a aposta centrada na saída institucional. Apesar da formação das entidades do movimento de rádios comunitárias no país, especialmente a AMARC e a ABRAÇO, terem se dado concomitantemente ao debate de legalização, sendo um salto organizativo importante, os depoimentos apontam para a falta de uma maior articulação na base das rádios que pudesse dar sustentação e buscar novos avanços. A pista sobre tal questão está em outra fala de Taís Ladeira, quando destaca equívocos em propostas defendidas pelo movimento na tramitação do projeto. Nossa entrevistada destaca que o movimento chegou a defender a proposta de 50 watts de potência para as emissoras comunitárias, o que revelava uma falta da dimensão nacional das rádios comunitárias e uma visão centrada nas emissoras localizadas em centros urbanos e não em comunidades indígenas, quilombolas ou rurais, cuja dimensão espacial de seus territórios demanda um alcance maior para poder dialogar com todos os seus integrantes.

Entretanto, devemos destacar que ascenso e refluxo são dinâmicas normais a qualquer movimento social. É muito difícil encontrar exemplos históricos de movimentos que mantenham sua mobilização por um período muito longo. Questões internas e externas à organização dos mesmos são determinantes para que os quadros mudem, mas existe pelo menos um elemento essencial para que se consiga dar respostas à altura das conjunturas que se apresentam: a organização. E nesse ponto é inegável o saldo organizativo do movimento de rádios comunitárias durante a luta pelo marco legal. Entidades formadas, reconhecimento social

amplo e política com incidência na realidade foram determinantes para os avanços conquistados.

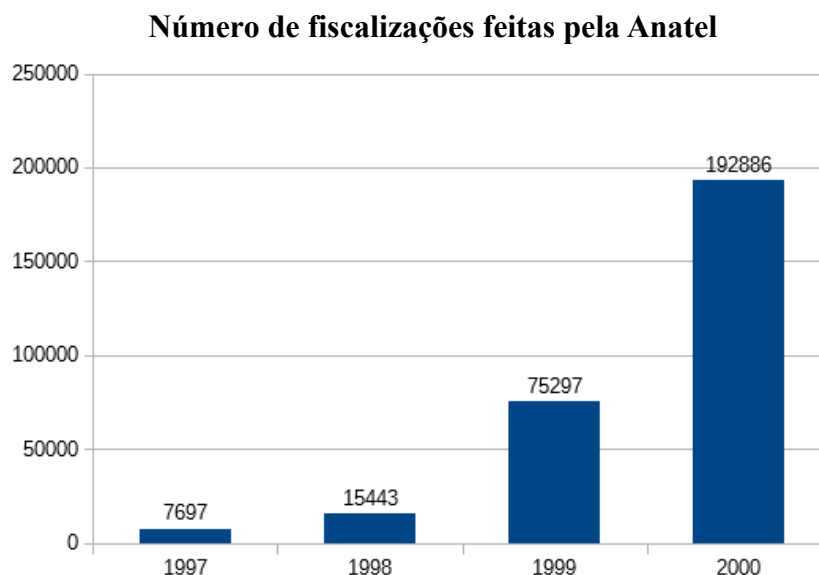
Entretanto, na política não existe só a movimentação feita pelos setores que estão em um dos lados da disputa e tudo que acontece é fruto de embate de forças por espaço, por poder, enfim, por hegemonia! E se de um lado as rádios comunitárias conseguiam demonstrar força através de sua práxis, organização e formulação política, os empresários do setor de comunicação já tinha demonstrado o quão forte podiam ser quando se organizaram já na década de 1960, derrubando todos os vetos do presidente João Goulart ao Código Brasileiro de Telecomunicações e aprovando aquele que melhor atendia aos seus interesses. Foi também neste momento que fundaram a entidade que atendia aos seus interesses de classe, a ABERT. E se houve conquista das rádios comunitárias com o marco legal, ela não veio sem que a ABERT e os empresários do setor se mobilizarem também se utilizando de todas as armas possíveis para evitar que seus “inimigos” ganhassem espaço.

Destas armas utilizadas, podemos destacar as campanhas difamatórias contra as rádios comunitárias. Se o argumento de que as rádios comunitárias entravam na frequência destinada à comunicação dos aeroportos e poderiam derrubar aviões já tinha sido utilizado na Itália e na França na década de 1970, ele era atualizado no Brasil diante dessa disputa. Com tal ilação, além de colocar as rádios como possíveis causadoras de acidente e com pouco conhecimento técnico do que fazem, criou-se um ambiente de criminalização e perseguição àqueles que se utilizam do espectro sem fins de lucro. Historicamente, não se tem notícias de rádios comunitárias, ou mesmo livres, causando acidentes aéreos ou distúrbios em outros serviços.

Mas o argumento de debilidade técnica ou de ignorância no uso da tecnologia carrega em si uma visão de classe, uma marca de distinção de que só determinados setores da sociedade possuiriam o conhecimento necessário para se utilizar do arcabouço tecnológico que é necessário para se colocar uma rádio no ar. O discurso visa minar o desejo e a ideia de que todas e todos podem (e devem) se apropriar da tecnologia para se comunicar. Além disso, marginaliza e abre um flanco enorme para a criminalização dessa prática.

E se a criminalização já era forte antes da aprovação da lei, como vimos acima no número de rádios fechadas entre 1995 e 1998, ela não diminuiu. Após a aprovação da lei nº 9.612, há uma intensificação na fiscalização da Anatel com as rádios promovendo um enorme número de fechamentos. A avaliação dos anos de 1997 a 2000 evidenciam o quanto esse aspecto tomou conta da lógica da agência, especialmente nos anos que sucederam a aprovação da lei que regulamenta o setor de rádios comunitárias em 1998. A agência reguladora recém-criada,

atendia aos interesses do setor empresarial, fiscalizando, ou reprimindo, numa velocidade enorme.



Aqui, é importante frisarmos que as ações de fiscalização são feitas ou atendendo a denúncias feitas pelo canal de comunicação da agência ou de forma ativa pelos dados colhidos por pesquisa da mesma. Essa segunda forma, que chamaremos de ativa, aumenta bastante a partir de 2001, quando passa a ter monitoramento de radiofrequência pela agência. O número de vistorias chega a 231.461 e o de monitoramento é de 217.461. E não faltam campanhas para que sejam feitas denúncias, como por exemplo a da ABERT, que em seu site deixa instruções para não associados à entidade denunciarem rádios ilegais ao Ministério das Comunicações e à Anatel. Segundo a associação dos empresários, “é dever de todo cidadão denunciar a prática da radiodifusão ilegal em qualquer modalidade”²⁷. Mas mais do que a propaganda da ABERT, o que nossa observação participante do movimento de rádios comunitárias pôde constatar é que a denúncia sobre uma rádio é feita, muitas vezes, por outra rádio comercial local que se sente ameaçada pela atuação da rádio comunitária, ou também por outra entidade que disputa a outorga naquela comunidade geográfica e denuncia a outra buscando tirá-la de uma possível disputa pela outorga. Existem diversos motivos para as denúncias acontecerem e muitos casos remontam a disputas políticas locais, ou seja, não há nenhum malefício ou problema sendo causado pela rádio denunciada em si em uma boa parte dos casos. O fato de grande parte da

²⁷ Ver em: <https://www.abert.org.br/web/radio/item/20891-nao-associado-da-abert-como-denunciar-uma-radio-ilegal-para-o-ministerio-das-comunicacoes-e-anatel.html>

agenda de fiscalizações da Anatel ser uma resposta às denúncias feitas também abre a possibilidade de a agência estar sendo pautada por interesses específicos de um determinado setor ou grupo.

Resgatar esses dados de aumento crescente da fiscalização é importante para entendermos a dificuldade em que as rádios comunitárias atuam após a aprovação de seu marco legal. Muitas vezes os dados mais publicizados são os de fechamento das emissoras, com apreensão de equipamentos e outros bens pertencentes à rádio. Mas fechar não é o único problema enfrentado. As rádios comunitárias, diante das vistorias, são também alvo de multas, notificações e outras sanções previstas em lei. Se a lei penal ameaça com prisão os comunicadores, as punições administrativas e burocráticas podem muitas vezes levar a rádio a ser fechada. As multas aplicadas, não raramente, ultrapassam valores viáveis para a emissora, que sequer tem a possibilidade de fazer publicidade e arrecadar fundos. Desta forma, a sustentabilidade da rádio fica ainda mais comprometida e, em alguns casos, foi possível observarmos que a rádio tinha de optar ou por pagar a multa, ou por manter suas contas em dia e continuar funcionando.

Essa combinação de restrições que a lei nº 9.612 impôs às rádios, tanto com sanções penais quanto administrativas, não podem ser desconsideradas quando avaliamos o refluxo do movimento após a aprovação do marco legal. Entretanto, se há uma visão de que tal refluxo se dá porque a lei traz restrições é muito difícil apostar nesta explicação. Tal aposta poderia nos levar ao argumento de que, se não houvesse a lei nº 9.612, não haveria repressão, fiscalização e fechamentos de emissoras. Mas a história não pode ser analisada por condições que não foram dadas na realidade, e em nossa análise é necessário que não desvinculemos a aprovação da LGT do processo de aprovação do marco legal das emissoras comunitárias. Os setores hegemônicos e que sempre dominaram as comunicações no país, detendo inclusive o controle do espectro eletromagnético, não ficaram parados e vendo o lado dos subalternos avançar com sua lei e adquirir o mínimo que fosse de espaço no espectro eletromagnético. Esses setores da classe dominante formularam política e acompanharam o desenvolvimento capitalista para acelerar seus lucros e expandir seus negócios e tinham o governo de Fernando Henrique Cardoso desde o início ao seu lado.

Aqui, avaliamos a lei nº 9.612 um avanço, por colocar as rádios comunitárias em uma posição estratégica melhor para avançar nas lutas necessárias pela democratização e pelo seu direito de se comunicar. Ao ter que lidar com questões burocráticas e uma repressão mais organizada com a Anatel exercendo seu papel de polícia, o refluxo era algo difícil de não acontecer. As rádios lutaram pelo direito de existir e precisavam se mobilizar também

internamente para se manter de pé. É difícil apontar uma causa exclusiva para a desmobilização e aqui refletimos sobre a combinação de vários fatores, inclusive falhas do movimento. A fala de Taís Ladeira sobre perder-se muito tempo com a questão legal dialoga com a ideia de que o movimento secundarizou alguns aspectos importantes de mobilização para se manter ativo depois da legalização. Mas agora, as rádios precisavam também se mobilizar em suas bases para cumprir todas as exigências de seu funcionamento, o que não é algo fácil nem rápido. Além disso, a necessidade de colocar uma programação no ar e manter o veículo também são pontos importantes para a existência das emissoras. E, após a lei, o trabalho parecia ser dobrado, pois também precisavam justificar sua luta conseguindo suas outorgas e mostrando que cada voz nova no *dial* era um passo a frente na democratização do país.

Consideramos importante destacar que a definição de comunidade presente na lei nº 9.612, reconhecendo somente as comunidades territoriais e excluindo outros tipos de organização que também atuavam em rádios, também traz um novo desenho ao movimento. Se antes, inclusive em programas de governos como vimos o do PT de 1989, reivindicava-se o direito de antena para diversas organizações e movimentos sociais, a aprovação da lei excluindo comunidades de interesse, organizativas e de outros tipos também delimitou o escopo dos que atuariam nas rádios comunitárias.

Por fim, vale apontar que o governo de Fernando Henrique Cardoso, em nossa análise, não aprovou a lei nº 9.612 com o intuito de democratizar o acesso ao espectro eletromagnético e garantir o direito à comunicação a milhares de excluídos durante décadas pelo Estado. A combinação de leis feitas nesse período expõe que Cardoso e seu governo criaram o que alguns militantes do movimento de rádios comunitárias chamam de “cercadinho”, onde as rádios podem funcionar. Mas se elas ousarem algo além do cercadinho, a mão do Estado estará pronta para aplicar punições e silenciá-las. Mas nem isso foi capaz de calar as rádios, pois elas seguiram com todas as dificuldades, firmes em seu trabalho e continuaram organizadas na luta por direitos. E, mesmo quando a luta parecia que mudaria de rumos e traria novos ares, a realidade mostrou que nada é fácil para ampliar os espaços de construção contra-hegemônica dos subalternos, como veremos a seguir.

3.2 – O período da conciliação de classes: esperança e desilusão nos governos petistas

Uma das esperanças para reversão do cenário de penúria e perseguição por que passavam as rádios comunitárias foi a eleição em 2002 de um presidente de um partido de

esquerda no país. Após sua quarta candidatura, Lula da Silva chegava à presidência pelo voto e com a esperança de diversos movimentos de que a lógica de concentração dos meios de comunicação teria enfrentamento por parte do Poder Executivo.

Entretanto, analisando com um pouco mais de atenção o programa de governo que deu a vitória a Lula da Silva neste ano e comparando com os que foram apresentados pelo PT em eleições anteriores, era perceptível grandes mudanças na abordagem do tema da comunicação. Uma questão que chamou atenção em nossa análise das propostas apresentadas pelo PT nas eleições em que participa é o fato de exatamente no ano de 1998, quando foi aprovada a lei nº 9.612 e privatizado o sistema Telebrás, não há menção à democratização dos meios de comunicação no programa apresentado. E em 2002, a questão da comunicação limita-se, dentro do caderno com o programa de governo completo, ao direito à informação e um tópico sobre política de infraestrutura em comunicação e telecomunicações, que aborda somente os serviços de telefonia, sem sequer citar o direito de ocupar o espectro eletromagnético pelas rádios comunitárias e outros atores sociais. Além disso, o partido também tem um documento sobre política cultural, denominado “*A Imaginação a Serviço do Brasil*”²⁸, que em suas últimas páginas aborda seis pontos sobre cultura e comunicação e defende “a criação do Fundo de Apoio à Radiodifusão Comunitária, composto por um percentual mínimo do faturamento publicitário das empresas detentoras de concessões públicas”. Com poucos destaques para o tema, e sempre de forma anexa ou marginal, a política desenvolvida pelo PT para chegar ao governo apontava cada vez menos enfrentamentos com o projeto da classe dominante e se dirigia na busca pela conciliação. Como disse Taís Ladeira na entrevista que nos concedeu: “A ideia era uma conciliação com os meios de comunicação, achando que a Globo ia permitir que o PT governasse”. Essa aposta se dava como se todos os setores de classe, trabalhadores ou burgueses, pudessem viver um jogo de ganha-ganha e, assim, selar uma suposta paz.

Mas mesmo com a fragilidade do programa de governo petista, o movimento de rádios comunitárias via com entusiasmo a vitória de Lula da Silva e apostava suas fichas, inclusive, como vimos, com a indicação do nome de José Sóter, à época presidente da ABRAÇO, para ocupar a coordenação de radiodifusão comunitária do Ministério das Comunicações. A indicação não foi aceita, assim como as demais encaminhadas pelo FNDC ao ministro Miro Teixeira. Novamente, Ladeira, analisando a desilusão do movimento, diz: “As rádios comunitárias sofreram um revés na luta com relação ao governo Lula, que todo movimento sentiu, que foi a não priorização da comunicação. Isso está refletido no plano de governo e na

²⁸ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aimaginacaoaservicodobrasil.pdf>

escolha dos ministros” (LADEIRA, 2020). E não era só a eleição de Lula da Silva que trazia esse sentimento ao movimento de rádios comunitárias. É necessário reconhecermos que no início dos anos 2000 novas experiências de mobilização e organização iam se dando nos movimentos sociais graças a mudanças tecnológicas, culturais, comunicacionais, sociais e, principalmente, políticas. O processo de globalização avançava a passos largos na época contando também com o aumento da velocidade da transmissão da informação e das conexões feitas ao redor do mundo. A desconexão com o local e a tentativa de uma homogeneização cultural e ideológica no campo global são características marcantes do momento e buscar uma coletividade era essencial para resistir.

Esse momento da vitória petista também está dentro do que alguns autores denominam como crise de mobilização (GOHN, 1997) e se inicia no final dos anos 1990, se estendendo pelos anos 2000. Autores, como Francisco de Oliveira, acreditam que na verdade não se trata de uma crise nos movimentos, mas sim no processo de democratização (apud GOHN, 2017). Há em andamento, durante a implementação do que denominamos de projeto liberal-corporativo no país mudanças na interlocução dos movimentos sociais com o Estado, incluindo a presença de novos atores, como é o caso das ONGs, que crescem bastante durante os anos 1990 e 2000, assumindo posições importantes, inclusive na liderança de debates e pautas importantes para a sociedade brasileira. Além disso, vemos surgir uma nova conformação de movimento internacional de esquerda bastante diferente das que eram construídas anteriormente. O Fórum Social Mundial talvez seja a maior expressão dessa nova forma organizativa em nível internacional, nascendo em 2001 numa contraposição ao Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos na Suíça, com o lema de que *“Um outro mundo é possível”*.

Essa conformação do Fórum Social Mundial também dialogava em grande medida com o ascenso de governos oriundos de partidos de esquerda na América Latina. Brasil, Venezuela, Chile, Argentina, Uruguai, entre outros. Entretanto, é preciso dizer que em grande medida alguns desses governos decepcionaram chegando a implementar políticas neoliberais, como é o caso de PT, que abandona seu programa inicial e transforma sua política, virando um gestor do neoliberalismo no país. Além disso, com o passar do tempo, o Fórum Social Mundial não mostrava capacidade de colocar um projeto que enfrentasse as políticas neoliberais de forma a romper com o sistema. Os governos ditos progressistas que apoiavam a iniciativa, como era o caso de PT, se adaptavam a ordem mundial capitalista. Composto e dirigido por um número grande de ONGs, a impressão é que se rompia com uma forma mais tradicional de organizar e de se fazer movimento social, mas, ao mesmo tempo, o que se apresentava não tinha forma

definida e foi definindo com o tempo.

De fato, essa conformação do Fórum Social Mundial traz algumas questões para a organização dos movimentos sociais em geral neste momento histórico e que, logicamente, rebaterão no movimento de rádios comunitárias. Entre outros autores, Carlos Nelson Coutinho destaca que há no período de implementação do projeto liberal-corporativo no país “uma tentativa teórico-prática de “despolitizar” a sociedade civil, transformando-a num suposto “terceiro setor” que, situado para além do Estado e do mercado, seria regido por uma lógica pretensamente “solidarista” e “filantrópica”. Essa tentativa é reafirmada por outros autores do campo marxista, como a professora Virgínia Fontes, ou Antonio Negri e Michael Hardt no livro *Império*, e tem como atores principais as ONGs. De certa forma, é possível vermos até hoje que o termo se entranhou em muitos espaços da militância dos movimentos sociais ressaltando a presença de “entidades da sociedade civil” em eventos. E se o projeto neoliberal diminuía o papel do Estado, agora ele utilizava este campo do “terceiro setor” para transferir as suas responsabilidades na gestão e implementação dos direitos e das políticas sociais. Além disso, uma característica que devemos trazer acerca de tal mudança e do crescimento das ONGs no meio dos movimentos sociais trata-se da questão de se assumir um papel mais institucionalizado tanto na forma de elaboração política, quanto nas relações com governos e agentes do Estado. A estrutura que a maior parte das ONGs conseguiu construir com captação de recursos oriundos de agências de financiamento internacional ou mesmo de projetos de governos municipais, estaduais e federais modificou bastante a forma de se fazer política em diversos movimentos sociais e não é diferente no campo das rádios comunitárias.

Tal questão é fundamental para que compreendamos a relação do governo Lula da Silva com os movimentos sociais e mais especificamente com o de rádios comunitárias. Afinal, na forma, o governo do petista se caracterizou por uma grande cooptação dos movimentos sociais, levando diversos quadros para estruturas de governo sem abrir mão dos quadros ligados aos setores da burguesia. A conciliação de classe se dava em todos os espaços da estrutura governamental. E, se o diálogo institucional se ampliava, no campo das ações o que se via era a gerência do neoliberalismo no país ser tocada a pleno vapor com aprofundamento de parcerias público-privadas e reformas, como é o caso da Reforma da Previdência em 2003, que abriu espaço para o crescimento dos fundos de pensão e aposentadoria privados. Enquanto isso, no campo da comunicação, o oligopólio empresarial que controla a mídia não era atingido e as rádios comunitárias passavam por grande repressão e registravam grande número de fechamentos.

3.2.1- Diálogo, reuniões, propostas e... continua a repressão

Um dos primeiros trabalhos colocados em prática pelo Ministério das Comunicações do governo de Lula da Silva, foi a instauração de um Grupo de Trabalho²⁹ com o objetivo de dar andamento aos processos relativos aos pedidos de autorização para o funcionamento de rádios comunitárias. O processo de liberação da outorga era um dos entraves para o funcionamento das rádios por conta da demora no trâmite. A criação desse GT visava dar conta dos processos em andamento com maior celeridade e transparência. Além de dois representantes do Ministério das Comunicações, o GT era composto também por mais quatro integrantes ligados ao movimento social, sendo três deles do movimento de rádios comunitárias: Tião Santos, um dos fundadores da ABRAÇO; o professor José Carlos Rocha, do FDC; e José Sóter, que ficou como suplente e também representava a ABRAÇO. Além dos três, também fazia parte o coordenador geral do FNDC, Daniel Herz. Para se ter ideia, eram cerca de 4.400 processos que precisavam de andamento dentro do Ministério. Apesar de ter dado conta da análise de alguns milhares de processos, podemos analisar duas coisas: houve um crescimento pequeno no número de rádios outorgadas (em 2002 eram 1625; em 2003 viram 1932; e em 2004, 2207)³⁰ e, como não há alteração na estrutura operacional do ministério, o problema não tarda a retornar com nova demanda represada. Além disso, o relatório do GT também apontava alterações na legislação que regulamenta o setor comunitário, as quais não foram implementadas pelo governo.

Em 2004, um novo grupo de Trabalho é nomeado por meio de decreto presidencial um Grupo de Trabalho Interministerial, agora sem participação direta da sociedade civil. O GT, que começou os trabalhos em 2005, agora contava com a participação de outros ministérios para fazer uma avaliação do setor de rádios comunitárias, especialmente nas questões de fiscalização e liberação de outorgas. Uma das propostas era que, enquanto o GT estivesse trabalhando, não haveria penalizações nem fechamentos de rádios. Seria uma trégua de seis meses para que fosse avaliada a questão das rádios comunitárias, feitas propostas e, novamente, lidar com a demanda de processos retidos com pedido de autorização para funcionamento, que chegavam a sete mil no momento³¹. As propostas e elaborações contidas no relatório deste grupo interministerial nunca foram publicizadas e geraram mais um desgaste com o movimento. Em carta ao

²⁹ Portaria disponível em : https://repositorio.mctic.gov.br/bitstream/mctic/1998/1/2003_port_83_03_24.pdf

³⁰ Dados extraídos da série histórica do Relatório anual da Anatel de 2018, p. 193. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=347175&assuntoPublicacao=null&caminhoRel=null&filtro=1&documentoPath=347175.pdf>

³¹ Conforme aponta o texto de Bia Barbosa de março de 2005 publicado no site *Repórter Brasil*. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2005/03/governo-federal-concede-tregua-de-seis-meses-a-rádios-comunitarias/>

presidente Lula da Silva, datada de 24 de janeiro de 2006, ABRACO, AMARC, FNDC, ABCCOM (Associação Brasileira de Canais Comunitários), FARC (Federação das Associações de Radiodifusão Comunitária do RJ), SJPDF (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal) e SINERC (Sindicato Nacional das Empresas de Radiodifusão Comunitária) encaminham uma sequência de críticas à atuação do governo petista nas políticas para o setor. Com relação ao GT interministerial, a carta apontava:

e) A “*esperança venceu o medo*” quando, em 29 de novembro de 2004, foi publicado Decreto Presidencial nomeando o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de analisar a situação da radiodifusão comunitária no País, propor medidas para disseminação das rádios comunitárias visando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga e aperfeiçoar a fiscalização do sistema, com prazo até 10 de agosto de 2005 para conclusão dos trabalhos. O GTI não contou com a participação efetiva de representantes das emissoras comunitárias.

f) No prazo estabelecido o GTI entregou seu relatório junto a Casa Civil. O Ministro das Comunicações assumiu a responsabilidade de entregá-lo a V. Exa, não ocorrendo até a presente data, sem uma justificativa plausível, mesmo com várias ações concretas das entidades junto ao Ministério das Comunicações, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência da República. (CARTA AO PRESIDENTE LULA, 2006, p.2)³²

Esta carta, por sinal, coloca diversas críticas do movimento ao governo, não se limitando à forma sigilosa como foi tratado o relatório do GT interministerial. A carta aponta a falta de iniciativas para o fomento das rádios e desburocratização dos pedidos de outorgas, o aumento da repressão e dos fechamentos de rádios em todo o país, além de expor a visão de que o governo petista usava o Ministério das Comunicações como moeda de troca para obter apoio e base parlamentar no Congresso Nacional. A essa época, em 2006, o governo já estava em seu terceiro ministro das comunicações, agora o ex-executivo das organizações Globo, Hélio Costa (PMDB-MG). Antes de Hélio Costa, ocuparam a pasta Miro Teixeira (PDT-RJ) entre janeiro de 2003 e janeiro de 2004; e em seguida, Eunício de Oliveira, de janeiro de 2004 a julho de 2005. Mais tarde, em 2016, Eunício votaria a favor do processo de impeachment contra a presidenta Dilma no golpe institucional que deu fim aos governos petistas.

E não podemos deixar de destacar que o principal ponto de crítica do movimento sempre foi a repressão às rádios comunitárias que permaneceu e, até certo ponto, endureceu durante os governos do PT. Se havia a expectativa de que com o ascenso ao poder de um partido de esquerda, que defendia anteriormente o projeto de democracia de massas, diminuiria a repressão, isso não se realizou. Muito pelo contrário. Os anos do governo de Lula da Silva foram marcados por uma intensificação das ações de repressão às rádios comunitárias. Como

³² Carta ao Presidente Lula enviada pelo movimento de rádios comunitárias em 24 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://fndc.org.br/documentos/cartas-abertas/>

aponta a carta elaborada pelo movimento citada acima, a necessidade de apoio político para ter governabilidade ditava a política do governo federal e o movimento, antigo aliado e reconhecidamente com ampla base petista, ficava em segundo plano. A Anatel continuou operando a pleno vapor exercendo seu poder de polícia reprimindo e fiscalizando, cada vez mais direcionada para as rádios que operavam em baixa potência. E se a Anatel mantinha a prática de “pé na porta” com as comunitárias ou com qualquer rádio de baixa potência, não exercia a fiscalização com a mesma dureza quando se tratava de rádios comerciais e menos ainda das operadoras de tele, que sempre foram o maior alvo de reclamação de serviços mal prestados ao consumidor na agência.

E campanhas de denúncias, como as feitas pela ABERT, funcionavam e a resposta da agência reguladora era ficar mais forte a fiscalização. E enquanto a Anatel usava equipamentos de última geração para rastreamento de irregularidades nas rádios, a tecnologia para fiscalização das empresas de telecomunicações era apontada como obsoleta em denúncia feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como destacou Dioclécio Luz em seu artigo *“As rádios comunitárias devem morrer”*³³.

O caráter político da ação da Anatel podia ser visto também na escolha da legislação em que enquadravam os comunicadores que operavam rádios sem autorização do Estado. Em geral, os radialistas acabavam sendo enquadrados ou pelo artigo 70 do CBT ou pelo artigo 183 da LGT, ambos trazem como punição para a operação de radiodifusão sem autorização a pena de prisão. No primeiro, a pena pode ser de um a dois anos de detenção, e no segundo de dois a quatro anos. A utilização desses dispositivos em lugar de sanções administrativas, advertências ou de qualquer outra ordem colocava o Brasil na posição de ser um dos únicos países no mundo a criminalizar tal ação, especialmente quando realizada em baixíssima potência, que é como é vista a operação de radiodifusão abaixo de 100 watts de potência.

Aqui, vale nos depararmos com os números dos relatórios da Anatel para analisarmos a situação de criminalização e fechamento das rádios:

³³ Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/as-radios-comunitarias-devem-morrer/>

Tabela 1: Fechamento de emissoras sem outorga (2002 a 2018).

Ano	Total	< = 25w
2002	1105	166
2003	1217	395
2004	971	301
2005	1543	820
2006	1602	668
2007	1342	502
2008	1252	495
2009	881	385
2010	940	449
2011	692	283
2012	654	260
2013	426	177
2014	353	150
2015	269	98
2016	201	67
2017	219	74
2018	142	48
Total	13809	5338

Tabela elaborada por MALERBA, 2016 (acrescida dos anos 2016 a 2018)

Essa criminalização fez com que o governo brasileiro fosse “chamado para reunião na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em Washington (EUA), pelo descumprimento ao Direito Humano à Comunicação e Liberdade de Expressão” como aponta a carta dos movimentos de rádios comunitárias³⁴. A Organização dos Estados Americanos (OEA) julgou pertinente a solicitação feita por diversas entidades que compunham essa luta. Mas nem tal medida foi capaz de reverter o quadro de criminalização, repressão e fechamentos de rádios comunitárias. Ao longo dos dois governos de Lula da Silva, a média de fechamentos de rádios foi superior a três por dia, chegando a ter anos em que a média chegou a quatro rádios fechadas por dia.

Uma das poucas ações que podemos destacar no campo das rádios comunitárias durante o governo de Lula da Silva foi algo bem pontual e que se deu num episódio sem continuidade para que tal política continuasse. O Ministério das Comunicações lançou em 2005 a cartilha “Como instalar uma rádio comunitária: manual de orientação”. O material possui mais de 100 páginas com conteúdos que vão desde as questões burocráticas às questões técnicas e conta também com modelos de documentos para os trâmites de formalização das rádios A lei nº 9.612

³⁴ Ibidem

prevê em seu texto medidas de fomento e apoio às rádios comunitárias, com a realização de cursos e formações, esse ponto vale dizer que houve pouquíssimas iniciativas por parte do poder público. Em geral, essa parte acaba sendo terceirizada para o setor das ONGs realizarem, seja com parcerias com instâncias de governos ou mesmo através de financiamento internacional ou de fundações e empresas privadas que se interessem. Uma prática, que, como dissemos, aponta para a terceirização da garantia de um direito que deveria ser conferido pelo Estado, se possível contando com corpo técnico dentro do Ministério para tais realizações, parcerias com universidades e outras instituições públicas. A terceirização de tal serviço, assim como vemos em outros campos da vida social, busca um grau de deslegitimação de tal ação, desresponsabilizando o Estado das consequências geradas por tais ações.

3.2.2 – A tática da cooptação: mais um elemento para a desmobilização dos movimentos

Mas o governo de Lula da Silva, não só aplicava uma nova gerência do projeto liberal-corporativo no país impondo medidas neoliberais de manutenção do sistema. Por conta da origem nas classes populares e nos movimentos sociais é impossível não nos atentarmos também para a presença de diversos movimentos sociais e setores das organizações dos trabalhadores compondo o governo em diversos cargos e em diferentes esferas. Ao mesmo tempo que colocava representantes tradicionais da burguesia em ministérios, inseria-se setores antes alijados dessas instâncias também para dentro do governo. Essa tática de composição fazia com que muitas disputas políticas fossem jogadas para a arena do governo, sendo negociadas dentro dos ministérios ou das respectivas instâncias ocupadas, diminuindo na aparência grande parte das tensões da luta de classes. A cooptação de lideranças de movimentos sociais, em grande medida diminuía as críticas dos mesmos ao governo. Assim como analisamos a institucionalização do processo de disputa política e dos movimentos sociais com o ascenso das ONGs, essa forma de governar pela conciliação de classes também gerava em grande medida a absorção dos movimentos para institucionalidade. Parecia que bastava se criar espaços de diálogo que se chegaria ao consenso. E a atuação dos movimentos de rádios comunitárias não fugiu a essa lógica.

Apesar de não ter uma figura ligada ao movimento de rádios comunitárias ocupando diretamente um cargo, por exemplo, na coordenação do setor no Ministério das Comunicações não era difícil perceber que tal expectativa existia e permeou ações em diversos. A própria indicação de José Sóter na carta do FNDC antes da posse de Lula já apontava uma intenção nesse sentido, mesmo sem ser concretizada. Além disso, dirigentes e militantes do movimento

pela democratização da comunicação ocuparam cargos de segundo escalão e em empresas públicas. E, se até 1998 o movimento focou suas ações na construção do marco legal, Taís Ladeira relata que as ações não mudaram muito, só que agora reivindicando melhorias por meio de normas que pudessem ser acrescentadas ou anexadas à lei nº 9.612. Essa aposta constante em mudanças legais deve ser analisada sob pelo menos três aspectos. Em primeiro lugar é uma demanda real das rádios comunitárias a melhoria da lei para abrir espaços para novas rádios e para a atuação das que já existem. Em segundo, há, principalmente após os anos 2000, como vimos, uma dificuldade de mobilização deste campo pela base e a busca do diálogo institucional acabava sendo uma via de atuação. Em terceiro, apesar da inatividade do Ministério das Comunicações em propor avanços para o setor, havia ainda uma avaliação em grande parte do movimento, não só no de rádios comunitárias, de que era possível disputar os rumos do governo. Entretanto, se havia disputa no governo ela estava bem difícil de ser ganha pelos setores ligados aos movimentos sociais.

É inegável que o governo de Lula da Silva criou espaços importantes de diálogo e de disputa política, em sua ampla maioria com caráter consultivo e não deliberativo. A construção e a realização da Conferência Nacional de Comunicação, por exemplo, foi um momento importante na história da luta pela democratização da comunicação no país. O debate acerca das políticas de comunicação foi ampliado a diversos setores da sociedade que o deixavam em segundo plano e foi possível falar sobre o tema desde a base, com as etapas pré-conferência, até os espaços de especialistas ou de setores diretamente ligados à questão. Em suma, pela primeira vez era instituído um mecanismo formal de consulta à sociedade sobre as políticas de comunicação em seus mais diversos aspectos. Entretanto, se havia uma grande esperança de mudar a história das políticas comunicação com propostas concretas de todos os movimentos, o que houve, na verdade, foi outra grande decepção. Como vimos no capítulo anterior, as quase 700 propostas aprovadas não foram implementadas pelo governo. No campo das rádios comunitárias, uma das propostas mais importantes foi a do fim da criminalização das rádios sem outorga e anistia aos comunicadores processados e condenados, além de uma reparação às emissoras penalizadas, algo que logicamente não foi feito.

De certa forma, uma das análises que podemos ter sobre o governo de Lula da Silva, e que espaços como a Conferência Nacional de Comunicação deixam explícito, é o seu modelo híbrido de governar. Por um lado, na aparência, o petista parecia implementar um modelo de democracia de massas, com espaços para debates amplos como conferências e conselhos funcionando com representações da sociedade e a possibilidade de formulações e embates políticos mais claros. De outro lado, o que se via era que a maioria desses espaços possuía

caráter consultivo e poucas propostas ali formuladas e aprovadas eram implementadas. Na prática, as políticas neoliberais continuavam a pleno vapor e o projeto hegemônico da burguesia não sofria grandes abalos.

Ao fim do mandato, em uma reunião com rádios comunitárias, Lula da Silva falava que o país estava preparado para debater e aprovar um novo marco regulatório das comunicações. O presidente se dizia feliz com o resultado da Conferência Nacional de Comunicação e que os dois anos seguintes seriam fundamentais para pautar este tema³⁵. Taís Ladeira, que estava na reunião representando a AMARC, relata que o ambiente desta reunião era de grande subserviência por parte das rádios presentes, sem “nenhum espaço e coragem para a crítica” (LADEIRA, 2020). Assim, a promessa de mudanças para o setor ficava postergada para o mandato de Dilma Rousseff, porém já com pouca expectativa por grande parte do setor do movimento de rádios comunitárias.

3.2.3 – Avanços pontuais, mas estruturas inalteradas

Se a expectativa com a vitória de Lula da Silva em 2002 era por conta da ascensão do PT ao poder, em 2011, após a posse de Dilma Rousseff, a expectativa do movimento de rádios comunitárias se dava por conta da nomeação de Paulo Bernardo para o Ministério das Comunicações, sendo primeiro quadro petista a assumir a pasta. Depois de ser moeda de troca para garantir a governabilidade durante os dois mandatos de Lula da Silva, a nomeação de um quadro do próprio PT dava a entender que o programa defendido pelo partido seria, enfim, implementado. Entretanto, como já vimos, os programas de governo petista ficavam cada vez mais pobres no tocante à democratização da comunicação e mais ainda com relação às rádios comunitárias. Se em 2006, o programa apresentado apontava a necessidade de “Fortalecer a radiodifusão pública e comunitária, a inclusão digital, as produções regional e independente e a competição (sic) no setor”³⁶, em 2010 a comunicação vinha dentro do ponto de políticas culturais com destaque para a TV Digital e apontava vagamente: “Será favorecida a comunicação, livre e plural, capaz de refletir as distintas expressões da sociedade brasileira”³⁷. De forma, geral, é possível avaliar mudanças em algum grau na política de comunicação do

³⁵ Ver mais em: https://www.redebrasilatual.com.br/radio/2010/12/lula_radios_comunitarias-mp3/

³⁶ Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf

³⁷ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/programadegovernoDilma.pdf>

governo de Dilma Rousseff. Se com Lula da Silva a aliança com os setores da classe dominante se dava prioritariamente com os tradicionais empresários de radiodifusão, na gestão de Paulo Bernardo à frente do Ministério das Comunicações o setor prioritário passou a ser o dos grandes conglomerados multinacionais de telecomunicações.

Apesar dessa aliança, não podemos dizer que não houve nenhuma mudança no tratamento da questão da radiodifusão comunitária. Segundo Taís Ladeira avaliou em entrevista, as poucas mudanças também aconteceram por conta de haver pessoas ligadas ao movimento de rádios comunitárias ocupando cargos no segundo escalão do Ministério das Comunicações. Isso trouxe um diálogo maior com o movimento e também uma compreensão maior das demandas que as rádios levavam. Logo no início do governo, Paulo Bernardo se reuniu com representações da ABRAÇO e da AMARC separadamente para ouvir tais demandas.

Aqui, é importante dizer que há uma mudança de postura por parte do movimento, especialmente da ABRAÇO. Se a entidade mantinha uma postura crítica ao governo de Lula da Silva, assinando documentos com duras análises sobre sua atuação mesmo, com o governo de Dilma Rousseff e o Ministério das Comunicações indo para as mãos de um quadro do PT, o tratamento tornou-se mais brando, levando inclusive a crises internas que culminam na ruptura do setor que formou o MNRC. Apesar de José Sóter colocar a divergência num campo territorial, ou melhor, como insatisfação de setores da região Sul e Sudeste, Angelo Inácio aponta que a divergência política central era a relação da direção da ABRAÇO com o ministro Paulo Bernardo.

Nesse período após a Conferência Nacional de Comunicação, o movimento de rádios comunitárias e de democratização da comunicação passava por uma retomada de mobilização tendo como principal política a reivindicação de um novo marco regulatório das comunicações. No campo das rádios comunitárias, em 2012, a AMARC dá início a uma série de seminários regionais com o debate sobre as necessidades de mudança na lei das rádios comunitárias. A cada evento realizado a entidade convidava sempre para participar o Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério. Como observador participante, algo chamou nossa atenção ao longo dos cinco seminários realizados: a rotatividade das pessoas responsáveis pela coordenação de radiodifusão comunitária. Em um ano, a AMARC realizou cinco seminários, um em cada região, e foram três coordenadores diferentes para os eventos. O último participante, já era alguém com pouquíssimas relações com o movimento, engenheiro de carreira do Ministério mas que podia se notar que dominava pouco do tema. Tais mudanças e a rapidez delas dificultavam a continuidade do trabalho e davam a entender que o setor não era

prioritário para o Ministério. Se o diálogo existia, ele era interrompido e tinha de ser reiniciado quase do zero com o novo interlocutor, algo que também dificultava a possibilidade de mudanças.

Mas se o movimento buscava diálogo e avanços pontuais, o setor empresarial se movimentava novamente em todas as instâncias possíveis para barrar possíveis avanços para as rádios comunitárias. O primeiro episódio marcante foi com relação à Medida Provisória 575/2012. Apesar de versar sobre a regulação das parcerias público-privadas, o artigo 8º da MP previa a descriminalização da operação rádios com potência menor ou igual a 100 watts mesmo sem autorização concedida. A proposta foi aprovada em primeira discussão na Câmara de Deputados e em seguida foi para o Senado Federal. A partir daí, foi possível ver a potência do lobby da ABERT atuando junto aos parlamentares para retirar o artigo da MP. E assim foi feito. O Senado Federal aprovou a MP com a retirada do artigo e a Câmara dos deputados, que aprovara em primeira discussão, voltou atrás e também retirou o ponto na segunda discussão, mantendo assim a criminalização das rádios.

Em outro episódio, em 2015, é publicada a norma nº 4334/2015³⁸ que, dentre outros avanços, passa a permitir que o apoio cultural seja feito com anúncio de produtos e serviços, desde que não explicita preços e formas de pagamento. Esse ponto era de suma importância para a sustentabilidade das comunitárias, pois permitiria que comerciantes locais anunciassem nas emissoras. Vale lembrar que a regra de apoio cultural prevista na lei nº 9.612 não permite que se exponha produtos, serviços e sequer se dê o nome fantasia do estabelecimento, sendo permitido somente o nome registrado no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ). Por conta dessa portaria, a ABERT entrou com liminar na justiça para impedir que as rádios comunitárias tivessem tal direito e ainda questionando a redução da burocracia para o processo das rádios comunitárias, que diminuía o número de documentos a serem entregues de 33 para apenas sete. Segundo nota da ABERT³⁹ à época, as “referidas normas pretendem estabelecer novas fontes de receitas às rádios comunitárias, equiparando-as às emissoras comerciais”. Em declaração a *O Globo*⁴⁰, o então presidente da entidade empresarial, Daniel Slaviero apontou: “Essas medidas desvirtuam o sentido das rádios comunitárias, sem falar que ao desburocratizar apenas as comunitárias e educativas, você está beneficiando algumas em detrimento de outras”. A ABERT entrou na justiça e ganhou liminar bloqueando a ampliação do conceito de apoio

³⁸ Ver em: <http://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/915-portaria-4334>

³⁹ Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/notmenu/abert-ingressara-na-justica-contra-portaria-de-radio-comunitaria.html>

⁴⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/abert-questiona-novas-normas-em-favor-de-rádios-educativas-comunitarias-17563092>

cultural. Sob o falso discurso de defesa de seus interesses, a associação empresarial mostrava mais uma vez seu papel no debate sobre o direito à comunicação do país. Mais do que exercer seu projeto de hegemonia, a ABERT mostrava-se disposta a fechar portas para qualquer outro ator que abrisse espaço para ter voz no campo da comunicação e especialmente se utilizar da infraestrutura regulada pelo Estado. Uma associação empresarial falar que tais medidas beneficiam as rádios comunitárias em detrimento das comerciais chega a soar como ironia tendo em vista que em nenhum momento cita os diversos benefícios que o setor empresarial ganhou ao longo da história.

O setor empresarial também foi bastante incisivo nos debates acerca da digitalização do rádio. O governo de Dilma Rousseff criou um conselho consultivo para o debate da questão, com participação inclusive de representantes dos movimentos de rádios comunitárias, como a ABRAÇO e a AMARC. Em síntese, o debate principal se dava sobre qual tecnologia se adotar. A posição da AMARC não se deu diretamente no sentido de apontar um dos dois modelos apresentados, mas de defender o conceito de que o padrão a ser adotado deveria ser aberto, ou seja, cuja tecnologia possa ser aprimorada ao longo do tempo atendendo às demandas sociais e técnicas para melhor operação. Essa posição dialogava de forma mais abrangente com a proposta do padrão DRM (Digital Radio Mondiale), elaborado por um consórcio global com sede na Suíça e representação em vários países⁴¹. A ABRAÇO inicialmente ficou vacilante chegando a defender o modelo americano, do HD Radio, cuja tecnologia era de propriedade da empresa Ibiquity e que não pode ser usado na faixa de Ondas Curtas, e depois ficou sem definir uma posição concreta. Já a ABERT defendia a adoção do modelo estadunidense e apontava na direção de um modelo de tecnologia fechado. A discussão sobre tais modelos, entretanto foi paralisada após os testes terem resultados parecidos para ambos os modelos, mas principalmente por haver uma grande incerteza por parte dos empresários quanto ao modelo de negócio a ser desenvolvido no rádio. Por conta disso, nenhum modelo foi apontado e o Conselho foi esvaziado.

E se havia problemas no modelo de negócio do rádio, ele se encontrava especialmente nas emissoras AM. Mas, sabemos que empresários não podem ficar desamparados, especialmente os que têm concessão de rádio ou televisão. E nesse sentido, o Ministério das Comunicações operou a migração das rádios AM para a banda FM, iniciando o processo em 2014. Até aí, a medida não seria de grande problema. Entretanto, para tal migração o Ministério realizou a ampliação da banda FM, abrindo mais canais de transmissão para acolher as rádios

⁴¹ Informações disponíveis em: <https://www.drm-brasil.org/content/o-que-%C3%A9-r%C3%A1dio-digital>

vindas da banda AM. Todo o processo foi feito sem nenhuma discussão mais ampla com o conjunto da sociedade, especialmente com as rádios comunitárias que sempre reivindicaram mais canais para atuar e são relegadas até hoje a operar em apenas um canal. Se o discurso para não ampliar o espaço das comunitárias antes era o da escassez do espectro, em poucas canetadas o Ministério ampliava o número de canais e entregava todos para salvar o setor empresarial.

Já no campo da criminalização das rádios, especialmente no tocante a fechamento de rádios, é possível percebermos uma diminuição considerável ano a ano a partir de 2011. Algumas hipóteses podem ser levantadas sobre a questão, mas a principal passa pelo viés de uma menor demanda por pedido de outorgas de rádios, especialmente comunitárias. Essa questão já era levantada pelos coordenadores de radiodifusão comunitária do Ministério das Comunicações quando participavam dos seminários regionais promovidos pela AMARC Brasil em 2012. Sempre era lembrado que muitos avisos de habilitação eram abertos e ficavam sem nenhuma rádio inscrita postulando outorga. A conclusão a que os representantes do ministério passavam era de que havia um desejo menor pela prática de fazer rádio comunitária. Em nossa análise, toda a criminalização constante, as dificuldades de sustentabilidade e as demais restrições impostas pela lei nº 9.612 levavam ou a desistência de se organizar uma rádio ou ao pensamento de que não valeria à pena entrar com o pedido de outorga, optando por entrar no ar sem autorização. Afinal, muitas vezes o simples pedido de outorga já colocava a pretendente à autorização no mapa de fiscalização da Anatel, tendo em vista que só poderia transmitir após o aval do Ministério das Comunicações. Dessa forma, em vez de fomentar um importante serviço de comunicação, de dar garantias à diversidade e acesso ao direito de se comunicar, o Estado brasileiro dava a esses comunicadores a coerção e a dureza da lei. A série histórica sobre o crescimento do número de rádios outorgadas e o crescimento vegetativo a partir de 2013 para 2014 reforçam nossa avaliação sobre o desestímulo.

Número de rádios comunitárias outorgadas (ano/quantidade)

2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
980	1625	1932	2207	2443	2734	3154	3386	3897	4150

2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
4409	4514	4613	4660	4727	4775	4830	4872	ND

Fonte: Relatório de Gestão da Anatel 2019⁴²

⁴² Disponível em:

https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eEP-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO59jtrWc1-S4nfX-SeHrqZ0yJ4y5VQfXUs0tAawmhcxMpvx_M5wnV-y55u7TZxpVC1wbPvX8lqe4T93KoIvcrei

Mais uma vez é possível apontarmos a desresponsabilização por parte do aparelho estatal de garantir os direitos de quem deseja se comunicar pelas ondas hertzianas. Nesse campo, ou ele atua como regulador dos negócios da burguesia, ou como polícia para os subalternos que buscarem ampliar seus direitos e disputar hegemonia. Se os movimentos e forças políticas que levaram o PT ao governo tinham ainda como referência o projeto de democracia de massas, também não conseguiram fazer a crítica necessária à gerência do projeto liberal-corporativo que se mantinha no país.

Após 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil, não foi possível ver grandes avanços nas políticas para o setor de comunicação como ocorreu em outros países da América do Sul que contaram com governos de esquerda e que consolidaram avanços significativos na democratização dos meios. Podemos citar, especialmente, os casos de Argentina, Uruguai e Equador, onde houve inclusive, divisão do espectro eletromagnético, com reserva significativa para o setor comunitário. Não detalharemos tais experiências aqui e, mesmo sabendo que estes países possuem realidades distintas do Brasil, a referência é importante para pensarmos que, pelo menos, poderia ter sido feito algum enfrentamento à hegemonia dos setores que historicamente dominam a comunicação no país. A iniciativa de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi importante, mas acabou funcionando em muitos aspectos como empresa mais estatal do que pública e aberta a participação popular.

Por fim, o reconhecimento de setores do PT de que a relação com a mídia deveria ter sido diferente veio um pouco tarde, após o golpe mais precisamente. Em discurso para o 6º Congresso do PT, Lula apontou a necessidade de regulação dos meios de comunicação. Em declarações, como a entrevista ao jornalista Bob Fernandes⁴³, José Dirceu também apontou erros na relação com as rádios comunitárias e que deveriam ter investido mais no setor. Tal reconhecimento, aponta também no sentido que a própria base de movimentos sociais e organizações ligadas ao PT ainda defendem o projeto da democracia de massa com todas as mudanças e atualizações que ele poderia ter, e no contexto de aprofundamento das políticas neoliberais e crescimento da extrema direita parecem expor mais as contradições que o partido vivencia e a necessidade de se debater novos rumos e um novo projeto de país.

⁴³ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fQM_Jwgx78A

3.3 – O golpe institucional, o enfraquecimento da democracia e o ascenso do conservadorismo

Se o movimento de rádios comunitárias teve dificuldade durante os governos petistas, a situação em que ele chega após o golpe institucional parlamentar é de grande dificuldade de mobilização. Entidades como a AMARC sequer conseguiram realizar espaços organizacionais para renovar seu conselho político após o golpe que levou Michel Temer à presidência. A ABRAÇO, como pode ser visto em seu site, mantém sua atuação também voltada para pequenas alterações legislativas e com baixa mobilização. Enquanto o MNRC encontra-se desarticulado. Soma-se a isso a busca pela comunicação em novas ferramentas, especialmente na internet e em outras mídias digitais

Antes de acharmos que tal condição se resume ao movimento de rádios comunitárias, é preciso dizer que o golpe e o ascenso da extrema direita ao poder no Brasil, deixaram o setor ligados aos movimentos sociais e partidos de esquerda com mais dificuldade de se aglutinarem em torno de um projeto. O refluxo afeta diversos setores do chamado campo progressista e cresceu na sociedade novamente um sentimento anticomunista que se caracteriza por rechaçar ideias ligadas ao campo da esquerda, noções de direitos humanos e qualquer ação de garantia de direitos e serviços pelo Estado.

No cenário de uma nova onda de avanços do neoliberalismo e de democracia de baixa intensidade como é o atual, as rádios comunitárias já sofrem novos ataques, como a negação de renovação de outorga de mais de 100 rádios no último dia do governo de Michel Temer em 31 de dezembro de 2018. Mesmo tendo sido revista para a maioria das rádios logo em seguida, a medida causou um grande susto por conta do ambiente de antidemocrático que ronda o país. Além disso, a liberação do Supremo Tribunal Federal para o proselitismo religioso⁴⁴ nas rádios comunitárias também aponta no caminho de uma nova tentativa de reconfiguração e cooptação das rádios pelo setor evangélico que moveu a ação e atua em todas as esferas de poder do país defendendo políticas radicalmente conservadoras e goza de relação privilegiada com o presidente Jair Bolsonaro.

Além disso, o Projeto de Lei nº 10.637/18 propõe aumentar para três os canais destinados às rádios comunitárias e para até 150 watts a potência delas deixa alguns setores do movimento desconfiados. Por mais que a proposta seja defendida amplamente pelo movimento há muito tempo, a sensação de muitos é que pode estar relacionada à liberação do proselitismo

⁴⁴ Ver em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=378600>

religioso, buscando fortalecer um movimento conservador ligado às igrejas neopentecostais. Tal relação não pode ser vista de forma mecânica, mas é compreensível pelo contexto político pelo qual atravessa o país. Entretanto, é necessário afirmar que tal ponto está dentro da disputa de hegemonia e, se o campo evangélico neopentecostal vê que o espaço deve ser ocupado, é mais uma prova de que o movimento de rádios comunitárias estava bem posicionado no campo da disputa de hegemonia, da cultura e do Estado.

Mas, a quem acha que as rádios comunitárias estão morrendo não é a avaliação que trazemos aqui e nos valem das palavras trazidas na conclusão da tese de João Paulo Malerba, que elas não estão:

As rádios comunitárias não estão em extinção: ao contrário, ainda que atravessadas por muitos desafios e por vezes atadas a estruturas ineficientes, estão vivas, são sujeitos ativos de suas comunidades e agora se manifestam de muitos modos, com estratégias diversas, quase na fronteira de não serem mais rádios comunitárias. Menos que suspeitar, devemos confiar que essas mutações respondem adequadamente a uma realidade em acelerada transformação. (MALERBA, 2016. p. 571)

E se as rádios comunitárias não estão em extinção, o mesmo podemos dizer de seu movimento. Novos caminhos se colocam para disputa no campo da cultura e envolve possibilidades novas para o campo. As dificuldades, refluxos e mobilização fazem parte das lutas históricas dos subalternos e oprimidos. Mas se eles ainda existem e são oprimidos e explorados, suas lutas continuam necessárias em todos os campos da vida social e a práxis desenvolvida pelas rádios comunitárias já se comprovou um importantíssimo instrumento de luta para transformações sociais em busca de ideias de coletividade e solidariedade.

Conclusão

Um primeiro olhar sobre a atual situação do movimento de rádios comunitárias poderia nos dar a entender que a nossa hipótese de que o mesmo tem um papel de destaque como elemento contra-hegemônico no campo da comunicação está equivocada. O grande período de refluxo e até mesmo a dificuldade de concretização de novas rádios poderiam reforçar tal equívoco. Entretanto, a análise que trazemos se propõe a um olhar universal e histórico sobre nosso objeto de estudo, o que nos dá a convicção de que este movimento trouxe as mais importantes e mais concretas contribuições para uma elaboração contra-hegemônica na busca pela ruptura dos consensos edificados pela classe dominante e seus setores de classe ao longo da formação social do Brasil. A construção de uma práxis organizativa nova para realizar um meio de comunicação também traz consigo inovações na linguagem que é levada ao rádio fazendo com que os subalternizados externem suas concepções sobre os mais diversos aspectos da vida, entrando assim na disputa cultural. Com esses novos meios de comunicação, que expressam diversas vozes coletivas, organizados em um movimento, amplia-se a capacidade de disputa por hegemonia no campo da sociedade civil. A luta pela ocupação do espectro e pelo reconhecimento em lei do direito de que os setores subalternizados e oprimidos na sociedade, aqueles que são alijados de diversos direitos sociais pelo projeto liberal-corporativo, podem ocupá-lo também deve ser considerada um avanço na disputa pelo Estado, que também é elemento fundamental para a consolidação de transformações sociais.

Não podemos negar, entretanto, as dificuldades do movimento de retomar essa potência no último período da conjuntura nacional. Podemos observar essa dificuldade de mobilização e esse enfraquecimento primeiramente dentro de um processo político amplo pelo qual passa o campo que se constituiu em torno do projeto de democracia de massas no período pós-constituente. Mais do que uma possível crise teórica ou prática do movimento de rádios comunitárias, observamos que o referido projeto que disputava contra o projeto neoliberal, o qual se tornou hegemônico, sofreu abalos tanto pelas derrotas políticas, quanto pela aderência de setores políticos à ordem vigente. A experiência dos governos petistas com sua proposta de conciliação de classes para, na verdade, gerir o projeto liberal corporativo trouxe enfraquecimentos enormes para aqueles lutam por um Estado que garanta direitos e serviços para a maioria da população e não coloque os negócios acima dessas questões. A cooptação de diversos quadros do movimento social para a estrutura do governo e a dificuldade de críticas dos movimentos sociais e setores organizados do campo político da esquerda mostrava que a

guinada do Partido dos Trabalhadores para outro projeto não o tirou da direção política do campo que construiu historicamente dentro da classe trabalhadora.

Além desta crise, que podemos situar no campo da grande política, ou seja, daquela situada para além dos interesses econômico-corporativos, é possível perceber novas procuras acerca da práxis das rádios comunitárias. As novas tecnologias e também os novos debates sobre reorganização de projetos políticos impõem às rádios comunitárias a necessidade de buscar novos rumos, novas linguagens, novos conceitos e novas teorias para os desafios que estão colocados para o próximo período. Tais questões passam inclusive por uma necessidade de se avaliar o papel das comunidades nesse novo contexto.

Ao analisar em sua tese a hipótese se haveria uma crise estrutural nas rádios comunitárias, Malerba refutou tal ideia em sua pesquisa e indica pontos com os quais dialogamos nessa conclusão:

As muitas e estruturantes transformações por que passam esses atores políticos indicam a necessidade de iluminar novos caminhos. Eles estão sendo desenhados desde a práxis cotidiana, ou seja, na esfera onde o embate com a realidade objetiva não pode prescindir de estratégias apropriadas aos sempre novos desafios sociais, políticos, econômicos e tecnológicos, sob o risco do aniquilamento histórico. (MALERBA, 2016. p. 571)

Um dos pontos que dialogamos aqui vem na sequência deste trecho citado e nos chama a atenção afirmando que as rádios comunitárias não estão em extinção. E se a comunicação comunitária é fruto da mobilização constante dos coletivos que elas mobilizam, é possível apontarmos que as sementes para que o movimento de rádios comunitárias volte a ter centralidade nas disputas políticas possuem grandes possibilidades de germinar e trazer frutos não só para as lutas desse setor, mas para as classes subalternizadas como um todo. A necessidade da construção de políticas que apontem o uso das novas tecnologias, especialmente as digitais, com base no interesse público e não no privado são urgentes diante das desigualdades e iniquidades produzidas em todo o mundo capitalista, em especial em países dependentes como é o caso do Brasil.

Como aponta Raquel Paiva, “a proposta de comunicação comunitária surge como possibilidade de sociabilização com propósito de fazer frente ao modelo econômico em que o número de excluídos parece cada vez mais ampliado” (PAIVA, 1998 p.20). E podemos dizer que esta perspectiva persiste até o momento atual, com as rádios comunitárias carregando em sua essência um potencial mobilizador em torno de reivindicações cidadãs, favorecendo o desenvolvimento da cidadania e contribuindo para a democratização. A comunidade percebe e estrutura coletivamente suas demandas utilizando a mídia comunitária como canal de articulação e tal forma ainda persiste em muitos lugares, com reinvenções de formato, de

plataformas e outros elementos que compõem a comunicação. Para o bloco histórico hegemônico, especialmente para a classe dominante, tal percepção é extremamente perigosa para o confronto com seus consensos construídos.

Outro questionamento que poderia ser feito para tentar refutar a validação de nossa hipótese diz respeito ao caráter da lei nº 9.612. Como poderia um movimento com tanto potencial contra-hegemônico conseguir um arcabouço de direitos extremamente restritivo e que manteve diversos empecilhos para a garantia do acesso ao espectro eletromagnético, da liberdade de expressão e do direito de se comunicar? Tal questionamento merece um olhar especial, tendo em vista existirem visões dentro do próprio movimento de que a lei na verdade teria significado um retrocesso. Mas a potência desse movimento não deve ser medida simplesmente porque alcançaram um marco legal extremamente restritivo, mas sim por terem conquistado um enorme reconhecimento social enfrentando os interesses dos donos dos principais instrumentos de hegemonia das classes dominantes do país, os empresários da comunicação. Dentro de um processo histórico, esse passo merece ser reconhecido como uma brecha para novos caminhos na disputa política e social e inclusive trazem ensinamentos para os desafios colocados na atualidade.

Não podemos esquecer que todas essas ações, conquistas e também derrotas do movimento de rádios comunitárias se dão na arena de disputa de ideologias de ideia formadoras de consensos pela liderança intelectual e moral sobre o conjunto da sociedade. Nesse sentido, reafirmamos que as rádios comunitárias e seu movimento não enfrentaram qualquer ator político, mas simplesmente o bloco hegemônico com maior concentração e maior consolidação de poder de nossa sociedade: o oligopólio da comunicação. Tal bloco desde que conseguiu estabelecer sua visão sobre como a comunicação deve funcionar no país impôs das mais diversas formas seu projeto político de sociedade, utilizando inclusive da violência e do autoritarismo para se impor, como foi feito no golpe empresarial-militar de 1964. Além disso, o poder de lobby desse setor sobre os diversos poderes estabelecidos no país atravessa décadas e determina grande parte das leis. Nesse contexto, conquistar de alguma forma a garantia legal de ocupação do espaço eletromagnético pode ser encarado como uma vitória. Não uma vitória que se encerra em si mesma, mas um avanço na luta política.

Além dessas disputas que se dão em uma ordem que podemos colocar como mais objetiva, estando atrelada a questões concretas dos conflitos políticos, também avaliamos que a apropriação de conceitos teóricos, que chamaremos aqui da ordem subjetiva, foram importantes para os setores da classe dominante imporem sua hegemonia. A despolitização do conceito de sociedade civil colocando-o num campo fora do Estado e do mercado, como se

fosse regido por uma lógica filantrópica trouxe mudanças no campo organizativo dos movimentos sociais, no campo político da esquerda e até de partidos políticos. A partir dessa interpretação, o Estado passou a terceirizar para este setor a gestão e implementação dos direitos e das políticas sociais. O setor das ONGs cresceu bastante e apontou também novas formas de organização, exigindo uma institucionalidade que muitos movimentos sociais não possuíam e passaram a buscar para ter uma maior estrutura em diversos sentidos de sua atuação.

As formas de organização oriundas deste pensamento são perceptíveis em movimentos como o Fórum Social Mundial e nos remetem a um diálogo intenso com o modo petista de governar. Como analisamos durante o capítulo 3, foi normal ao longo dos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff levar as disputas de classe e de setores de classe para dentro das instâncias institucionalizadas do governo. Essa lógica, além de reforçar a confiança no sistema institucional vigente, como se o mesmo não tivesse aspectos impostos pela hegemonia de uma determinada classe social, também exercia a cooptação de lideranças políticas de movimentos sociais fazendo com que as possíveis críticas dos mesmos fossem abrandadas.

Diante de tantas dificuldades impostas pelo cenário de um modelo capitalista dependente, o movimento de rádios comunitárias e sua atuação tem deixado um grande legado para aqueles que pretendem transformar a sociedade. Ao trazer uma história que corresponda à verdade dos oprimidos (BENAJAMIN, 1994. p. 226), as rádios comunitárias abriram novas possibilidades no campo da comunicação. As classes subalternas, que de alguma forma subverteram a ordem estabelecida, ocuparam um bem comum, avançaram e conquistaram legitimidade. Através de suas mobilizações, lutas e organizações na sociedade civil, o movimento conseguiu evidenciar que as leis que criminalizam o setor comunitário não passam de uma ilusão da classe burguesa para defender seus próprios interesses tentando, através do arcabouço jurídico, passar a ideia de que as leis são baseadas numa vontade geral e não em seus interesses de classe.

Com a perspectiva de digitalização do rádio no Brasil, os próximos passos na disputa pelo espectro e, conseqüentemente, pelo direito humano à comunicação apontam a necessidade de ainda mais sinergia dos setores que defendem a democratização dos meios de comunicação. Com as novas possibilidades de convergência midiática e multiprogramação, deixar a regulação do rádio digital sob os ditames do mercado é um enorme risco à democracia e à liberdade de expressão.

Entretanto, se o momento se apresenta com muitas dificuldades para aqueles que lutam pela democratização da comunicação, nossa pesquisa também observou que os oprimidos possuem um poder de reação grande em momentos em que a história parece querer decretar o

fim de qualquer luta ou disputa pelo futuro. Nesse sentido, analisar a potência contra-hegemônica da atuação do movimento de rádios comunitárias e reafirmar a sua importância no atual contexto político não significa uma busca por algo que foi vivenciado em momento que pode ser tido como melhor nessa construção histórica. Longe de se tratar de um sentimento nostálgico para resgatar um passado que não existe mais, trata-se de ressignificar a construção histórica do movimento em busca de novas sínteses para atuação no momento atual. Como aponta Walter Benjamin: “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’” (BENJAMIN, 1994. p. 229). Esse *continuum* que vem sendo hegemônizado pelas atuais classes dominantes já foi implodido diversas vezes em momentos revolucionários e de grande transformação social.

Ao longo de nossa história podemos exemplificar momentos em que parecia estar destruída qualquer possibilidade de comunicação popular, comunitária e não ligada às classes dominantes. O fechamento das escolas radiofônicas do MEB pela ditadura; a manipulação do rádio para fortalecimento da ditadura no Estado Novo e na ditadura empresarial-militar; a caça e a criminalização às iniciativas de transmissão livre pelas ondas hertzianas; as campanhas difamatórias e fechamento das comunitárias; e muitas outras perseguições e violências contra a organização dos oprimidos são fortes em nossa história. Em todos os momentos a reinvenção foi possível e as estratégias de resistência foram renovadas.

Assim, as rádios comunitárias, mais do que um meio para propagar reivindicações sociais e populares, lutam por um direito que deve ser garantido a fim de efetivamente consolidar a democracia e garantir a liberdade de expressão em seus mais diversos níveis. E esses dois elementos (democracia e liberdade de expressão) possuem história curta, fragmentada e interrompida em muitos momentos da história do Brasil com regimes ditatoriais constantes e uma baixa cultura de participação popular nos rumos políticos país. Por fim, se inventar e reinventar é mais do que uma estratégia política para os oprimidos, trata-se de uma necessidade histórica para garantir a própria sobrevivência.

Referências:

Entrevistas:

CARVALHO, Marcus Aurélio. *Entrevista sobre histórico de formação do movimento de democratização da comunicação de rádios comunitárias*. Entrevista concedida a Pedro Martins Coelho em 31 de janeiro de 2020.

IGNÁCIO, Angelo José. *Entrevista sobre a ruptura da ABRAÇO e formação do MNRC*. Entrevista concedida a Pedro Martins Coelho em 31 maio de 2020.

LADEIRA, Taís. *Entrevista sobre histórico de formação do movimento de democratização da comunicação de rádios livres e comunitárias*. Entrevista concedida a Pedro Martins Coelho em 27 de janeiro de 2020.

SÓTER, José do Nascimento. *Entrevista sobre histórico de formação do movimento de democratização da comunicação de rádios livres e comunitárias*. Entrevista concedida a Pedro Martins Coelho em 9 de fevereiro de 2020.

Artigos e/ou matérias de jornais e revistas

BARBOSA, Bia. *Governo federal concede trégua de seis meses a rádios comunitárias*. Repórter Brasil, 02 de março de 2005. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2005/03/governo-federal-concede-tregua-de-seis-meses-a-radios-comunitarias/> (último acesso em 12 de agosto de 2020).

LUZ, Dioclécio. *As rádios comunitárias devem morrer*. Observatório da Imprensa, 7 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/as-radios-comunitarias-devem-morrer/> (último acesso em 30 de junho de 2020).

Candidato em 1985, FHC sentou na cadeira do prefeito de SP e perdeu a eleição. 12 de abril de 2016, em O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/candidato-em-1985-fh-sentou-na-cadeira-do-prefeito-de-sp-perdeu-eleicao-19069894> . (Acessado pela última vez em 29 de janeiro de 2020).

Rádios Comunitárias se reúnem com Lula em entrevista coletiva. 3 de dezembro de 2010, Rede Brasil Atual. Disponível em: https://www.redebrasilatual.com.br/radio/2010/12/lula_radios_comunitarias-mp3/ (Acessado pela última vez em 19 de setembro de 2020).

Abert questiona novas normas em favor de rádios educativas e comunitárias. 21 de setembro de 2015, O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/abert-questiona-novas-normas-em-favor-de-radios-educativas-comunitarias-17563092> (Acessado pela última vez em 29 de outubro de 2020).

Abert ingressará na justiça contra portaria de rádio comunitária. 21 de setembro de 2015, Site ABERT. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/notmenu/abert-ingressara-na-justica-contra-portaria-de-radio-comunitaria.html> (Acessado pela última vez em 20 de outubro de 2020)

TVE Entrevista Especial com Bob Fernandes e José Dirceu. 18 de maio de 2019, Canal do Bob Fernandes. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fQM_Jwgx78A (Acessado pela última vez em 20 de outubro de 2020).

Não Associado da ABERT – Como denunciar uma rádio ilegal para o Ministério das Comunicações e Anatel. Site ABERT sem data. Disponível em: <https://www.abert.org.br/web/radio/item/20891-nao-associado-da-abert-como-denunciar-uma-radio-ilegal-para-o-ministerio-das-comunicacoes-e-anatel.html> (Acessado pela última vez em 20 de setembro de 2020).

STF julga inconstitucional lei que proíbe proselitismo em rádios comunitárias. 16 de maio de 2018, Notícias STF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=378600> (Acessado pela última vez em 5 de novembro de 2020).

O que é o rádio digital. DRM Brasil. Disponível em: <https://www.drm-brasil.org/content/o-que-%C3%A9-r%C3%A1dio-digital> (Acessado pela última vez em 5 de novembro de 2020).

Há 20 anos era aprovada a constituição federal. 22 de setembro de 2008. Site do Senado Federal. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/22/ha-20-anos-era-aprovada-a-redacao-final-da-constituicao-de-1988> (Acessado pela última vez em 20 de setembro de 2020).

Referências Bibliográficas

AMARC Brasil.. *Rádios Comunitárias em Tempos Digitais.* BROCK, Nils; MALERBA, João Paulo (orgs.). Rio de Janeiro: AMARC Brasil, 2017.

AMORIM, Daniela Oliveira Albertin de; CAMARGO, Eduardo. Algumas considerações sobre a história do rádio no Brasil. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2014/04/Daniela-Oliveira-Albertin-de-Amorim-e-Eduardo-Camargo.pdf>

AMORIM, José Salomão David. Políticas de Comunicação no Brasil: evolução e impasse. In: GOMES, Pedro G.; PIVA, Marcia Cruz (ORGs). Políticas de Comunicação: Participação popular. São Paulo:Edições Paulinas, 1988.

ANDRIOTTI, C. D. O movimento das rádios livres e comunitárias e a democratização dos meios de comunicação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2004

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história.* In: Magia e técnica, arte e política. *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1993.

BENKLER, Yochai; BRANT, João; GINDRE, Gustavo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; WERBACH, Kevin. Comunicação digital e a construção dos commons: redes virais, espectro aberto e as novas possibilidades de regulação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?* Disponível em: <http://bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf> (último acesso em 29 de agosto de 2020). 1991.
- COELHO NETO, Armando. *Rádio comunitária não é crime, direito de antena: o espectro eletromagnético como bem difuso*. São Paulo: Ícone, 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. *Intervenções: o marxismo na batalha das ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- COUTINHO, E. G. Apresentação. In: _____. *Comunicação e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- _____. *A comunicação do oprimido e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- ENGELS, Friederich; MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007
- FERNANDES, Florestan. *A Constituição inacabada*. São paulo: Estação Liberdade, 1989.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOMES, Pedro G., PIVA, Marcia Cruz. *Políticas de Comunicação: Participação popular*. São Paulo: Edições, Paulinas, 1988.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. V. 1 a 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. *O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935*. COUTINHO, Carlos Nelson (org.). Rio de Janeiro: Cvilização Brasileira, 2011.
- JORGE, Adriana Duarte Ferreira. *Roquette-Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) FGV – CPDOC: Rio de Janeiro, 2008.
- LIMA, Venício A. de. *A Comunicação na Constituinte de 1987/88: A defesa dos velhos interesses*. 1987, Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/a-comunicacao-na-constituente-de-8788/>.
- MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios livres: a reforma agrária no ar*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- MALERBA, João Paulo. *Rádios Comunitárias no Limite: crise na política e disputa do comum na era da convergência midiática*. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017

- NUNES, M. A. M. Rádios livres: o outro lado da voz do Brasil. 1995. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995
- OLIVEIRA, Silvana Aparecida Guietti de, e COSTA, Maria Luisa Furlan. Roquette-Pinto: o caráter educativo do rádio. Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá. 2012.
- OLIVEIRA, Luiz André Ferreira de, Getúlio Vargas e o desenvolvimento do rádio no país: um estudo do rádio de 1930 a 1945. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.
- PAIVA, Marlúcia Menezes de (Org.), Maria Araújo Duarte Coelho, Maria José Teixeira Peixoto, Safira Bezerra Ammann, Elia Faria Corrêa. *Escolas radiofônicas de Natal: uma história construída por muitos (1958-1966)*. Brasília: Liber Livro, 2009.
- PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- _____. *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.
- PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- PERUZZO, Cecília M.K. *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. Disponível em: <https://leccufrj.wordpress.com/2010/06/23/midia-local-e-suas-interfaces-com-a-midia-comunitaria-no-brasil/> Acesso em 20 de agosto de 2019.
- _____. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. Intercom Trabalho apresentado ao XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado na UnB entre 6 e 9 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia%2BPeruzzo%2B.pdf> Último acesso em 23 de agosto de 2019.
- PIERANTI, Octávio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. *O Código Brasileiro de Telecomunicações e a Política de Expansão da Radiodifusão: a Ação do Empresariado como Grupo de Pressão*. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1071-1.pdf>
- RAMOS, M. C. *Comunicação, direitos sociais e políticas públicas*. In: MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. *Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação*. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2005.

SODRÉ, Muniz. *A Ciência do Comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

SOUZA, M. V. *As vozes do silêncio de uma rede de redes: o movimento pela democratização da comunicação no Brasil (1984-1994)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC: Florianópolis, 1994.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. *A luta pela comunicação democrática: atores, concepções e práticas do movimento pela democratização da comunicação no Brasil*. Tese (Doutorado em Comunicação) Escola de Comunicação, UFRJ: Rio de Janeiro, 2017.

TORRES, Bruno Araújo. *O movimento de democratização do rádio no panorama latino-americano*. 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/O%20movimento%20de%20democratizacao%20do%20radio%20no%20panorama.pdf> f. (Acessado pela última vez em 30 de março de 2020).

VIEIRA, Érika. A importância do Rádio no estado Novo. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/8o-encontro-2011-1/artigos/A%20importancia%20do%20radio%20no%20Estado%20Novo.pdf/view>

Outros documentos:

AMARC

AMARC Brasil. *Princípios para garantir a diversidade e a pluralidade na radiodifusão e nos serviços de comunicação audiovisual*. Programa de Legislação e Direito à Comunicação – Associação Mundial de Rádios Comunitárias – América Latina e Caribe, 2010. Versão em português: AMARC Brasil, 2012.

Documentos do PT:

Programas de governo do PT: Disponíveis em: <https://fpabramo.org.br/CSBH/programas-de-governo/>

1989 – *Brasil Urgente, Lula Presidente*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-democracia.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020)

1994 – *Bases do programa de governo. Lula Presidente: uma revolução democrática no Brasil*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/02-basesdoprogramadegov.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

1998 – *União do Povo: Muda Brasil. Diretrizes do Programa de governo*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/CSBH/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/06-uniaodopovomudabrasil.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

2002 – *Programa de governo 2002 coligação lula presidente. Um Brasil para todos*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/14-programagoverno.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

2002 – *A imaginação a serviço do Brasil: Programa de políticas públicas de cultura*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/01-aimaginacaoaservicodobrasil.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

2006 – *Lula de novo com a força do povo: Programa de governo 2007 – 2010*. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/Programa_de_governo_2007-2010.pdf (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

2010 – *Os 13 compromissos programáticos de Dilma Rouseff para o debate na sociedade brasileira*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/programadegovernoDilma.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

2014 – *Mais mudanças, mais futuro. Programa de governo de Dilma Rouseff*. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

2018 – *Programa de governo 2019 – 2022. Coligação O Povo feliz de novo*. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2018/11/proposta_1536702143353.pdf (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020).

O PT e as eleições presidenciais de 1989. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/11-PTeleicoesPresidenciais.1989.pdf> (Acessado pela última vez em 30 de outubro de 2020)

NADOTTI, Vanessa Xavie (org.). *O PT e a democratização das comunicações*. Disponível em: https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/05/15-PT_Democratizacao.das_.Comunicacoes.pdf (Acessado pela última vez em 15 de outubro de 2020).

FNDC:

Cartilha nº 1 (2006). Disponível em: <http://fndc.org.br/documentos/publicacoes-do-fndc/> (Acessada pela última vez em 5 de maio de 2020).

“*Crise da mídia: Assunto da Sociedade*”. Disponível em <http://fndc.org.br/documentos/cartas-abertas/> (Acessada pela última vez em 10 de agosto de 2020).

“*Miro Teixeira esqueceu as rádios comunitárias*”. Disponível em <http://fndc.org.br/documentos/manifestos/?p=2#list> (Acessado pela última vez em 20 de outubro de 2020)

“A PEC e a voz do ‘dono’”. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/documentos/manifestos/> (Acessada pela última vez em 15 de outubro de 2020).

FNDC defende conferência de comunicação ampla e democrática. Disponível em: <http://www.fndc.org.br/documentos/conferencia-nacional-de-comunicacao/> (Acessada pela última vez em 14 de outubro de 2020).

Carta ao Presidente Lula – Movimento pela Radiodifusão Comunitária. Enviada pelo movimento de rádios comunitárias em 24 de janeiro de 2006. Disponível em: <http://fndc.org.br/documentos/cartas-abertas/> (Acessada pela última vez em 30 de outubro de 2020).

FDC:

Fórum Democracia na Comunicação, associação de associações de rádios comunitárias desde 1994. Disponível em: <http://democracianacomunicacao.com.br/wp-content/uploads/2019/02/historico-do-fdc-novo.pdf> (Acessado pela última vez em 5 de maio de 2020).

Acervo Daniel Herz:

HERZ, Daniel. *Fórum pela Democratização da Comunicação quer sacudir a sociedade civil.* 1993. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/Forum+pela+Democratizacao+da+Comunicacao+quer+sacudir+a+Sociedade+Civil.pdf> (Acessado pela última vez em 13 de julho de 2020).

_____. *Impasses teóricos na luta pela democratização da comunicação no Brasil.* 1994. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/Impasses+Teoricos+e+Politicos+na+Luta+pela+Democratizacao+da+Comunicacao+no+Brasil.pdf> (Acessado pela última vez em 5 de julho de 2020).

_____. *Sistemas de Comunicação no Brasil.* Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/DANIEL/Conselho+de+Comunicacao/Sistemas+de+Comunicacao+no+Brasil.pdf> (Acessado pela última vez em 5 de julho de 2020).

Legislações e documentos oficiais:

Decreto nº 21.111 de 1932. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html>

Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm

Lei nº 8031 de 1990, Programa Nacional de Desestatização. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8031.htm

Lei nº 9.491. 1997. Programa Nacional de Desestatização. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19491.htm

Lei Geral de Telecomunicações, lei nº 9.472. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19472.htm

Lei nº 9.612 de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9612.htm

Portaria nº 83 de 24 de março de 2003, Ministério das Comunicações. Disponível em: https://repositorio.mctic.gov.br/bitstream/mctic/1998/1/2003_port_83_03_24.pdf

Portaria nº 4.334 de 17 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/915-portaria-4334>

Relatório Anual de gestão da Anatel, ano de 2019. Disponível em: https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eE_P-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO59jtrWc1-S4nfX-SeHrqZ0yJ4y5VQfXUs0tAawmhcxMpvx_M5wnV-y55u7TZxpVC1wbPvX8lqe4T93KoIvcrei

Relatório Anual de gestão da Anatel, ano de 2018. Disponível em: https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?eE_P-wqk1skrd8hSlk5Z3rN4EVg9uLJqrLYJw_9INcO5qCMSr1EMcIpgzizi6JB11ZfIGUkLQFuv-nQ2rIXU4epBnwl_RtrJMm4TFmg79Z9fViw1qMyG2npjP4-8SIBgOO